

LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA

O Crédito Rural e a Modernização da
Agricultura Paranaense — 1970-1980

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil — opção História Econômica — da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

CURITIBA

1986

DEDICO

A

JURACI,

minha esposa, pela ajuda, apoio
e incentivo em todas as horas;

A

Luís Guilherme e Vitor Hugo,
meus filhos, que nasceram du-
rante a elaboração do trabalho,
trazendo alegria e inspiração
indispensáveis para realizá-lo.

AGRADEÇO

Ao Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq
pela bolsa de estudos

A Coordenação do Curso de Pós-Graduação em
História do Brasil do Departamento de His-
tória da Universidade Federal do Paraná,
pelo apoio durante a realização do curso

Aos professores do Curso de Pós-Graduação
pelos ensinamentos importantes na elabora-
ção do trabalho

A Prof.^a Dra. Odah Regina Guimarães Costa
pela orientação segura, apoio e incentivo
fundamentais para realização da pesquisa

Ao Prof. Dr. Jayme Antonio Cardoso pela
orientação na elaboração dos gráficos

A todas pessoas e instituições que direta
ou indiretamente colaboraram para execução
do trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>METODOLOGIA E FONTES</u>	9
<u>1 DEBATES E CONTROVÉRSIAS SOBRE A AGRICULTURA</u>	
<u>BRASILEIRA</u>	16
1.1 O DEBATE FEUDAL/CAPITALISTA: UMA COMPARAÇÃO....	16
1.2 O DEBATE AGRICULTURA/DESENVOLVIMENTO.....	23
<u>2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA COMO PRO-</u>	
<u>CESSO DE INTEGRAÇÃO AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL....</u>	42
2.1 MODERNIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	42
2.2 O CONCEITO DE COMPLEXO AGROINDUSTRIAL - CAI....	54
2.3 A INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA AO CAI..	59
2.4 O ESTADO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	
BRASILEIRA	73
<u>3 A INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE AO COMPLEXO</u>	
<u>AGROINDUSTRIAL</u>	86
3.1 A ESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE -	
ANTES DE 1970	86
3.2 TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA PARANAENSE E A	
INTEGRAÇÃO AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL - 1970 A	
1980	92

4	<u>EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL NO PARANÁ</u>	
	<u>1970 A 1980</u>	104
4.1	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL	104
4.2	A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL NO PARANÁ - 1970-1980	110
4.2.1	Evolução Geral	110
4.2.2	A Evolução por Atividades e Finalidades	117
5	<u>A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E A INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL</u>	
	<u>1970 a 1980</u>	127
5.1	A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E A EXPANSÃO DO PROGRESSO TÉCNICO NA AGRICULTURA PARANAENSE 1970 A 1980	127
5.1.1	A Política de Crédito Rural e a Mecanização da Agricultura Paranaense - 1970 a 1980	127
5.1.2	A Política de Crédito Rural e a Quimificação da Agricultura Paranaense - 1970 a 1980	147
5.2	A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E A EXPANSÃO DA CULTURA DA SOJA NO PARANÁ - 1970 A 1980	161
	<u>CONCLUSÃO</u>	175
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	274

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BB S.A.	Banco do Brasil S.A.
CAI	Complexo Agroindustrial
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira
CMN	Conselho Monetário Nacional
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do BB S.A.
DEE	Departamento Estadual de Estatística
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNAGRI	Fundo Geral para Agricultura e Indústria
FUNDAG	Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola
FUNFÉRTIL	Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais.
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
MCR	Manual do Crédito Rural
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo 1964-66
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-70
I PND	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PTDES	Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social - 1963-65
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- 1 - MAPA - Regiões do Paraná - verso da página 85
- 2 - GRÁFICO- Participação dos bancos oficiais federais nos financiamentos de crédito rural, no Brasil - verso da página 56
- 3 - GRÁFICO- Evolução do crédito rural segundo o valor dos contratos no Paraná - verso da página 110
- 4 - GRÁFICO- Evolução do crédito rural de acordo com o valor dos contratos relativos às atividades agrícola e pecuária - verso da página 117
- 5 - GRÁFICO- Evolução do crédito rural segundo o valor dos e de acordo com as finalidades no Paraná (agricultura e pecuária) - verso da página 120
- 6 - GRÁFICO- Evolução do crédito rural segundo o valor dos contratos relativos à atividade agrícola - verso da página 138
- 7 - GRÁFICO- Evolução dos financiamentos de crédito rural segundo o valor dos contratos no Paraná. Atividade: agrícola, finalidade: custeio - verso da página 166

LISTA DE TABELAS

GRUPO 1 - Evolução da área colhida e quantidade produzida de diversos produtos, no Paraná - 1969-80 (Tabelas 1 a 9):

Tabela 1 - Algodão.....	179
Tabela 2 - Arroz.....	180
Tabela 3 - Batata-inglesa.....	181
Tabela 4 - Café.....	182
Tabela 5 - Feijão.....	183
Tabela 6 - Mandioca.....	184
Tabela 7 - Milho.....	185
Tabela 8 - Soja.....	186
Tabela 9 - Trigo.....	187

GRUPO 2 - Número e valor dos contratos de financiamentos de crédito rural concedido a produtores e cooperativas, no Paraná - 1969-80 (Tabelas 10 a 21):

Tabela 10 - (Geral).....	188
Tabela 11 - Atividade: agrícola.....	189
Tabela 12 - Atividade: pecuária.....	190
Tabela 13 - Finalidade: custeio.....	191
Tabela 14 - Finalidade: investimentos.....	192
Tabela 15 - Finalidade: comercialização.....	193
Tabela 16 - Atividade: agrícola; Finalidade: custeio...	194
Tabela 17 - Atividade: agrícola; Finalidade: comercialização.....	195
Tabela 18 - Atividade: agrícola; Finalidade: investimentos.....	196
Tabela 19 - Atividade: pecuária; Finalidade: custeio...	197
Tabela 20 - Atividade: pecuária; Finalidade: investimentos.....	198
Tabela 21 - Atividade: pecuária; Finalidade: comercialização.....	199

GRUPO 3 - Número e valor dos contratos de financiamento de crédito rural concedido a produtores e cooperativas, no Paraná - 1969-80 - Atividade: agrícola; Finalidade: custeio (Tabelas 22 a 29):	
Tabela 22 - Algodão.....	200
Tabela 23 - Arroz.....	201
Tabela 24 - Feijão.....	202
Tabela 25 - Café.....	203
Tabela 26 - Mandioca.....	204
Tabela 27 - Milho.....	205
Tabela 28 - Soja.....	206
Tabela 29 - Trigo.....	207
Tabela 30 - Número e valor dos contratos de financiamentos de crédito rural concedidos a produtores e cooperativas, no Paraná - 1974-80 - Sementes e mudas melhoradas. Atividade: agrícola; Finalidade: custeio.....	208
GRUPO 4 - Número e valor dos contratos de financiamentos de crédito rural concedidos a produtores e cooperativas, no Paraná - 1974-80 (Tabelas 31 a 39). Atividade: agrícola; Finalidade: investimentos:	
Tabela 31 - Café.....	209
Tabela 32 - Tratores.....	210
Tabela 33 - Máquinas e implementos - para adaptação e preparação do solo.....	211
Tabela 34 - Máquinas e implementos - Total.....	212
Tabela 35 - Máquinas e implementos - para cultivo e correção do solo.....	213
Tabela 36 - Máquinas e implementos - para combate a pragas e doenças.....	214
Tabela 37 - Máquinas e implementos - para colheita e transporte.....	215
Tabela 38 - Veículos auto-motores terrestres.....	216
Tabela 39 - Proteção do solo.....	217
GRUPO 5 - Número e valor dos contratos de financiamentos de crédito rural concedidos a produtores e cooperativas, no Paraná - 1974-80 (Tabelas 40 a 45). Atividade: agrícola; Finalidade: comercialização:	

Tabela 40 - Algodão.....	218
Tabela 41 - Arroz.....	219
Tabela 42 - Milho.....	220
Tabela 43 - Café.....	221
Tabela 44 - Soja.....	222
Tabela 45 - Trigo.....	223
GRUPO 6 - Contratos de financiamentos para insumos agropecu- ários concedidos a produtores e cooperativas, no Pa- raná - 1974-80 (Tabelas 46 a 57):	
Tabela 46 - Número e valor.....	224
Tabela 47 - Número e valor; atividade: agrícola.....	225
Tabela 48 - Número e valor; atividade: pecuária.....	226
Tabela 49 - Número; atividade: agrícola; finalidade: corretivos, fertilizantes e inoculantes....	227
Tabela 50 - Valor; atividade: agrícola; finalidade: cor- retivos, fertilizantes e inoculantes.....	228
Tabela 51 - Número; atividade: agrícola; finalidade: defensivos.....	229
Tabela 52 - Valor; atividade: agrícola; finalidade: de- fensivos.....	230
Tabela 53 - Número; atividade: agrícola; finalidade: sementes e mudas melhoradas.....	231
Tabela 54 - Valor; atividade: agrícola; finalidade: se- mentes e mudas melhoradas.....	232
Tabela 55 - Valor (preços constantes); atividade: agri- cola; finalidade: corretivos, fertilizantes e inoculantes.....	233
Tabela 56 - Valor (preços constantes); atividade: agri- cola; finalidade: sementes e mudas melhora- das.....	235
Tabela 57 - Valor (preços constantes); atividade: agri- cola; finalidade: defensivos.....	237
GRUPO 7 - (Tabelas 58 a 66)	
Tabela 58 - Evolução do número de estabelecimentos agrícolas segundo grupos de área total, no Paraná - 1960-80.....	239
Tabela 59 - Evolução da área dos estabelecimentos agri- colas segundo grupos de área total, no Para- ná - 1960-80.....	240

Tabela 60 - Evolução do número de estabelecimentos agrícolas segundo a condição do responsável, no Paraná - 1960-1980.....	241
Tabela 61 - Evolução da área dos estabelecimentos agrícolas segundo a condição do responsável, no Paraná - 1960-1980.....	242
Tabela 62 - Evolução do número de estabelecimentos agrícolas segundo a condição de produtor, no Paraná - 1970-1980.....	243
Tabela 63 - Evolução da área dos estabelecimentos agrícolas segundo a condição do produtor, no Paraná - 1970-1980.....	244
Tabela 64 - Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas, no Paraná - 1960-1980....	245
Tabela 65 - Evolução do número de estabelecimentos agrícolas que informaram usar fertilizantes, defensivos e praticar a conservação do solo, no Paraná - 1960-1980.....	246
Tabela 66 - Evolução do número de arados, tratores e colheitadeiras utilizados nos estabelecimentos agrícolas, no Paraná - 1960-1980.....	247

LISTA DE QUADROS

GRUPO 1 - Evolução dos financiamentos do crédito rural concedidos a produtores e cooperativas segundo o valor dos contratos, no Paraná - 1969-1980 (Quadros 1 a 8)	
Quadro 1 - Número-índice/variação anual.....	248
Quadro 2 - De acordo com as atividades.....	249
Quadro 3 - De acordo com as finalidades.....	250
Quadro 4 - Atividade: agrícola.....	251
Quadro 5 - Atividade: pecuária.....	252
Quadro 6 - Atividade: agrícola; finalidade: custeio.....	253
Quadro 7 - Atividade: agrícola; finalidade: investimentos	254
Quadro 8 - Atividade: agrícola; finalidade: comercialização	255
GRUPO 2 - (Quadros 9 a 16)	
Quadro 9 - Evolução dos financiamentos do crédito rural de custeio, segundo valor dos contratos e da produção agrícola/quantidade colhida, no Paraná - 1969-1980.....	256
Quadro 10 - Evolução dos financiamentos do crédito rural concedido a produtores e cooperativas, segundo o valor dos contratos, no Paraná - 1969-1980 (Variação anual por produtos).....	258
Quadro 11 - Evolução da produção agrícola segundo a quantidade colhida, no Paraná - 1969-1980.....	259
Quadro 12 - Evolução dos financiamentos do crédito rural para insumos modernos concedidos a produtores e cooperativas segundo o valor dos contratos, no Paraná - 1974-1980.....	260
Quadro 13 - Evolução dos financiamentos do crédito rural para insumos modernos concedidos a produtores e cooperativas segundo o valor dos contratos e de acordo com as atividades, no Paraná - 1974-1980.....	261
Quadro 14 - Evolução dos financiamentos do crédito rural para aquisição de insumos agropecuários utilizados nas culturas da soja, trigo e outros produtos segundo o valor dos contratos, no Paraná - 1974-1980.....	262

Quadro 15 - Evolução dos financiamentos do crédito rural concedidos à produtores e cooperativas e dos financiamentos para aquisição de insumos modernos segundo o valor dos contratos, no Paraná - 1974-1980.....	263
Quadro 16 - Participação relativa das diversas culturas no número e valor dos contratos para insumos agropecuários concedidos a produtores e cooperativas, no Paraná - 1974-1980.....	264
GRUPO 3 - (Quadros 17 a 19) Variação percentual do número de estabelecimentos agrícolas e áreas ocupadas, no Paraná:	
Quadro 17 - 1960-1980 - Por grupos de área total.....	265
Quadro 18 - 1960-1980 - Por grupos de área total e condição do responsável.....	266
Quadro 19 - 1970-1980 - Pela condição do produtor.....	267
GRUPO 4 - (Quadros 20 a 25)	
Quadro 20 - Participação relativa de empregados e não empregados no pessoal ocupado na agricultura paranaense - 1960-1980.....	268
Quadro 21 - Participação relativa do número de estabelecimentos agrícolas que informaram usar fertilizantes, defensivos e praticar a conservação do solo, no número de estabelecimentos agrícolas totais, no Paraná - 1960-1980.....	269
Quadro 22 - Variação percentual do número de estabelecimentos agrícolas que informaram usar fertilizantes, defensivos e praticar a conservação de solo, no Paraná - 1960-1980.....	270
Quadro 23 - Variação percentual do número de arados, tratores e colheitadeiras utilizados nos estabelecimentos agrícolas, no Paraná - 1960-1980.....	271
Quadro 24 - Participação relativa do crédito agrícola concedido pelo BB S.A. em relação ao crédito agrícola total, no Brasil - 1960-1980.....	272
Quadro 25 - Participação relativa por tipo de instituição financeira nos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no Brasil - 1969-80.....	273

I N T R O D U Ç Ã O

A presente pesquisa integra-se a outros estudos realizados no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que procuram analisar as mudanças estruturais na agricultura paranaense.

O Paraná, no século XX, apresentou um processo histórico extremamente significativo. Em solo paranaense diversas gerações de brasileiros e, em menor número, de imigrantes, têm colocado em prova a capacidade de realização. Pode-se afirmar mesmo, que o Estado do Paraná vem se constituindo num "laboratório" privilegiado para todos aqueles que se interessam em estudar a história brasileira deste século.

Primeiro, foi a ocupação geográfica e econômica de forma efetiva do seu território. Muito se escreveu e se escreve sobre esta ocupação. O processo sob todos os ângulos atingiu a mais alta significação histórica. O Paraná, até 1970, recebeu enormes contingentes populacionais. Entre os brasileiros predominaram os paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses e nordestinos de todos os Estados, os quais encontraram uma fronteira agrícola em expansão, com processo de ocupação baseado na pequena propriedade. As condições geográficas também eram propícias. Solos férteis e clima, que permite o cultivo dos mais diversos produtos, foram importantes para o sucesso da ocupação. Por isso tudo as oportunidades eram imensas e o

processo consolidou-se de forma irreversível.

A agricultura, que se estruturou durante a ocupação do Estado neste século, era tecnologicamente tradicional, porém mercantil, porque direcionada tanto para o mercado local quanto nacional e internacional. Esse aspecto tornava a agricultura paranaense extremamente dinâmica. Assim, ela respondia com eficiência e rapidez às variações do mercado, adaptando-se às condições estruturais que iam se sucedendo. Por isso, não se deve descartar, antes de estudos mais completos, que a incorporação produtiva do solo paranaense significou um apoio fundamental ao processo de industrialização, que, paralelamente se desenvolvia no Brasil.

A ocupação efetiva do território paranaense significou também o aprofundamento da incorporação do Estado do Paraná ao contexto histórico-econômico nacional, via formação de um mercado brasileiro com grau elevado de unificação, necessário à manutenção da expansão do sistema global. É neste contexto que se inserem as transformações constatadas no Paraná, como um todo, e na sua agricultura em particular, na década de 70. Como a ocupação, estas transformações revestiram-se de um caráter extremamente significativo, dadas as condições em que ocorreram.

O exame de dados quantitativos comprovam mudanças acentuadas naquela década, na estrutura fundiária, na produção agrícola e industrial, no desenvolvimento das cidades, nas relações de trabalho no campo, e, em especial, no crescimento populacional do Estado. Sobre esse último aspecto é muito conhecido o caso do Paraná. Antes de 1970, destacava-se pelas elevadas taxas de crescimento demográfico superiores à nacio-

nal; depois, pela redução drástica nas taxas que, na década de 70, apresentaram níveis inferiores às do Brasil.

No presente trabalho, considera-se que as transformações na agricultura paranaense, no período estudado, são expressões do processo mais amplo de modernização do sistema econômico-social nacional. Assim, elas são vistas como "reações" locais ao processo de modernização brasileiro.

Desse modo, procurou-se construir um quadro conceitual e teórico-metodológico passível de incorporar as condições da evolução histórica em questão. Trata-se de um quadro de referências que, eventualmente, poderá ser aplicado às outras realidades brasileiras. Neste quadro a dinâmica histórica está interligada ao conceito de modernização adotado.

Esse conceito forma-se a partir da constatação de que o sistema econômico-social brasileiro consolidou-se numa nova fase, caracterizando-se por estar estruturado monopolisticamente, um verdadeiro Capitalismo Monopolista. Sendo assim, por modernização entende-se o processo global que, no Brasil, correspondeu à evolução de um determinado período histórico onde desenvolvia-se a transição entre o sistema econômico-social nacional na sua fase escravista-colonial, e o sistema como estruturado, no momento, em sua fase monopolista.

Na agricultura, o processo de modernização pressupõe a emergência de uma categoria econômica denominada Complexo Agroindustrial, no sistema global brasileiro. Esta categoria liga-se intrinsecamente a sistemas monopolizados. Trabalhar com ela significa reconhecer que se está inserido num deles.

A partir disso, considera-se que a face agrícola, do processo de modernização brasileiro e paranaense, corresponde à integração da agricultura ao Complexo Agroindustrial, tal qual observada em outros exemplos históricos, onde o capitalismo tornara-se monopolista. No caso, a função do Complexo Agroindustrial parece ser a mesma do Complexo Industrial-Militar. Estas categorias econômicas, desenvolvendo-se através de integrações de diversos setores econômicos, possibilitaram manter o dinamismo do capitalismo, na sua fase monopolista.

No Brasil, de forma ampla, e no Paraná, de maneira restrita, o processo ganha especificidade histórica pela importância que assume a atuação do Estado, incentivando aquela integração. No trabalho, este aspecto foi considerado pela análise das políticas econômicas, em geral, e das políticas agrícolas, em particular, aplicadas no âmbito nacional e local.

Desse modo, procura-se estudar a integração da agricultura paranaense ao Complexo Agroindustrial, nas suas relações com a atuação do Estado. Por sua vez, tenta-se chegar a isto pela análise específica da Política de Crédito Rural, a qual é vista como o instrumento fundamental utilizado pelo Estado para consolidar aquela integração.

A expansão do progresso técnico na agricultura paranaense é entendida na pesquisa como parte daquela integração. Assim, pode-se afirmar que o objetivo específico do trabalho é o estudo desta expansão nas suas relações com a evolução da Política de Crédito Rural implementada no Estado do Paraná entre 1970 e 1980.

Em outras palavras, o que se pretende na pesquisa é resolver os seguintes problemas:

- 1º - Inicialmente, uma questão mais ampla, qual seja, até que ponto a atuação do Estado foi decisiva na evolução do processo de modernização da agricultura paranaense, no período de 1970 a 1980;
- 2º - Um outro problema, este de ordem específica, visa saber em que medida a Política de Crédito Rural implementada no Paraná, naquele período, foi fundamental para explicar a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense, nos níveis e da maneira como ocorreu.

Para responder estas questões partiu-se da hipótese geral de que as elevadas taxas de expansão na utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos na agricultura do Estado na década de 70, não poderiam ser explicados por uma pretensa evolução "natural" da estrutura em que se inseriam. Primeiro, em função do curto período de tempo estudado. Segundo, pelos níveis alcançados pelo processo. Assim, parte-se para buscar, em fatores "externos" àquela estrutura, o agente dinamizador indispensável à análise da problemática. Este agente é o Estado.

O interesse pelo tema surgiu da análise refletida de trabalhos que tratam da realidade paranaense e, em especial, do artigo "A população brasileira segundo o Censo 80", publicado no Jornal do Brasil, de 31 de maio de 1981.¹ Este artigo divulgava os resultados preliminares do censo demográfico de 1980, no Brasil.

O Paraná merecia, na reportagem, um destaque especial. Por um lado, em função da reversão do crescimento populacional do Estado na década de 70. Por outro lado, pelo crescimento demográfico significativo da Região Metropolitana de Curi-

tiba, o maior dentre todas as outras regiões no Brasil. Isto tudo indicava que algo muito importante ocorrera no Paraná entre 1970 e 1980.

A contribuição da pesquisa está em tentar analisar as transformações do sistema paranaense, integrado numa realidade mais ampla, que é o contexto histórico global em que está inserido. Isto justifica a estrutura do trabalho, onde os dois primeiros capítulos foram reservados para uma revisão da literatura sobre o tema a partir da análise dos debates em torno dele, e para construção de um quadro conceitual e teórico-metodológico que envolvesse o processo histórico em pauta. Os capítulos seguintes tratam das transformações na agricultura paranaense, através dos pressupostos definidos no quadro de referências elaborado.

A escolha do período levou em consideração aspectos teóricos e práticos. Em termos teóricos, pode-se afirmar que, as transformações no meio rural, consideradas de uma forma ampla, são permanentes e irreversíveis. A intensidade maior ou menor das transformações é que caracteriza determinados períodos. O período abordado corresponde a uma conjuntura, onde as modificações aceleraram-se significativamente, merecendo uma análise específica. Assim, pretende-se, com a escolha do período, enfatizar a observação de um aspecto fundamental e que se confunde mesmo com o conceito de conjuntura, que é movimento, como o apresentado por Ciro F.S. CARDOSO e Héctor P. BRIGNOLI, quando afirmam que entendem "como conjuntura, antes de tudo, movimento". Acrescentam ainda que "as mudanças, os movimentos dos componentes essenciais da vida econômica são aludidas por esta noção de conjuntura".²

Além disso, um outro aspecto que justifica a adoção do período refere-se à Política de Crédito Rural. Só em 1980 ocorreu a primeira grande mudança em alguns dos pressupostos básicos desta política, a qual desde que foi estruturada nos últimos anos da década de 60, ainda não havia sofrido modificações profundas, não obstante algumas adaptações importantes na segunda metade da década de 70. Após 1980, os juros subsidiados e a oferta de crédito começaram progressivamente a sofrer mudanças, pelo aumento relativo dos juros e diminuição do volume dos créditos. Com isso, 1980 marcou o fim efetivo de uma determinada Política de Crédito Rural, que está no cerne das preocupações deste trabalho.

Em termos práticos, o período ainda se justifica na medida em que é delimitado por anos nos quais foram realizados censos agropecuários oficiais, que são fontes primordiais da pesquisa.

No presente trabalho, optou-se em definir a região objeto de estudo como o próprio Estado do Paraná. Este procedimento é perfeitamente justificável e válido na medida em que, ao se trabalhar com uma região político-administrativa, se está, na verdade, analisando um sistema local estruturado. Isso porque, em função desta divisão, parte do excedente econômico produzido é canalizado e "processado" no próprio Estado, através de políticas que dinamizam os diversos setores sociais e econômicos como políticas de colonização, industrialização, desenvolvimento agrícola, de educação, de saúde e outros. Assim, desenvolve-se uma polarização, que resulta na formação de uma determinada região, historicamente estruturada como um sistema específico.

Desse modo, a região escolhida, o Estado do Paraná adquire algumas características próprias, locais, que justificam a análise. Em outras palavras, se pode afirmar que existe uma problemática paranaense inserida na realidade brasileira.

O tema tratado reveste-se de inúmeros aspectos polêmicos, por isso mesmo, não se objetivou esgotar o assunto. Ao contrário, o que se pretendeu foi dar uma contribuição para as discussões em andamento. Para tal, o trabalho analisou aspectos específicos sem a preocupação de abranger o tema em sua totalidade. Assim mesmo, foi possível atingir um determinado nível de generalização e objetividade, indispensável à elaboração das conclusões apresentadas no final do trabalho.

Em última instância, espera-se que o trabalho venha fornecer subsídios aqueles que lutam pela solução dos problemas constatados no meio rural, e, destarte, na sociedade brasileira.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 - PRADO, João R. do. A população brasileira segundo o censo 80. Jornal do Brasil. Caderno Especial. Rio de Janeiro, 31 mai, 1981. p. 1
- 2 - CARDOSO, Ciro F.S. & BRIGNOLI, Héctor P. Os métodos da História. 3.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983. p.261.

METODOLOGIA E FONTES

O presente trabalho fundamenta-se no método histórico. Isso faz com que se extrapole os enfoques econômico e sociológico, os quais são os preferidos pelos diferentes pesquisadores que se dedicam ao tema da pesquisa.

Foram utilizadas técnica qualitativas e quantitativas, na coleta e análise das fontes.

Os dados quantitativos podem ser divididos em três grupos. O primeiro e mais importante deles corresponde à evolução do número e valor dos contratos dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, no Paraná, entre 1969 e 1980. Estes dados foram extraídos de publicação anual do Banco Central do Brasil - BACEN, relativa apenas aos dados estatísticos sobre os financiamentos do crédito rural no Brasil.¹ A partir de 1969 os dados sobre o crédito rural foram reunidos nesta publicação única, de forma sistematizada, consoante às instruções da Circular do BACEN, nº 132, 30.12.69.

Nesta publicação os dados estão discriminados por atividades (agrícola, pecuária), por finalidades (custeio, investimento, comercialização) e por diferentes produtos e finalidades específicas, como compra de máquinas, equipamentos, conservação e proteção do solo e outros.

A apresentação dos dados permaneceu inalterada até 1974, quando ocorreram algumas modificações, principalmente uma discriminação mais detalhada dos itens divulgados. Além disso, foram apresentados separadamente, a partir deste ano, os dados sobre os financiamentos para aquisição de insumos modernos utilizados na agricultura.

O valor dos contratos dos financiamentos do crédito rural estão apresentados em valores correntes. O autor desta pesquisa realizou minucioso trabalho de transformação dos mesmos em valores constantes, a preços de 1969, através de processo de deflação. Para isso, foi utilizado o Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas - FGV do Rio de Janeiro.

Além deste tratamento básico foram realizados outros tipos, como a utilização de número-índices, cálculos de variações anuais e participações relativas de itens específicos nos financiamentos totais.

O segundo grande grupo de dados estatísticos refere-se à área colhida e quantidade produzida de alguns dos principais produtos da agricultura paranaense. Estes dados foram extraídos, em sua quase totalidade, do Anuário Estatístico do Brasil, relativos ao período estudado. O Anuário é publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE.²

Em casos específicos, quando não existiam dados na FIBGE, foram consultadas publicações do Departamento Estadual de Estatística do Paraná - DEE, que também possui relatórios sobre área colhida e quantidade produzida dos produtos agri-

colas cultivados no Paraná.³

Os produtos considerados neste trabalho foram algodão, arroz, batata-inglesa, café, feijão, mandioca, milho, soja e trigo. O critério adotado para a escolha destes produtos levou em consideração a sua importância em termos de exportação e também no regime alimentar da população.

Finalmente, o último grupo de dados estatísticos básicos foram extraídos nos censos agropecuários de 1960, 1970, 1975 e 1980, realizados pela FIBGE. Estes censos favoreceram dados sobre a estrutura fundiária, expansão do progresso técnico e sobre o pessoal ocupado na agricultura paranaense. Os tratamentos efetuados foram de vários tipos, como cálculo de taxas de crescimento e retração, participações relativas e outros.

Os três grandes grupos de dados estatísticos foram discriminados em sessenta e seis tabelas e vinte e cinco quadros. A divisão dos dados em tabelas e quadros fundamenta-se no seguinte critério: nas tabelas estão os dados brutos, ou com tratamentos básicos, como o deflacionamento e transformação em número-índices; nos quadros, os dados tratados mais detalhadamente a partir das tabelas.

Para a representação gráfica de partes específicas dos dados estatísticos foram utilizadas técnicas da Semiologia Gráfica, sob a orientação do Prof. Dr. Jayme Antonio Cardoso, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Foram utilizadas também fontes qualitativas com a intenção de conseguir elementos para o conhecimento e interpre-

tação da realidade estudada.

O primeiro grupo refere-se aos principais Planos de Desenvolvimento, instituídos pelos diferentes Governos no período estudado. Foi feita uma pesquisa detalhada nestes Planos para detectar as linhas amplas da política econômica em que se inseriram as decisões governamentais a nível de Política do Crédito Rural.

No que se refere à análise da Política de Crédito Rural, foi consultada a legislação geral e específica competente. A legislação geral basicamente no livro Legislação Agrária de Adriano Campanhole.⁴ A específica, representada pelas Resoluções, Circulares e Carta-Circulares do Banco Central do Brasil, foi consultada em publicação deste órgão.⁵ Esta publicação especial reúne toda legislação pertinente à Política do Crédito Rural, desde 1965, quando da fundação do Banco Central do Brasil até 1980.

Assim, as fontes referem-se a aspectos amplos (Planos de Desenvolvimento) e restritos (legislação). Na verdade, estes dois grupos foram utilizados de forma complementar para se conseguir uma descrição mais fidedigna da atuação do Estado.

Outra técnica operacional utilizada foram as entrevistas formais e informais, dentro dos procedimentos ligados à História Oral. Foram entrevistados Professores e técnicos, que atuam ou atuaram em setores ligados ao tema, como os Drs. Brasil Pinheiro Machado, Claus Magno Germer, Eugênio Stefanello e Cícero Bley Júnior.

A realidade social reflete uma situação complexa. O perfeito entendimento desta realidade exige uma integração cada vez maior entre as ciências sociais. Sendo assim, embora o eixo metodológico da pesquisa seja o método histórico, foram consideradas as contribuições oriundas das diversas ciências humanas, como a Geografia, a Sociologia, a Economia e outras, para, através de um enfoque pluridisciplinar, analisar a realidade econômico-social em estudo, no seu aspecto concreto, ou seja, como uma totalidade.

Em termos teórico-metodológicos, dois aspectos fundamentais foram considerados na abordagem do tema. Primeiro, a tentativa que se faz em definir uma situação atual da realidade histórica analisada para a seguir, a partir desta definição, atingir a compreensão do processo histórico em pauta.

A preocupação inicial, então, volta-se para o presente, exatamente como defendia Marc BLOCH ao afirmar que é na "faculdade de apreensão do que é vivo, é que reside, efetivamente, a qualidade fundamental do historiador".⁶

Por outro lado, ao se tentar definir uma situação presente corre-se o risco de o fazer incorretamente em virtude da complexidade da realidade econômico-social em que estão inseridos os países do Terceiro Mundo, de forma geral, e o Brasil, em particular. No entanto, o que se faz é identificar aqueles elementos componentes do sistema analisado, que se apresentam hegemônicos na evolução histórica em questão, para se chegar, então, à definição da situação atual. Este procedimento teórico-metodológico foi utilizado por Karl KAUTSKY que, ao estudar a evolução da agricultura européia no final do século XIX, deparou-se com uma formação econômico-social

onde identificavam-se elementos tanto da formação anterior, em desagregação, como da que estava se estruturando hegemonicamente. Defendia, então, que o teórico, ao contrário do político prático deveria "pesquisar o modo de produção capitalista e atentar para o que nele existe de peculiar". Para isso o teórico deveria identificar suas formas clássicas, e tentar, na medida do possível, isolá-las das influências que no sistema exercem os "remanescentes de outras formas de produção, bem como os germes de formas futuras".⁷

Considerou-se aqui que os casos brasileiro e paranaense nestas últimas décadas correspondem, em grande parte, à situação de transição, como aquela estudada pelo autor citado. No Paraná, alguns trabalhos identificam este aspecto na sua evolução histórica como, por exemplo, o estudo sobre a estrutura agrária moderna dos Campos Gerais, que vê "uma estrutura em desagregação e uma estrutura nova em integração, ainda não completada, por isso mesmo mais difícil de ser definida".⁸

No momento, a emergência hegemônica de estruturas monopolizadas, como o Complexo Agroindustrial, já permite uma definição, realmente difícil há vinte anos atrás, mas possível de ser feita nos dias atuais indicando a consolidação do Capitalismo Monopolista no Brasil, e, conseqüentemente, no Paraná, não obstante os remanescentes estruturais do sistema anterior em desagregação.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Crédito rural: dados estatísticos - 1969-1980. Brasília, 1970-1981. 11v.

- 2 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil: 1960-1980. Rio de Janeiro, 1963-1981. 20 v.
- 3 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Produção agrícola - Paraná: 1971-1972. Curitiba, 1972-1973. 2 v.
- 4 - CAMPANHOLE, A. Legislação agrária. São Paulo, Atlas, 1985. 635 p.
- 5 - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resoluções, circulares e cartas-circulares. Brasília, 1983. 3 v.
- 6 - BLOCH, M. Introdução à história. 4.ed. Lisboa, Europa-América, 1981. p. 43.
- 7 - KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986. p. 13.
- 8 - BALHANA, A. P. et alii. Campos Gerais: estruturas agrárias. Curitiba, Universidade do Paraná, 1968. p. 7.

CAPÍTULO 1 - DEBATES E CONTROVÉRSIAS SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA.

1.1 - O DEBATE FEUDAL/CAPITALISTA: UMA COMPARAÇÃO

O objetivo desta parte do trabalho é apresentar o debate feudal/capitalista ocorrido nas décadas de 50 e 60, procurando analisá-lo a partir da comparação com outra discussão que se travava na década de 60, denominada aqui de debate agricultura/desenvolvimento.

Até os anos 60 são poucos os trabalhos que tratavam especificamente da agricultura brasileira,¹ se comparados com os que analisavam o processo brasileiro de industrialização.² Ressalte-se ainda que os estudos sobre a agricultura são predominantemente analíticos, sendo raras as sínteses. Os estudos sobre o meio rural, de forma específica e sistemática, tratando de períodos recentes da realidade brasileira, aparecem na esteira da crise político-econômica, já visível no final dos anos 50, mas que só se manifesta nos primeiros anos da década de 60.³

O crescimento industrial baseado no modelo de substituição de importações mostrava-se incapaz de manter as elevadas taxas de crescimento econômico, situação agravada pelos conflitos políticos, que acabaram explodindo em março-abril de 1964. Era nesse ambiente de crise, que se exteriorizava uma primeira discussão de idéias de temas específicos sobre as estruturas agrárias brasileiras. Trata-se de uma discussão dicotômica, baseada que estava em dois corpos de idéias,

nos quais destacam-se os trabalhos de um lado de Caio Prado Júnior e de outro Alberto Passos Guimarães.⁴

O debate detém-se sobre aspectos específicos da estrutura agrária, notadamente as relações de trabalho, que não se ligam, de forma incontestável, num determinado sistema econômico-social.⁵ Assim, é na análise de uma relação de trabalho relativamente comum no meio rural brasileiro, a parceria, que se centra com destaque a discussão. A parceria, para os defensores da tese feudal e todo o aparato que a envolve, demonstrava a existência de "restos feudais" na agricultura brasileira. Esta tese é defendida por Alberto Passos GUIMARÃES, quando afirma:

Quando tudo faria supor - e muitos o admitiram - que o latifúndio do café ou da cana-de-açúcar despenharia no abismo, arrastado pela decomposição do regime escravista, e cederia lugar, sem maiores resistências, ao estabelecimento da pequena propriedade, assistiu-se, ao contrário, ao seu ressurgimento, à custa de uma solução astuciosa: a parceria. A esse tipo de contrato de trabalho, que de nenhum modo se pode identificar com o trabalho livre, viriam associar-se outras formas de transição para o salariado, sem que deixasse o latifúndio de conservar seu caráter essencial e seu tradicional poder de coação sobre os trabalhadores nele engajados.⁶

O caráter essencial da estrutura agrária era dado pelo latifúndio e as relações de trabalho determinadas por ele. É o que se pode concluir do seguinte trecho do mesmo autor: "(...) no latifúndio cafeeiro sobrevivia, em toda a sua plenitude, a força do monopólio colonial e feudal da terra, o que bastava para lhe assegurar a perenidade de seu poder extra-econômico, de seu sistema de 'governo'."⁷ Estas teses representavam o "oficialismo"⁸ da esquerda nacionalista, que se baseava em "modelos interpretativos importados que procuravam

homogeneizar a experiência histórica dos 'países colonizados' segundo o modelo chinês estabelecido pelo programa do VI Congresso da Internacional Comunista de 1928."⁹

Além de estar fundamentado no "esquema evolutivo linear dos modos de produção",¹⁰ a tese de Alberto Passos Guimarães não deixa de estar influenciada pelo dualismo estrutural.¹¹ No seu pensamento os "restos feudais" corresponderiam às formas "atrasadas" e "tradicionais" da sociedade brasileira, que habitavam o espaço rural e estavam em oposição ao espaço urbano "moderno" e "progressista".

Em oposição a essas concepções formara-se o que foi denominado de "tese capitalista".¹² Os que mais se destacaram na defesa destas idéias foram Caio Prado Júnior e André Gunder Frank.¹³ Caio PRADO JÚNIOR defende a tese de que os fatos e fenômenos observados no meio rural brasileiro foram e são determinados pela evolução do capitalismo. Sua tese pode ser resumida nesta citação:

"(...) o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como 'restos feudais'. Não fosse por outro motivo pelo menos porque para haver 'restos', haveria por força de preexistir a eles um sistema 'feudal' de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado."¹⁴

Ao analisar especificamente a parceria, Caio Prado Júnior não a vê como uma prova da existência de "restos feudais" na agricultura brasileira representando uma forma "atrasada" de relação de produção. Muito pelo contrário, a parceria correspondia a uma forma "avançada" de organização econômica e que nada ficava a dever em produtividade a outras for-

mas de organização. Sobre esse ponto afirma:

Trata-se entre nós, pelo menos naquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, de simples relação de emprego com remuneração in natura do trabalho. Isso é com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, (...). A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado, e constitui pois em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho.¹⁵

André Gunder Frank, por sua vez, centra a análise nos desequilíbrios regionais. Segundo ele, qualquer fenômeno observado na economia brasileira ou na agricultura em particular só poderia ser explicado a partir da consideração do sistema econômico vigente, que no caso é o capitalista, porque não aceita "a possibilidade de existirem numa mesma sociedade setores independentes uns dos outros".¹⁶ As manifestações de "atrasos" são resultados da própria racionalidade do capitalismo, que repete internamente o que acontece a nível internacional com a formação tanto de regiões desenvolvidas quanto subdesenvolvidas.¹⁷

Paralelamente, desenvolviam-se discussões, na década de 60, sobre as relações da agricultura com o desenvolvimento, que não consideravam prioritariamente o debate feudal/capitalista.¹⁸ Aquele choque de idéias recebe aqui a denominação de debate agricultura/desenvolvimento. Tentava-se esclarecer se as estruturas agrárias brasileiras, de forma ampla, e o comportamento da produção agrícola em particular significava ou não um obstáculo à retomada e manutenção do crescimento econômico recente. Como no debate analisado anteriormente, tratava-se de uma discussão dicotômica, baseada também em duas posições antagônicas.

Uma das posições defendia a tese de que a retomada e

manutenção do crescimento econômico nos níveis apresentados em períodos recentes era inviável sem a remoção, através de uma reforma agrária, dos obstáculos ao desenvolvimento encontrados nas estruturas agrárias brasileiras, baseadas no sistema latifúndio/minifúndio.¹⁹ Por outro lado, estudiosos defendiam tese contrária, afirmando que as estruturas agrárias brasileiras não eram um obstáculo ao desenvolvimento econômico.²⁰ Assim, não havia necessidade de uma reforma estrutural no campo.²¹

O problema que se coloca é o seguinte: o que diferenciava o debate agricultura/desenvolvimento do debate feudal/capitalista? Este ponto é importante na medida em que se constata que na década de 60 os debates se manifestaram paralelamente.

Antonio Barros de CASTRO²², que participa do debate agricultura/desenvolvimento, afirmava de forma crítica que, ao contrário do processo de industrialização, que vinha sendo estudado sistematicamente, através de trabalhos com visão de conjunto e esforço interpretativo, a agricultura era estudada apenas nos seus aspectos parciais. Os detalhes recebem uma atenção desnecessária e é comum "o abuso da abstração e o exagero das generalizações".²³

Sem discordar por completo desta tese, julga-se necessário, entretanto, acrescentar um aspecto importante na diferenciação dos dois choques de idéias. O debate feudal/capitalista tinha como participantes autores, setores, grupos e partidos, em sua maioria, ligados à uma concepção ideológica incompatível com o sistema vigente. Assim, estavam empenhados em analisar a crise brasileira e, em particular, os problemas

do campo, formulando propostas alternativas, sempre de acordo com as concepções teóricas e práticas, que significavam uma oposição ao sistema. Sobre este ponto é importante citar Cristian TOPALOV quando afirma, referindo-se ao debate feudal/capitalista:

(...) conflito de teorias reflete (...) um conflito prático cujo resultado será a definição de uma estratégia de desenvolvimento adaptada às condições concretas de organização agrária: segundo a interpretação adotada, os objetivos e os meios de luta política a ser travada serão de natureza diversa.²⁴

A oposição ao sistema fica clara também na amplitude do debate que, como já se afirmou, ressaltava aspectos parciais, com os detalhes recebendo atenção especial.²⁵ A focalização prioritária de alguns pontos justifica-se então, porque seriam neles que as contradições do sistema apresentavam-se de forma mais contundente. Assim, o entendimento perfeito dos aspectos ligados a esses pontos permitiria a formulação de uma estratégia viável de ação política.

Ao contrário, no debate agricultura/desenvolvimento, os estudiosos e setores envolvidos tentavam definir uma estratégia de desenvolvimento econômico para o Brasil, a partir do capitalismo e da industrialização. O desenvolvimento, a que se referiam, significava, na verdade, a modernização do capitalismo brasileiro, tornando-o mais racional e eficiente.²⁶

O debate feudal/capitalista, embora apresentado, não está nas preocupações centrais da dissertação. Este procedimento não resulta de um julgamento de valor do conteúdo do debate em si, muito menos dos autores envolvidos. Apenas, se teve como mais útil aos objetivos da pesquisa uma análise mais detalhada do debate agricultura/desenvolvimento. Isso

se justifica porque é a partir das idéias envolvidas nesse debate, que são definidos os rumos tomados pelas transformações identificadas na sociedade brasileira, e, de forma especial, na agricultura. Ademais, ao contrário do debate feudal/capitalista que foi interrompido, só sendo retomado nos anos 70,²⁷ o debate agricultura/desenvolvimento foi levado às últimas conseqüências, com alguns de seus participantes exercendo funções administrativas, onde colocaram em prática suas idéias acadêmicas. Este ponto fica claro no seguinte trecho:

A crítica conservadora aos modelos amplamente aceitos nas décadas de 50 a 60 conta com os nomes de economistas de nomeada no campo político-administrativo, tais como Antônio Delfim Neto, Afonso Celso Pastore, Pereira de Carvalho, Ruy Miller Paiva.²⁸

A análise do debate agricultura/desenvolvimento é objetivo específico da segunda parte deste capítulo. Nesse debate, a modernização do capitalismo brasileiro é o aspecto central, comum às duas correntes envolvidas, que podem ser classificadas da seguinte maneira: a primeira, liderada por Celso Furtado, propunha o que se denominou de modelo distributivista, onde o crescimento econômico ocorreria ao lado de uma distribuição equitativa da renda; a segunda, liderada por Antônio Delfim Neto, define um modelo concentracionista, fundamentado na tese de que primeiro se deveria promover o crescimento econômico, para depois repartir os frutos desse crescimento.

1.2 - O DEBATE AGRICULTURA/DESENVOLVIMENTO

No final de 1962, quando a crise político-econômica apresentava-se significativa, com tendências a se agravar, surge uma proposta que visava superá-la e colocar o Brasil, de forma definitiva, nos rumos do desenvolvimento. Trata-se do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social - 1963-1965.²⁹ Sabe-se que foi formulado por uma equipe chefiada por Celso Furtado,³⁰ e correspondia ao seu pensamento, na época, Ministro do Planejamento. O Plano fazia uma análise da economia brasileira, de certa forma incorreta, porque não ligava a crise ao esgotamento do processo de substituição de importações.³¹

Ao contrário do Plano de Metas, que privilegiava o setor industrial, o Plano Trienal dedicava um grande espaço à análise do setor primário. Não se deve concluir que se tratava de um documento com objetivos meramente econômicos. Pode-se identificar objetivos políticos implícitos na proposta. Em primeiro lugar, na tentativa de interpretar as aspirações econômico-sociais mais imediatas da coletividade brasileira, fixando-as como objetivos do Plano. Daí a sua ênfase na necessidade de promover Reformas de Base, nos setores administrativo, bancário, fiscal, e, sobretudo agrário, tentando diminuir as pressões internas de diversos setores.³²

Além disso, de acordo com uma visão simplista do processo histórico brasileiro, há os que o consideram uma mera tentativa de angariar apoio internacional a um governo visando, mostrando uma face eficiente, séria e racional.³³

Em relação ao setor primário, uma das teses do PTDES é que a crise econômica brasileira, evidenciada na diminuição de crescimento do setor secundário, era em grande parte resultado da "rigidez das atividades primárias para responder aos estímulos derivados do processo de industrialização".³⁴ Esta rigidez apresentava-se de duas formas. Em primeiro lugar, o setor agrícola não supria, de forma satisfatória, o setor não-agrícola de alimentos e matéria-primas. A base empírica, que comprovava este fato, encontrava-se na evolução dos preços dos produtos agrícolas, que subiram mais do que os produtos industriais nos anos anteriores.³⁵ Por outro lado, o subconsumo da população rural, envolvida numa economia de subsistência, não permitia uma demanda efetiva, por grandes setores da população brasileira, de produtos industriais aptos a serem produzidos pelo parque industrial brasileiro, de dimensões significativas naquele momento.

A partir desse quadro, identificavam-se na estrutura agrária baseada no sistema latifúndio/minifúndio, as condições responsáveis pela "rigidez" do setor primário.³⁶ Em síntese, as repercussões danosas da estrutura agrária sobre o processo de industrialização seriam os seguintes:

- a maioria das propriedades agrícolas (75%) apresentava uma área insuficiente (menos de 50 hectares) para viabilizar programas de conservação do solo e aumento da produtividade;
- justamente nessas propriedades concentrava-se a maior parte da população em situação de subemprego;
- o grande tamanho das propriedades resultava numa ociosidade crescente das terras, o que agrava o quadro anterior, e levava a uma situação em que o aluguel de terras, sob diversas formas, predominava dificultando o acesso, a grande parte dos produtores, aos fatores de produção que elevam a produtividade da agricultura.³⁷

Em consequência desse diagnóstico a Reforma Agrária resultava como proposta natural, numa tentativa de retomar o crescimento econômico nos níveis apresentados em anos anteriores.

Mas nem só de Reforma Agrária trata o PTDES. Outros aspectos ligados à política agrícola são abordados e propostas são formulados para operacionalizar mudanças. São feitas referências ao crédito agrícola, à política de preços mínimos, à utilização de máquinas, implementos e insumos modernos pela agricultura. No entanto, fica claro que a Reforma Agrária é o carro-chefe da política econômica voltada para o setor primário, e é essa proposta que dá o tom do debate agricultura/desenvolvimento. Assim, nas últimas páginas do Plano, foram formulados os objetivos mínimos, que deveriam ser alcançados, através da implantação da Reforma Agrária, que são os seguintes: 38

- A - Nenhum trabalhador que durante um ciclo agrícola completo, tiver ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação, será obrigado a pagar renda sobre a terra economicamente utilizada;
- B - Nenhum trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade poderá ser privado de terras para trabalhar ou de trabalho, sem justa indenização;
- C - Nenhum trabalhador que obtiver da terra em que trabalha - ao nível da técnica que lhe é acessível - rendimento igual ou inferior ao salário mínimo familiar, a ser fixado regionalmente, deverá pagar renda sobre a terra, qualquer que seja a forma que esta assumir;
- D - Todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores às médias estabelecidas regionalmente, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo. 39

Contra esta proposta de Reforma, que aplicada resultaria em profundas mudanças na estrutura de poder⁴⁰ da sociedade-

dade, levantam-se vozes discordantes, que, no mundo acadêmico, reúnem-se para formular o que se denominou "a crítica conservadora aos modelos amplamente aceitos nas décadas de 50 e 60".⁴¹

As teses dos formuladores da crítica conservadora podem ser encontradas nos trabalhos de Antônio Delfim Netto,⁴² líder de um grupo de economistas ligados a essa corrente. Sobre o impacto da obra de Delfim Netto no cenário político-administrativo M.Y. LINHARES & F.C.T. da SILVA expressam-se de forma muito clara:

Enquanto teóricos 'radicais' propunham mudanças nas estruturas do país como única forma de dar continuidade ao desenvolvimento nacional, Delfim Netto surgia como um jovem teórico da oposição, demonstrando que o desenvolvimento não requeria mudanças de base.⁴³

A crítica conservadora não se fundamenta no dualismo estrutural, como base teórica das suas formulações. De novo recorre-se a M.Y. LINHARES & F.C.T. SILVA, que identificam, de forma correta, a matriz teórica do grupo:

A empresa agrícola se define, segundo a visão neoclássica, não estrutural, como uma empresa capitalista comum, o que automaticamente elimina grande número de problemáticas possíveis (...). As análises partem de situações de equilíbrio, e as políticas preconizadas, coerentemente com o modelo proposto, apontam para a necessidade de atuar sobre os fatores que possam mudar positivamente as taxas de remuneração de capitais investidos.⁴⁴

Assim, torna-se evidente que a base teórica dos formuladores da crítica conservadora são as concepções da corrente neoclássica,⁴⁵ que utilizavam para explicar a realidade brasileira. Desta forma não apresentam uma teoria construída a partir das condições latino-americanas ou brasileiras. Trata-se de uma diferença importante em relação a seus opositores,

cujas teses estão baseadas num esforço de construção de uma teoria "local", fundamentada no dual-estruturalismo.⁴⁶

Para os formuladores da crítica conservadora não havia necessidade de reformas estruturais no campo. O fundamental era promover uma "otimização e racionalização dos fatores de produção"⁴⁷ a nível macroeconômico com o objetivo de extrair do setor primário, o maior volume de capital possível, para financiar o crescimento industrial.⁴⁸ A transferência de renda deveria efetuar-se através do confisco cambial e pelo incentivo à exportação de produtos agrícolas, o que resultava na entrada de divisas. Além disso, a transferência de renda efetivada pela intensificação de processos que, para Delfim Netto, são os pressupostos básicos do desenvolvimento: o aumento da produtividade agrícola e a transferência da mão-de-obra da agricultura para os demais setores da economia.⁴⁹

Além de Delfim Netto outros nomes destacaram-se entre os formuladores da crítica conservadora. É o caso de Ruy Miller Paiva,⁵⁰ "chefe de fila de uma das mais importantes correntes conhecidas como 'modernizadoras' da agricultura".⁵¹

Ruy Miller Paiva tem como preocupação principal a adoção e difusão do progresso técnico na agricultura. Segundo ele, aquela adoção é um problema microeconômico do agricultor que levaria em consideração a vantagem econômica de adotar uma tecnologia ou não. Ao analisar a difusão do progresso técnico é que formula sua contribuição mais original. Defende a tese que o crescimento do setor não-agrícola é uma variável mais importante do que as tradicionais, como serviços de pesquisa, ensino, assistência técnica e crédito agrícola, para determinar as possibilidades de difusão do progresso técnico na agricultura dos países subdesenvolvidos. Para a difusão

manter-se em processo de expansão contínua deve ocorrer um constante decréscimo da importância relativa da agricultura, que pode ser constatada pela participação do setor agrícola no PIB e na PEA.⁵²

Caso estas condições não sejam satisfeitas, começa a se fazer presente um "mecanismo de autocontrole do setor agrícola",⁵³ indicando que o processo de difusão da tecnologia moderna atingiu "um grau ótimo"⁵⁴, e qualquer tentativa de ultrapassar este ponto gerará graves problemas sociais, como desemprego no campo, pressão sobre o setor urbano, ação negativa sobre produtos que utilizam técnicas tradicionais.

A importância do trabalho de Ruy Miller Paiva foi exposta com muita clareza nesta passagem:

Pode-se dizer que o modelo de Paiva constitui um avanço no sentido de se compreender a modernização tecnológica também como um processo de penetração do capitalismo na agricultura.⁵⁵

Outro nome de destaque que pode ser incluído entre os formuladores da crítica conservadora é Antônio Barros de Castro. No entanto, esta inclusão não impede de constatar diferenças importantes em relação a outros autores que fixam-se nos aspectos puramente econômicos. Ao contrário, nos esquemas explicativos de Antônio Barros de Castro, são considerados aspectos ligados ao processo histórico, à demografia, à estrutura social e outros.⁵⁶ Suas idéias sobre o tema estão expostas, no ensaio "Agricultura e desenvolvimento no Brasil",⁵⁷ que data de 1969.

Naquele momento, a economia do Brasil estava sendo dirigida por alguns membros da crítica conservadora. Iniciava-se

também um período onde sucederiam elevadas taxas de crescimento e que ficou conhecido como o "milagre brasileiro". É nessa conjuntura que são implementadas, na prática, as idéias formuladas nos meios acadêmicos. Essas idéias eram apreendidas pelos grupos que fornecem o respaldo político do governo. Depois de alguns anos em que as transformações no setor agrícola foram lentas, iniciava-se um período onde elas foram aceleradas.

No ensaio "Agricultura e desenvolvimento no Brasil", Antônio Barros de Castro depois de analisar se a agricultura exerceu suas funções clássicas durante o processo de industrialização brasileiro conclui afirmando que "visto pela perspectiva da agricultura, a industrialização apresenta (...) um elevado grau de autonomia".⁵⁸ Em outras palavras, no caso brasileiro, "o processo de impulsão interdependente da agricultura e da indústria, que tão claramente se verificou em casos 'clássicos' de industrialização",⁵⁹ não ocorreu. Isso se deve à industrialização brasileira ter sido baseada no processo de substituição de importações, o qual prescindia da elevação da produtividade agrícola, pois não dependia da incorporação crescente do mercado consumidor, representado pela população rural. Além disso, como a maior parte das indústrias instaladas estavam baseadas em tecnologia capital-intensivas, fato por demais comprovado, que necessita de pouca mão-de-obra em relação ao capital investido, a liberação de mão-de-obra do campo não precisa ser feita com a intensidade observada nos casos clássicos de industrialização.

Com o esgotamento do modelo de substituição de importações, observa-se a eclosão do debate agricultura/desenvolvimento. O ensaio de Antônio Barros de Castro significava sua

integração à discussão. Assim, encontram-se no seu trabalho propostas de como a agricultura poderia contribuir para a retomada do crescimento industrial. Analisam-se estas sugestões a partir da conjuntura da época. Afirma-se que a demanda por produtos industriais pelo setor primário poderia se dar de duas maneiras diferentes, solucionando um problema inicial nas relações agricultura/indústria.⁶⁰

Primeiro, através de uma concentração de rendas nas mãos dos grandes e médios proprietários, através dos serviços de crédito, aumento de produtividade dirigida e outros, que provocaria uma demanda por manufaturas modernas, com a consolidação de hábitos consumistas. Segundo, através de um programa de repartição e distribuição da terra dos latifúndios, melhorando sensivelmente o poder aquisitivo das massas rurais, que resultaria no crescimento da demanda por manufaturas tradicionais.⁶¹

Para resolver um segundo problema das relações agricultura/indústria, ou seja, do aumento da produção agrícola de alimentos e matérias-primas, sem se recorrer ao crescimento extensivo pela incorporação de novas terras e sim ao crescimento intensivo resultante do aumento de produtividade, Antônio Barros de Castro afirma que se poderia recorrer também a dois modelos "que, em princípio, se excluem, mas que podem ser tornados parcialmente complementares".⁶²

O primeiro modelo foi o adotado historicamente pelos Estados Unidos da América. Baseava-se na formação de um setor de grandes e médios proprietários, com elevada capacidade financeira e apoio de programas e políticas governamentais, que provocariam amplas encomendas ao setor industrial de vanguar-

da que, no caso, eram as indústrias de tratores, motores elétricos, indústrias químicas e outras. Assim, o aumento de produtividade resultaria da forte utilização de máquinas, implementos e insumos modernos.

O segundo modelo baseava-se na experiência japonesa. O aumento de produtividade resultaria da utilização racional de implementos simples, arados, melhoria de sementes, adubos verdes e orgânicos, combate à erosão e espaçamento adequado. Trata-se de um padrão tecnológico diverso do modelo anterior baseado em indústrias modernas.⁶³

No caso brasileiro, em função do parque industrial instalado, baseado em indústrias modernas, só seria viável o aumento de produtividade, através do modelo americano aliado à manutenção da estrutura agrária, porque só assim se poderia estimular a produção industrial. Esta é a tese central do autor.⁶⁴

A conclusão não é muito diferente daquela que os formuladores da crítica conservadora já haviam apontado e que naquele momento transformavam em atuação prática de governo. A partir do exposto, efetivamente, a modernização brasileira seguiu o modelo americano que, para os formuladores da crítica conservadora, foi resultado de uma determinação técnico-econômica mais do que política. Trata-se do modelo concentrationista analisado em diversos trabalhos,⁶⁵ que aliado às condições externas favoráveis provocou um acentuado crescimento econômico que, no entanto, segundo até mesmo documentos oficiais da época, não resultou numa melhora das condições sociais da maior parte da população brasileira.

Nesse contexto, convivendo com as transformações geradas pela adoção do modelo agrícola já desenvolvido nos Estados Unidos da América, uma nova "leitura" da questão agrária brasileira é esboçada. A corrente que se forma é indicada por M.Y.LINHARES & F.C.F.da SILVA, como uma crítica radical às interpretações que permearam os anos 50 e 60, aí incluídos os participantes dos dois debates analisados aqui.⁶⁶

As diferenças básicas, que envolvem os dois momentos, referem-se em primeiro lugar a uma despolitização do debate dos anos 70, em relação aos dos 50 e 60. Além disso, na década de 70, os trabalhos são lastreados numa base empírica mais sólida. Em resumo, trata-se de um posicionamento defendido por um grupo de estudiosos ligados às universidades formando um corpo de pesquisadores especializados.⁶⁷

Pode-se afirmar que a crítica radical promoveu modificações na "tese capitalista" a partir "de um marco teórico mais sofisticado".⁶⁸ A linha adotada indica uma retomada do debate feudal/capitalista. Sobre este assunto escreve J. WILKINSON:

O debate sobre a questão agrária no Brasil durante a década de 1970 pode ser visto retrospectivamente, como uma tentativa de enfrentar a superação política e econômica, pós-golpe militar, do debate clássico 'feudalismo x capitalismo' dos anos 50 e 60.⁶⁹

As teses básicas da chamada "geração universitária" indicam que o capitalismo no Brasil é resultado da expansão do capitalismo mundial, que assume forma específica caracterizada pela dependência ou por ser periférico. Identificam manifestações de "atraso" na agricultura, mas que resultavam "não

de uma sobrevivência colonial, mas sim, como uma refuncionalização dentro da própria racionalidade do capitalismo dependente ou periférico.⁷⁰ Assim, as formas atrasadas não significavam um obstáculo ao desenvolvimento econômico na sua forma capitalista. Além disso, identificavam no Estado a instituição a que caberia favorecer a transferência de renda do setor agrícola para o setor industrial, viabilizando a acumulação capitalista.⁷¹

Em trabalhos recentes,⁷² uma nova "leitura" crítica vem sendo feita das teses dos formuladores da crítica radical dos anos 70, o que fica claro no seguinte trecho:

Os principais autores que estabeleceram os termos desse debate, em nome de um ataque ao esquema dualista da tese 'feudal' e a sua imagem conservadora refletida na versão cepalina, substituíram este esquema por uma versão harmoniosa do mesmo dualismo.⁷³

Segundo essa tese, o "atraso" identificado no setor primário antes visto como um obstáculo ao crescimento industrial, aos formuladores da crítica radical,

(....) passou a ser encarado como condição estrutural para a acumulação na indústria, aumentando a taxa de lucro pela redução nos custos do capital variável. Tratar-se-ia de uma variante particular às economias não-coloniais e não-imperialistas, da acumulação primitiva, substituindo a clássica expropriação dos meios de produção.⁷⁴

A "geração universitária", mesmo vivenciando as transformações que se operavam na agricultura na década de 70, insistiu em recorrer ao dualismo estrutural, porque faltou-lhes a consideração de uma categoria econômica relativamente nova, em especial no Brasil, que era o conceito de Complexo Agroindustrial.

E é da utilização deste conceito que surge uma nova abordagem, nova corrente, que trata da realidade agrária, a partir da consideração do conceito de Complexo Agroindustrial como subordinador das estruturas agrárias e de cada vez maiores contingentes de produtores. Denomina-se aqui de "integracionistas" ao grupo formado pelos autores e trabalhos, que se fundamentam nessa linha explicativa. A corrente integracionista produz seus trabalhos da constatação empírica das transformações geradas pela modernização, conseguindo se livrar de esquemas teóricos, como o dualismo estrutural, utilizados por interpretações anteriores.

Porque as concepções explicativas formuladas pela corrente integracionista norteiam a linha que se pretende imprimir à presente pesquisa, se faz necessário um tratamento mais detido do conceito de Complexo Agroindustrial, do caminho e das condições em que se dá a modernização da agricultura brasileira desde a consideração de que as transformações resultam da integração crescente da agricultura ao Complexo Agroindustrial.

A história da penetração do capitalismo no campo agora em sua fase monopolista confunde-se com a história do surgimento, expansão e consolidação no Brasil do Complexo Agroindustrial, criado a partir da evolução das economias capitalistas avançadas dos países desenvolvidos e "exportado" por uma política de transferências de capitais em busca de maior valorização nos países subdesenvolvidos.

Pode-se identificar no início dos anos 50 as primeiras iniciativas de implementar essa política no Brasil.⁷⁵ No entanto, só em meados da década de 60, a expansão do Comple-

xe Agroindustrial no interior da economia, tende a transformá-lo no maior acelerador do processo de modernização da agricultura.⁷⁶

A consolidação do Complexo Agroindustrial, como categoria central na consideração da questão agrária no Brasil, vem promovendo uma unificação nos limites amplos das discussões. Na "geração universitária" esta tendência, hoje clara, aparece difusa. Isso vem provocando uma superação do fracionamento observado nos debates de 50 e 60, e, um pouco menos, na década de 70, que consideravam de forma prioritária, determinados aspectos específicos da questão agrária.

A análise das transformações na agricultura paranaense, fundamentada na corrente integracionista, abre as possibilidades de uma interpretação atualizada do processo. No Paraná, o avanço do Complexo Agroindustrial aparece de forma nítida modificando o perfil produtivo do Estado, influenciando a estrutura fundiária e subordinando parcela significativa de produtores. Assim, uma análise da modernização da agricultura paranaense não pode deixar de considerar esta categoria econômica, à qual passa-se a examinar em si própria e em suas relações, porque o processo de modernização no setor primário corresponde, na verdade, à evolução da integração da agricultura ao Complexo Agroindustrial.

NOTAS DE REFERÊNCIAS

- 1 - O termo "agricultura" tem aqui, como em diversos pontos do trabalho, uma conotação ampla, equivalente à realidade abrangida pela denominação "setor primário".

- 2 - IGLÉSIAS, F. Situação da história econômica no Brasil. Anais de História, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2: 47-64, 1970.
- 3 - De 1962 a 1967 as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto foram inferiores à taxa considerada histórica que é de 7% a.a.
- 4 - As teses de Caio Prado Júnior podem ser encontradas em "Formação do Brasil Contemporâneo" - 1942, "A questão agrária" - 1979, que reúne artigos pioneiros publicados no início dos anos 60 na Revista Brasiliense. Mas é no livro "A Revolução Brasileira" - 1966, que suas teses são reunidas e defendidas com mais clareza e vigor. As teses centrais de Alberto Passos Guimarães estão expostas na sua obra "Quatro Séculos de Latifúndio" - 1963.
- 5 - TOPALOV, C. Estruturas agrárias do Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. p. 70.
- 6 - GUIMARÃES, A.P. Quatro séculos de latifúndio, 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 95.
- 7 - GUIMARÃES, p. 95.
- 8 - CASTRO, A. B. et alii. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Brasília, BINAGRI, 1979. p. 47.
- 9 - CASTRO et alii, p. 46.
- 10 - CASTRO et alii, p. 47.
- 11 - O dualismo estrutural alimentou diversas correntes interpretativas da realidade brasileira. As teses marxistas "tradicionais", o nacional-desenvolvimentismo, o dualismo capitalino, com destaque para os trabalhos de Celso Furtado da época, estavam ligados ao dualismo, o qual apresentava-se de uma forma mais ou menos matizada. Até mesmo em relação aos debatedores dos anos 70, tem-se identificado influências do dualismo estrutural, como indica a seguinte fonte, cuja referência é

- WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, Hucitec-CEPA-BA, 1986. p. 15. Adiante volta-se ao tema.
- 12 - LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. História da agricultura brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 60.
- 13 - As teses de André Gunder Frank encontram-se no artigo: "A agricultura brasileira: capitalismo é o mito do feudalismo". Revista Brasiliense, São Paulo, 6: 51-55.
- 14 - PRADO JÚNIOR, C. A revolução brasileira. 6.ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. p. 39.
- 15 - PRADO JÚNIOR, p. 40.
- 16 - CASTRO, et alii, p. 47.
- 17 - CASTRO, et alii, p. 47.
- 18 - CASTRO, A.B. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: Sete ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo, Forense, 1972. p. 82.
- 19 - TOPALOV, p. 63.
- 20 - Não se fez qualquer diferenciação entre os termos "desenvolvimento" e "crescimento", os quais são utilizados em várias partes do trabalho como sinônimos.
- 21 - Adiante volta-se a essa discussão específica.
- 22 - CASTRO, v. 1, p. 79.
- 23 - CASTRO, p. 81. A referência é clara ao debate feudal/capitalista.
- 24 - TOPALOV, p. 9.
- 25 - CASTRO, v. 1, p. 81.
- 26 - No início dos anos sessenta o desenvolvimento era considerado por muitos como sinônimo de industrialização. Assim, quando se considera as relações da agricultura com o desenvolvimento se está, de fato, tentando integrá-la no processo de industrialização de forma a mantê-lo em expansão contínua.
- 27 - WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, Hucitec-CEPA-BA, 1986. p. 15.
- 28 - LINHARES & SILVA, p. 59.
- 29 - Segundo Skidmore, imediatamente após a edição do Plano

- Trienal, suas falhas técnicas foram apontadas. Isso se devia à pressa com que foi formulado. O governo tinha pressa em apresentá-lo para impressionar o governo norte-americano através dum "prova do planejamento a longo prazo do Brasil". SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio a Castelo - 1930-1964. 7.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 482.
- 30 - Uma referência ao pensamento de Celso Furtado não pode ser feita sem uma consideração especial, uma vez que é autor de uma obra das mais extensas sobre problemas econômicos, sociais e políticos, do Brasil e da América Latina, de repercussão mundial. O Plano Trienal indica, apenas, o pensamento de Celso Furtado naquele momento, o que não impede que ele tenha evoluído, revendo-o parcial ou totalmente em obras posteriores.
- 31 - LAFER, C. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social - 1963-1965. In: LAFER, B.M. (org.). Planejamento no Brasil, 2.ed. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 51.
- 32 - LAFER, C., p. 51.
- 33 - Vide nota 1.
- 34 - BRASIL. Presidência da República. Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social - 1963-1965 - Síntese. Dez. 1962. p. 126.
- 35 - BRASIL. Presidência da República, p. 128.
- 36 - É óbvia a vinculação teórica dessa tese com o dualismo estrutural. O setor primário representava o "atraso", enquanto o setor industrial era o setor "moderno".
- 37 - BRASIL. Presidência da República, p. 160-161.
- 38 - BRASIL. Presidência da República, p. 194-195.
- 39 - Não se pretende analisar a viabilidade de uma Reforma Agrária com esses objetivos mínimos, a luz da estrutura de poder observada na sociedade brasileira. Essa longa citação visa mostrar como era nítida a proposta contida no PTDES.
- 40 - FURTADO, C. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p. 107. Afirma que em diversas publicações de órgãos internacionais o latifundismo brasileiro tem sido qualificado de sistema de poder.

- 41 - LINHARES & SILVA, p. 59.
- 42 - As idéias diretamente relacionadas com o debate agricultura/desenvolvimento estão em Antonio DELFIM NETO, Agricultura e desenvolvimento no Brasil-1966. No entanto, na tese, O problema do café no Brasil-1959, já se encontram delineadas suas teses sobre o tema. CASTRO, A.B. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: Sete ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo, Forense, 1972. v. I, p. 91.
- 43 - LINHARES & SILVA, p. 61.
- 44 - LINHARES & SILVA, p. 60.
- 45 - As concepções teóricas neoclássicas são absorvidas em trabalhos de W.A. Lewis, T.W. Schultz, Y. Hayami e V. Ruttan, segundo CASTRO, A.C. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Brasília, BINAGRI, 1979. p. 49.
- 46 - OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 11. Para o autor, só é possível uma crítica aos defensores do modelo distribuívista, que ele chama ético-finalistas, porque os defensores do modelo concentracionista, que ele denomina formuladores da "Teoria do crescimento do bolo", são meros repetidores dos "esquemas apreendidos nas universidades anglo-saxônicas sem nenhuma perspectiva crítica". Assim, ao tentar-se uma "crítica à razão dualista", reconhece-se a impossibilidade de uma crítica aos "sem-razão".
- 47 - LINHARES & SILVA, p. 61.
- 48 - Na atuação político-administrativa dos formuladores da crítica conservadora a transferência de renda da agricultura para a indústria efetivamente ocorreu. CASTRO, A.B. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Brasília, BINAGRI, 1979. p. 49, indica alguns autores que comprovaram esse fato, como José de S. Martins, Albert Fishlow, Antonio B. de Castro. Daí a base lógica para a utilização do crédito rural como mecanismo compensatório. Adiante volta-se ao tema.
- 49 - LINHARES & SILVA, p. 67.
- 50 - O texto fundamental é PAIVA, R.M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. Pesquisa e Planejamento Econômico, 1(2): 171-234. Uma atualização pode ser encontrada em Setor agrícola no Brasil. Rio de Janeiro, Forense, 1976. 442 p.

- 51 - LINHARES & SILVA, p. 65.
- 52 - PAIVA, R.M. et alif. Setor agrícola no Brasil. Rio de Janeiro, Forense, 1976. p. 24.
- 53 - PAIVA, R.M., p. 24.
- 54 - LINHARES & SILVA, p. 65.
- 55 - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Formação de capital na agricultura paranaense. Curitiba, IPARDES, 1979. p. 21. Claus Germer é o coordenador do trabalho.
- 56 - LINHARES & SILVA, p. 65.
- 57 - CASTRO, v. 1, p. 79-146.
- 58 - CASTRO, v. 1, p. 126.
- 59 - CASTRO, v. 1, p. 126.
- 60 - CASTRO, v. 1, p. 131.
- 61 - LENIN, V.I., no início do século já afirmava que existiam duas formas de desenvolvimento do capitalismo no campo. Uma forma autocrática baseada na mecanização dos grandes latifúndios e a forma democrática através da destruição do sistema latifúndio/minifúndio, e o fortalecimento das médias propriedades. GUIMARRES, A.P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 126.
- 62 - CASTRO, v. 1, p. 132.
- 63 - CASTRO, v. 1, p. 132.
- 64 - Ao se estudar as transformações na agricultura havidas nos últimos anos a partir da visão que pode ter hoje, fica claro o aspecto simplista das concepções expostas. As transformações geradas pela integração ao Complexo Agro-industrial ocorreu de forma bem mais complexa do que se indicava nos finais dos 60. WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, Hucitec-CEPA-BA, 1986. p. 18, toca nesse ponto, que se analisará no item que trata especificamente das transformações constatadas na agricultura.
- 65 - FURTADO, 122 p.
- 66 - LINHARES & SILVA, p. 67. Os autores, de maior destaque, formuladores da crítica radical são: José de Souza Martins, Maria Rita Loureiro, Octávio Guilherme Velho, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição d'Incao e Melo, Octávio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queiroz.
- 67 - LINHARES & SILVA, p. 67.

- 68 - LINHARES & SILVA, p. 67.
- 69 - WILKINSON, p. 15.
- 70 - LINHARES & SILVA, p. 68.
- 71 - LINHARES & SILVA, p. 68.
- 72 - WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, Hucitec-CEPA-BA, 1986. E DELGADO, G. da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, Editora da Unicamp-CONE Editora, 1985. 240 p. (Coleção América Latina).
- 73 - WILKINSON, p. 15.
- 74 - WILKINSON, p. 15.
- 75 - GUIMARRES, p. 295. Segundo o autor, o conceito de Complexo Agroindustrial surgiu na década de 1950 a partir dos trabalhos do Prof. Wassily Leontief.
- 76 - SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 32.

CAPÍTULO 2 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA COMO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

2.1 - MODERNIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

O termo "modernização" está no rol daqueles cujo uso não requer maiores cuidados, dada à quantidade de sentidos em que se pode encontrá-lo na literatura científica. No entanto, não se quer enveredar pelos mesmos caminhos. Pretende-se conceituar, de forma precisa, o que vem a ser modernização no âmbito da pesquisa, cuja apresentação se inicia. Essa preocupação, em definir objetivamente o termo, surge do entendimento de que, nas ciências humanas, a palavra, a terminologia, refletindo um fenômeno, uma idéia, é a operação fundamental do processo de construção do conhecimento. A inspiração, para assim proceder, vem da constatação de que se trata de uma preocupação antiga, já exposta por Marc BLOCH, na década de 40, ao afirmar, recordando o que disse Fontenelle de Leibniz, que, segundo aquele, "formula definições exatas que o privam da agradável liberdade de abusar dos termos nas ocasiões próprias". Ao que M. BLOCH comenta que não sabe se é agradável, sabe que é perigosa essa liberdade "que nos é excessivamente familiar". E remata com muita sabedoria: "O historiador raramente define"¹, o que considera o perigo da "agradável liberdade".

É fácil constatar que a lição não foi aprendida por muitos, que insistem em "abusar dos termos nas ocasiões próprias". É verdade que, em relação ao termo modernização, não são os historiadores que mais o utilizam imprecisamente, fato

que deve ser debitado a outros especialistas.

No que se refere às transformações ocorridas na agricultura, o termo modernização é usado, comumente, denominando o processo de mudanças tecnológicas, resultado da utilização pelo agricultor de técnicas e equipamentos modernos, com abandono dos métodos tradicionais de cultivo. É o que se identifica no seguinte trecho:

A capitalização ou modernização que vem se processando na agricultura brasileira, deve ser entendida como a progressiva introdução de novas técnicas mecânicas e químico-biológicas de produção, que resultam num aumento significativo da produtividade do trabalho e da terra empregados no processo de produção. 2

Nessa mesma linha, embora de forma menos precisa, se afirma que a modernização da agricultura "se manifesta principalmente no uso de maquinaria agrícola moderna, adubos químicos, sementes selecionadas (...)."3

A referência às mudanças na base técnica da produção, denominada "modernização" nas citações anteriores, corresponde ao que se prefere chamar aqui de expansão do "progresso técnico" na agricultura, que se insere no verdadeiro processo de modernização. O termo também pode ser encontrado referindo-se a um processo mais amplo, onde a expansão do progresso técnico estaria inserida, mas que ainda não define satisfatoriamente o termo modernização. Trata-se da seguinte colocação:

A modernização do processo de produção agropecuário sulino pode ser traduzida em termos de uma maior utilização de máquinas

e insumos industriais, da mudança de culturas permanentes para temporárias, da forte concentração fundiária, da sazonalidade do emprego da mão-de-obra, do predomínio de relações de trabalho assalariadas e da geração de uma superpopulação relativa no meio rural, todos eles permeados por fatores ligados a uma 'política agrícola' nacional.⁴

Neste trecho a "modernização" não se refere, apenas, à transformação na base técnica da produção, mas sim, englobando outros processos observados na evolução histórica de uma determinada região. No entanto, essa posição ainda é insuficiente, porque está implícito que a modernização é uma soma de processos aparentemente distintos, quando, na verdade, os fenômenos indicados são as condições de um mesmo processo amplo, que se liga à evolução global do sistema econômico-social vigente no país.

Próximo desse enfoque está José Graziano da SILVA, que define implicitamente, como modernização da agricultura, tal qual foi observada na região centro-sul do Brasil, como o processo de "industrialização da agricultura".⁵ Essa caracterização fundamenta-se na tese "clássica" de Karl KAUTSKY, que afirma, ao analisar a evolução da agricultura européia nos últimos anos do século XIX:

A agricultura independente da indústria, quer seja camponesa, quer seja capitalista, deixa cada vez mais de ter o seu papel na sociedade. A indústria subjuga a agricultura. Assim, a evolução industrial traça cada vez mais a lei da evolução agrícola. (...) é nisto, ao se pôr em evidência a industrialização da agricultura, que eu vejo a idéia central do meu livro.⁶

O que José Graziano da SILVA chama de "industrialização da agricultura", corresponde ao que se chama aqui de in-

tegração da agricultura à indústria. É quando a agricultura passa a utilizar intensamente máquinas, equipamentos e insumos modernos e a produzir matérias-primas agrícolas para indústrias transformadoras. Assim, ligada a jusante e montante ao setor industrial, a evolução da agricultura subordina-se ao desenvolvimento da industrialização, transformando-se numa atividade produtiva altamente dependente, com autonomia cada vez menor. Então, "modernização" para José Graziano da SILVA, embora não corresponda simplesmente ao que se denomina aqui de expansão do progresso técnico, continua a caracterizar apenas uma parte do processo.

José Graziano da SILVA indica também que a "industrialização da agricultura", como ele a conceitua, corresponde ao que vários autores definem, comumente, como a "penetração ou desenvolvimento do capitalismo no campo".⁷ Isto, "penetração ou desenvolvimento" do capitalismo no campo, liga-se à observação de dois fenômenos identificados na evolução da agricultura brasileira de forma relativamente acentuada nas últimas décadas, que são os seguintes: a expansão do progresso técnico na agricultura e a difusão do trabalho assalariado no campo, principalmente temporário. Assim, o avanço destes fenômenos indicariam a "penetração ou desenvolvimento do capitalismo no campo". Na verdade, esta posição baseia-se em V.I. Lênin, que já afirmara, no início do século XX, ser a expansão do trabalho assalariado o principal indicador que deve ser considerado para se constatar o avanço do capitalismo no campo. A capitalização da empresa rural, ainda segundo V. I. Lênin, também seria um bom indicador.⁸

Esta posição tem sido refutada quando se tenta aplicá-la na análise da situação atual de alguns países. Bernardo

SORJ, citando o caso dos Estados Unidos da América, que é um exemplo clássico de organização de uma agricultura em moldes capitalistas, afirma que naquele país predomina a produção familiar em empresas altamente capitalizadas. No caso brasileiro, ainda no raciocínio de B. SORJ, o avanço do capitalismo, ou melhor, do capitalismo monopolista, tem, como aspecto central, a afirmação de um setor de pequenos e médios produtores altamente capitalizados.⁹

A aplicação das posições de V. I. Lênin, ao caso brasileiro, levou, conseqüentemente, à utilização da terminologia que indica uma "penetração ou desenvolvimento do capitalismo no campo", visto que a expansão do progresso técnico e difusão do trabalho assalariado na agricultura vem sendo constatada no Brasil.

José Graziano da SILVA, em trabalhos mais recentes, revisando suas posições mais antigas que fundamentavam-se nas teses de V.I. Lênin sobre aqueles aspectos, passa a estudar o problema do capitalismo no campo por um outro ângulo, ou seja, a partir da subordinação dos pequenos produtores ao sistema global, em vez de considerar apenas alguns indicadores, como o trabalho assalariado e o progresso técnico.¹⁰ Assim adota teses que estudam a pequena produção na agricultura a partir das formas concretas que assumem, ao considerar-se suas ligações com o sistema global.

Segundo essas teses, os pequenos produtores podem ser enquadrados em dois grupos: primeiro, um grupo que está subordinado ao capital comercial; segundo, um grupo subordinado às agroindústrias.¹¹ No âmbito deste trabalho considera-se que são corretos os estudos fundamentados nessa concepção, embora com a ressalva de que, o segundo grupo não está subor-

dinado apenas às agroindústrias, mas ao Complexo Agroindustrial.

José Graziano da SILVA indica, como características da subordinação do pequeno produtor ao capitalismo comercial, o pagamento de rendas, a prestação de serviços ao proprietário, financiamentos controlados por comerciantes ou pelo proprietário através de repasses, fornecimentos de alimentos ou insumos a preços elevados pelo proprietário e a compra antecipada da produção a preços aviltados.¹² Depois, a subordinação concretiza-se pela imposição na adoção de um novo padrão técnico, como pela inserção do pequeno produtor num mercado altamente monopsônico.¹³

Então, a partir disso, considera que o primeiro grupo de características é encontrado com maior expressão nas zonas de fronteiras agrícolas, enquanto que o segundo grupo predomina nas áreas mais antigas.¹⁴

Fundamentando-se nas características definidas por José Graziano da SILVA para os dois tipos de subordinação, pode-se afirmar o seguinte: ao observar-se a evolução histórica da agricultura brasileira, após a abolição do trabalho escravo, constata-se que a subordinação dos pequenos produtores ao capitalismo comercial é um fenômeno relativamente antigo e generalizado. Sendo assim, referências relativas a uma "penetração ou desenvolvimento do capitalismo no campo", ao estudar-se as transformações na agricultura brasileira nas últimas décadas, requer, no mínimo, a consideração sobre qual "capitalismo" se trata. Por isso, só se considera correta aqui uma afirmação que indique a penetração ou desenvolvimento do capitalismo monopolista, porque o capitalismo, na fase anterior à atual monopolista, já havia "penetrado" no campo,

com suas características próprias que não exigiam uma transformação no processo produtivo utilizado pelos agricultores. Ao contrário, o capitalismo monopolista quando "penetra" no campo exige determinadas transformações.

Esta análise anterior justifica-se na medida que se utiliza o termo modernização referindo-se, de certa maneira, aos mesmos fenômenos englobados na denominação que indica uma "penetração ou desenvolvimento de capitalismo no campo". Isso considerando-se as ressalvas já expostas de que não se trata da "penetração e desenvolvimento" de capitalismo em moldes antigos comerciais e concorrenciais e, sim, estruturado monopolisticamente.

Assim, passa-se à conceituação do processo de modernização fundamentando-se no caso brasileiro, numa tentativa de melhorar as perspectivas de uma abordagem histórica das transformações recentes da agricultura brasileira em geral e da paranaense em particular.

O conceito de modernização adotado nesta pesquisa fundamenta-se, em parte, no formulado por Brasil Pinheiro MACHADO.¹⁵ Para este autor, modernização é o "processo histórico global da evolução das sociedades do chamado Terceiro Mundo". O desenvolvimento econômico, definido pelas elites do poder nacional é o "elemento que dirige ideologicamente o processo inteiro". A modernização parte de um tipo-ideal, que corresponde a uma sociedade desorganizada e desintegrada como as do Terceiro Mundo. Estas sociedades são denominadas de "sociedades transicionais", pois estão em busca de uma "estrutura social para a qual não há modelo definitivo". Esta estruturação a alcançar será o "estado terminal" do processo de moderniza-

ção correspondendo a um "tipo ideal ideologicamente constituído". O processo de mudanças é o resultado da ação de "forças externas à sociedade", geradas pela posição que ocupam as sociedades do Terceiro Mundo, no sistema das relações internacionais.¹⁶

No conceito de Brasil Pinheiro MACHADO, categorias como "estado terminal" e "sociedades transicionais" são fundamentais para inserir o conteúdo histórico ao conceito. Assim, baseando-se neste conteúdo histórico, defende-se a posição de que o Brasil atingiu o "estado terminal" do seu processo de modernização. O reconhecimento deste aspecto é fundamental na formulação do conceito de modernização adotado no presente trabalho.¹⁷

No caso brasileiro, sua fase "transicional" corresponde a passagem do escravismo-colonial ao capitalismo monopolista, o qual equivale ao "estado terminal" do processo de modernização brasileiro. No entanto, recusa-se em admitir que nessa fase "transicional" o Brasil apresenta-se como uma sociedade "desorganizada e desintegrada". Ao proceder-se assim, já se está implicitamente definindo-se o "estado terminal" do processo de modernização, o qual seria o "modelo" dos países desenvolvidos. Então, os países subdesenvolvidos apresentam-se "desorganizados e desintegrados" em relação aos desenvolvidos, estes sim "organizados e integrados". Ao contrário, considera-se que a evolução histórica da sociedade brasileira corresponde ao desenvolvimento de um sistema econômico-social de transição, onde constata-se o avanço do capitalismo monopolista sobre estruturas formadas e evoluídas a partir do escravismo-colonial. As relações deste processo, exteriorizadas na realidade econômico-social brasileira, obte-

dacem a uma racionalidade própria específica à evolução deste sistema em si. Assim, a exteriorização dessa racionalidade própria não constitui em indícios de "desorganização ou desestruturação".

Então, pode-se neste ponto formular o conceito de modernização definido e adotado pelo autor destas páginas. Modernização é o processo histórico global, observado e já consolidado no Brasil, que correspondeu ao avanço do capitalismo monopolista. Este processo está consolidado, porque é a lógica do capitalismo monopolista, que hoje determina a evolução histórica do sistema econômico-social brasileiro. Atenção-se que a conceituação proposta refere-se apenas ao Brasil e não a todos os países do Terceiro Mundo, nos quais as evoluções históricas nas últimas décadas foram muito diferenciadas. Inclusive, essa é uma das características do mundo atual: a heterogeneidade do Terceiro Mundo, explicitada na dificuldade que eles tem encontrado para se unir em torno de questões comuns como o problema da dívida externa, por exemplo. Em outras palavras, não foi em todos países do Terceiro Mundo que o sistema econômico-social local entrou numa fase monopolista como aconteceu no Brasil. Por sua vez, internamente o Plano Cruzado constitui-se numa prova importante de que o sistema econômico-social brasileiro apresenta-se estruturado monopolisticamente. Pelas dimensões do Brasil só uma estrutura altamente monopolizada pode ser controlada, como vem se tentando fazer.

Com o desenvolvimento monopolista do sistema econômico-social brasileiro, permitiu-se a expansão das economias dos países capitais em direção ao Brasil, a base de transferências em busca de maior valorização, que a mão-de-obra e

matérias-primas baratas permitiam.

Ao mesmo tempo, manteve-se, com esse processo, a inserção desvantajosa do Brasil no mercado mundial, em relação aos países expansionistas, embora, ao contrário, no que tange ao relacionamento com os outros países do Terceiro Mundo, o Brasil tenha sido alçado a uma posição vantajosa. Na verdade, o desenvolvimento monopolista do sistema econômico-social brasileiro está permitindo ao Brasil entrar numa fase de "imperialização" de outros países do Terceiro Mundo. Os atuais acordos Brasil-Argentina, Brasil-Uruguai parecem comprovar esse aspecto, porque tem sido afirmado como um consenso, que nesses acordos o Brasil passará a vender artigos manufaturados, enquanto comprará apenas matérias-primas, principalmente agrícolas.

A consolidação do Capitalismo Monopolista no Brasil, "estado terminal" do processo de modernização brasileiro, ocorreu com a formação de um aparelho produtivo dominado de forma hegemônica por grandes empresas estatais, multinacionais, nacionais e mistas, que resultou numa oligopolização crescente de diversos setores econômicos, sem dúvida os mais importantes. Estas empresas gigantes atuam, inicialmente, no setor secundário, expandindo-se, num segundo momento, para os setores primário e terciário.

A instalação do aparelho produtivo baseado em grandes empresas, que permitiu a consolidação do Capitalismo Monopolista no Brasil, inicia-se com a inauguração da Usina Siderúrgica de Volta Redonda em 1946, prossegue com a criação da Petrobrás, multinacionaliza-se com o Plano de Metas do Governo JK e, finalmente, consolida-se com a incorporação de in-

portantes setores privados nacionais, no período do "milagre econômico", ao mesmo tempo que se expandiam os campos de atuação das estatais e multinacionais.

Casos típicos de transformação monopolista de setores privados nacionais e mistos é o observado no setor financeiro e de abastecimento, de especial interesse para este trabalho, e que hoje é dominado por grandes empresas.

A especificidade do caso brasileiro reside no fato de, ao contrário dos exemplos "clássicos", ter sido o Estado agente econômico impulsionador, direta ou indiretamente, do processo de monopolização do sistema econômico-social. No entanto, a ação do Estado está condicionada às configurações conjunturais do sistema econômico-social como um todo, a nível mundial, no qual está inserido, que determina, em última instância, os rumos que deve tomar essa ação. Desse modo, a ação do Estado é determinante dentro do sistema econômico-social nacional, mas é determinada pelas necessidades do sistema econômico-social como um todo a nível mundial. No Brasil foi o Estado que iniciou a instalação do aparelho produtivo, base de Capitalismo Monopolista, porque, naquele momento, só ele tinha uma "estrutura monopolista" capaz de manter relações com as economias altamente monopolizadas, como as dos países desenvolvidos.

O Brasil pode ser considerado hoje um país "modernizado", com a consolidação do Capitalismo Monopolista. Este aspecto apresenta-se acompanhado pela "consolidação" da miséria absoluta como estágio, em que se encontra a maioria da população. Este fato, reconhecido oficialmente pelo governo Sarney,

como comprova o projeto 2 000 elaborado por uma equipe chefiada pelo sociólogo Hélio Jaguaribe, por encomenda do governo, e que visa erradicar a pobreza absoluta no Brasil até o ano 2 000, suscita a seguinte questão: como foi possível a consolidação do Capitalismo Monopolista sem que conseguisse livrar muitos da pobreza. A resposta a esta questão é muito importante, mas não está nos objetivos imediatos desta investigação. No entanto, no futuro, poderá se constituir em objeto de novas pesquisas.

Na agricultura, a modernização materializa-se com a integração do setor ao Complexo Agroindustrial, categoria econômica intrinsecamente ligada ao Capitalismo Monopolista. Esta integração representa a face agrícola do processo de modernização brasileiro, realmente como ocorreu, privilegiando um determinado padrão tecnológico, tornando mais concentrada a estrutura fundiária, modificando abruptamente relações de trabalho e acelerando o êxodo rural, numa amplitude que resultou em graves problemas sociais.

No Paraná, o processo apresentou uma dimensão significativa, porque, nas últimas décadas, são identificadas as condições intrínsecas determinantes da modernização, permeando a sociedade paranaense de forma acentuada e tornando-a um caso exemplar do que se passa no Brasil nos últimos anos em termos agrícolas.

2.2 - O CONCEITO DE COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Antes de analisar especificamente o processo de modernização da agricultura brasileira, se expõe o conceito de Complexo Agroindustrial adotado na pesquisa. Ele é definido por Bernardo SORJ:

(...) conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinárias, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial. 18

Fundamentando-se nesta conceituação, é que se afirma ser a modernização da agricultura brasileira correspondente ao processo de integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial. Assim, essa integração passa a ser vista como um processo amplo, que envolve todos os setores da economia.

O conceito de Bernardo SORJ pode ser dividido em duas partes para efeito de análise. A primeira parte afirma que o Complexo Agroindustrial é formado por "setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários (...)".¹⁹ Para muitos autores apenas estes setores é que formariam o Complexo Agroindustrial.²⁰ Pensando assim, uma integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial corresponderia, na verdade, à uma integração da agricultura à indústria, envolvendo apenas os setores primário e secundário.

Por um lado, esta integração restrita àquele nível significa a expansão do progresso técnico na agricultura, que ocorreu com a utilização de máquinas, implementos e insumos

modernos na atividade produtiva, podendo gerar um aumento de produtividade do trabalho e da terra. Por outro lado, essa integração significa a consolidação da agricultura, como fornecedora de matérias-primas alimentares, para serem processadas por diversas indústrias. A influência que estas indústrias exercem sobre a atividade produtiva, e, conseqüentemente, sobre o produtor rural, é significativa. A cerca desse aspecto expressa-se John WILKINSON, de forma esclarecedora:

Um componente-chave do capital agroindustrial, a indústria de processamento, é entretanto responsável por uma fundamental reestruturação do setor agropecuário, tornando obsoleta a tradicional divisão entre produtos de mercado interno e externo, alimentos e matérias-primas. O efeito da indústria de processamento é a transformação progressiva de todos os produtos agrícolas em matérias-primas, inclusive a produção alimentar. (...) a tradicional dicotomia mercado interno x mercado externo, produtos nobres x produtos alimentares básicos é rompida, e com ela a concomitante setorialização da agricultura em 'tradicional' e 'moderna'. 21

A partir deste trecho, é fácil perceber a força transformadora da integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial, mesmo quando se refere apenas a uma mera integração técnico-produtiva da agricultura com a indústria. Esta denominação é utilizada por Guilherme da Costa DELGADO quando se refere à integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial, vista naquele nível analisado aqui.²²

Com a integração técnico-produtiva consolida-se a subordinação da agricultura, tanto a montante quanto a jusante, ao setor industrial. Para se analisar a integração do setor primário com os demais setores da economia, é necessário, entretanto, recorrer-se a segunda parte do conceito de Complexo Agroindustrial, formulado por Bernardo SORJ.

Nessa segunda parte, ele afirma que o Complexo Agroindustrial também é formado pelos setores de "distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial".²³ Assim, considerando-se essa segunda parte do conceito de Bernardo SORJ, uma referência à integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial significa a a integração da agricultura, de forma definitiva e ampla, aos demais setores e sub-setores da economia.

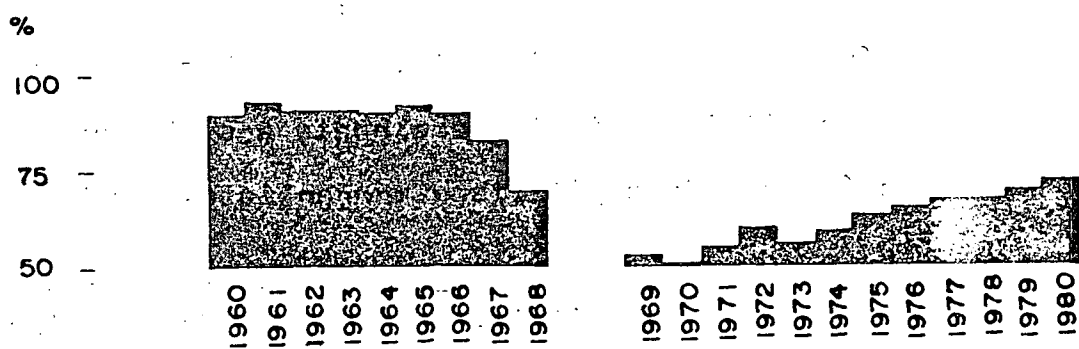
A essa integração, definida agora de maneira mais ampla e abrangente, Guilherme da Costa DELGADO aplica o conceito de integração de capitais, visto que uma integração nesse nível tem necessariamente, na sua base, um processo de fusão de capitais bastante semelhante aos observados nos exemplos clássicos de capitalismo monopolista. Sendo assim, afirma:

Adotando-se o conceito de integração de capitais, na linha de fusão e incorporação, segundo Hilferding, persegue-se o conceito de capital financeiro aplicável à agricultura. Essa integração (...) implicará em centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., que, por sua vez, fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais).²⁴

Em resumo, quando se afirmou atrás que a modernização da agricultura brasileira correspondeu ao processo de integração hoje consolidado, embora ainda não total, do setor primário ao Complexo Agroindustrial, refere-se à integração pensada como processo amplo e não apenas como uma mera integração técnico-produtiva entre a agricultura e a indústria. No caso, essa integração ampla corresponde à integração de de capitais a que se refere Guilherme da Costa DELGADO.²⁵

É importante chamar atenção ainda para o seguinte as-

PARTICIPAÇÃO DE BANCOS OFICIAIS FEDERAIS NOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL, NO BRASIL



FONTE: BACEN, B B.S.A.

OBS.: 1960-1968 = apenas BANCO DO BRASIL S.A.

1969-1980 = todos os bancos oficiais federais

pecto. Bernardo SOBJ inclui no Complexo Agroindustrial os setores que concedem os financiamentos para as diversas atividades ligadas ao circuito agroindustrial.

O Complexo Agroindustrial é dominado pelas multinacionais, fato comprovado em inúmeros trabalhos. No entanto, no que se refere ao setor de financiamentos a participação maior é dos setores estatais e, menor, dos grupos financeiros privados nacionais. No setor financeiro, ligado às atividades primárias, é muito reduzida a participação do capital multinacional.

Dos setores estatais, é o Federal que tem maior importância basicamente em função da atuação do Banco do Brasil S.A. e outros. O setor estatal federal, no período que interessa à pesquisa, ou seja, de 1960 a 1980, nunca participou com menos de 50% do crédito total fornecido ao setor primário, tanto a nível nacional como local (gráfico ao lado).

A pesquisa ora apresentada considera que a atuação do setor de financiamento é fundamental para a consolidação do setor primário ao Complexo Agroindustrial. Como nesse setor é básica a atuação direta do Estado através dos bancos estatais e indireta via regulamentação das operações, ao analisar-se a atuação do setor de financiamento se está, na verdade, analisando o próprio papel do Estado.

Assim, o estudo da Política de Crédito Rural implementada no período permite detectar os objetivos e o papel da atuação do Estado no sentido de promover a integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial. Para isso, procurou-se analisar a Política de Crédito Rural, a partir do caso

paranaense, o qual apresenta as condições típicas do processo de modernização da agricultura brasileira. Porém, antes se considera importante fazer alguns comentários sobre o processo a nível nacional.

2.3 - A INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Como já se afirmou anteriormente, a face agrícola do processo de modernização brasileiro, que significou a consolidação do Capitalismo Monopolista, foi a integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial. Não é sem razão que o Complexo Agroindustrial é dominado praticamente em todos os níveis e setores por grandes empresas monopolistas estatais, multinacionais, nacionais ou mistas.²⁶

O objetivo dessa parte do trabalho é analisar as transformações observadas no setor primário como um processo de modernização específico, inserido na modernização do sistema econômico-social nacional, a partir da constatação de que as transformações são determinadas pela integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial.

Nesse ponto é importante colocar a seguinte questão. Procura-se nessa parte do trabalho analisar as transformações identificadas na agricultura brasileira, a partir, principalmente, da constatação de que se tratam de transformações parciais, na medida que não atingiram, com a mesma intensidade, todas as regiões, setores, produtos e produtores, embora obedecendo um mesmo sentido, ditado pela racionalidade do capitalismo monopolista, ao qual está subordinado o Complexo Agroindustrial.

Assim, sendo o Brasil um país de dimensões continentais, ele apresenta ainda hoje regiões diferenciadas, com evoluções históricas, onde determinados fenômenos podem ser observados de forma específica, de maneira mais acentuada numa

determinada região do que em outra.

A consideração das especificidades regionais brasileiras não impede a constatação de que, elas mesmas, tal qual se apresentam hoje, são o resultado da evolução do processo de modernização brasileiro como um todo. Assim, considera-se que direta ou indiretamente a integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial é o aspecto fundamental determinante das condições a partir das quais se transformaram as diferentes regiões brasileiras.

No âmbito desse trabalho, concorda-se com a divisão regional proposta por José Graziano da SILVA ao estudar as transformações na agricultura brasileira depois de 1960.²⁷ Segundo J.G. da SILVA, pode-se identificar três regiões, onde determinados aspectos destacaram-se possibilitando uma individualização regional, do seguinte modo:

- a) Centro-Sul - processo de modernização acelerada;
- b) Nordeste - sem grandes transformações, ocupação consolidada;²⁸
- c) Amazônia - expansão da fronteira agrícola.²⁹

Como o Paraná está inserido na região Centro-Sul, o processo de modernização acelerada, que ocorreu nessa região é o que interessa a esta investigação. No entanto, é importante uma ressalva. O que José Graziano da SILVA chama de "modernização acelerada" corresponde ao que se considera no âmbito deste trabalho, como uma integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial, observada de forma acentuada, tal qual ocorreu em particular no Paraná e, em geral, na região Centro-Sul, entre 1970 e 1975.

Na região Centro-Sul a força transformadora da integra-

ção do setor primário ao Complexo Agroindustrial ocorreu pela subordinação direta ou indireta da agricultura aos demais setores econômicos. Diretamente, a subordinação modifica os métodos produtivos transformando a base técnica que se utiliza nas unidades produtoras. Com isso são abandonadas técnicas tradicionais, substituídas pela utilização de máquinas, implementos e insumos modernos, produzidos pelo núcleo industrial do Complexo Agroindustrial. Além disso, e como resultado ainda dessa subordinação direta, observa-se a vinculação dos produtores aos setores de distribuição, comercialização e financiamentos, através de contratos, que retiram dos produtores grande parte da antiga autonomia do processo produtivo agrícola.

Essa vinculação significa relações com setores altamente monopolizados, que controlam e dirigem as condições do mercado, sempre em prejuízo dos setores mais fracos que, no caso, são os produtores.³⁰ Os produtores que não estão subordinados diretamente ao Complexo Agroindustrial não escapam, entretanto, da subordinação indireta. Esta se dá de uma forma mais sutil e complexa.

O capitalismo monopolista, ao qual vincula-se intrinsecamente o Complexo Agroindustrial, consolidando-se torna ou tornou hegemônico o capital monopolizado no sistema brasileiro. Assim, as políticas de governo, invariavelmente, surgem para atender suas necessidades. O crédito, a assistência técnica, a instalação de infra-estrutura e outros, estão voltados para atender produtores e regiões subordinadas diretamente ao Complexo Agroindustrial, em detrimento dos que não estão. Com isso, marginalizam-se as regiões e os produtores que não estão subordinados diretamente ao Complexo Agroindustrial.

Esse é apenas um exemplo de como funciona a subordinação indireta do setor primário ao Complexo Agroindustrial que, na verdade, pode ser identificada através de inúmeras outras formas.³¹

Na região Centro-Sul tanto as formas de subordinação direta, quanto indiretas do setor primário ao Complexo Agroindustrial, apresentaram-se de forma acentuada, consubstanciadas num processo de "modernização acelerada". Ao contrário, nas regiões Nordeste e Amazônica, predominam de maneira significativa as formas de subordinação indiretas. Nestas regiões as formas diretas são encontradas, mas em grau reduzido. Na verdade, é nisso que consistem as diferenciações regionais indicadas. Em outras palavras, as transformações ou ausência delas, observadas na agricultura do Nordeste e da Amazônia, têm no processo de modernização da agricultura brasileira seu eixo explicativo.³²

Ainda referindo-se ao problema da subordinação direta ou indireta dos produtores rurais brasileiros ao Complexo Agroindustrial, é muito ilustrativa a classificação proposta por Guilherme da Costa DELGADO, que divide os produtores rurais em quatro grupos, de acordo com as suas ligações com o Complexo Agroindustrial, o qual ele inclui no seu conceito de capital financeiro.

Essa divisão baseia-se numa tabela onde os agricultores brasileiros aparecem distribuídos de acordo com o valor da produção. Esse valor é medido pelo salário-mínimo. O valor refere-se à produção anual. É a seguinte a divisão:³³

Grupo I - 0 a 9 salários mínimos: pequenos produtores não associados, mais de 4 milhões, completa miserabilidade.

Grupo II - 10 a 36 salários mínimos: tecnificados com acesso à terra, crédito, preços mínimos, formas indiretas de associação.

Grupo III - 37 a 99 salários mínimos: grau acentuado de integração, cooperativas.

Grupo IV - de 100 a mais salários mínimos: totalmente integrado, grupo por excelência de dominância do capital financeiro, altamente concentrado (1975 - 26 mil estabelecimentos).

Neste trabalho considera-se que todos grupos e, consequentemente, todos os produtores brasileiros estão subordinados, direta ou indiretamente, ao Complexo Agroindustrial. Indiretamente, todos aqueles grupos estão subordinados, mas, diretamente, só os grupos II, III e IV. Isso, de acordo com a definição de subordinação direta ou indireta ao Complexo Agroindustrial, que foi exposta anteriormente.

Naquela classificação de Guilherme da Costa DELGADO, ao se incluir a Amazônia e o Nordeste, é inevitável uma participação elevada dos produtores não associados ou subordinados apenas indiretamente ao Complexo Agroindustrial. Numa classificação desse tipo, baseada na realidade paranaense, certamente, a participação relativa dos produtores subordinados apenas indiretamente ao Complexo Agroindustrial diminuiria muito.

Outro aspecto que pode ser considerado no estudo das transformações identificadas na agricultura brasileira e paranaense nas últimas décadas é, especificamente, a expansão do progresso técnico, modificando a base técnica da produção. Quando se analisou o conceito de Complexo Agroindustrial, indicou-se que a expansão do progresso técnico, como ocorreu, foi resultado da integração técnico-produtiva entre agricultura e o núcleo industrial do Complexo Agroindustrial.

Essa expansão do progresso técnico atingiu apenas as regiões e produtores diretamente subordinados ao Complexo Agroindustrial. José Graziano da SILVA sistematizou a parcialidade da expansão do progresso técnico da seguinte maneira:³⁴

- A - atingiu preferencialmente as "culturas de rico" (café, cana-de-açúcar, soja, trigo e outros) em detrimento das "culturas de pobre" (feijão, grande parte do arroz, do milho e outras);
- B - atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo, por razões técnicas ou econômicas;
- C - atingiu apenas algumas áreas ou regiões.

José Graziano da SILVA, ao sistematizar o aspecto da expansão do progresso técnico, baseava-se na realidade brasileira como um todo. No entanto, a sua sistematização é perfeitamente aplicável a realidade paranaense. Embora o Paraná tenha apresentado elevados índices de expansão do progresso técnico, é inegável, e vários trabalhos comprovam que essa expansão foi parcial, apresentando as mesmas características indicadas na sistematização proposta por José Graziano da SILVA.

Identificadas e analisadas as principais transformações observadas na agricultura brasileira e paranaense, pode-se, a seguir, analisar o caminho que trilharam essas transformações.

Como já se afirmou anteriormente, essas transformações foram o resultado do processo de modernização brasileiro que, na agricultura, correspondeu à integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial, resultado da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. Assim, é a integração ao Complexo Agroindustrial, que comanda os níveis e os rumos das trans-

formações na agricultura. Bernardo SOUZA defende essa posição ao afirmar que "a criação de um complexo agroindustrial (....) se transformou (....) no maior acelerador das transformações na agricultura".³⁵

A partir disso, tenta-se identificar e analisar, em seus vários aspectos, o avanço do Complexo Agroindustrial no sistema econômico-social nacional.

A criação do Complexo Agroindustrial no Brasil, segundo Alberto Passos GUIMARÃES, começou na segunda metade da década de 50, no governo Juscelino Kubitschek, com a instalação no território nacional de indústrias de tratores e implementos agrícolas.³⁶

Esse era um dos objetivos do Plano de Metas que, para o setor primário, tinha na mecanização da agricultura uma de suas metas.³⁷ Segundo Celso LAFER, ao analisar o Plano de Metas, "a meta de mecanização da agricultura levou à meta de fabricação de tratores no contexto da indústria automobilística".³⁸

No entanto, é importante ressaltar que, antes da instalação da primeira unidade do que viria a ser o núcleo industrial do Complexo Agroindustrial já se observava a utilização de máquinas e implementos modernos na agricultura brasileira, de forma logicamente reduzida. Esse aspecto, segundo Alberto Passos GUIMARÃES, foi resultado do diagnóstico e das sugestões, acompanhadas de pressões, contidas no relatório da Comissão Mista Brasil-EUA de 1951, defendendo a mecanização da agricultura brasileira. Isso levou o governo a tomar medidas, facilitando as importações de máquinas e implementos agríco-

las modernos através de financiamentos americanos e incentivando sua utilização pela agricultura brasileira.

Evidentemente, embora a expansão do progresso técnico na agricultura brasileira, tal qual o modelo que predomina até hoje, tenha sido iniciada naquele período, desenvolveu-se de forma muito lenta.

Só na metade da década de 60 acelera-se a expansão do progresso técnico, já como parte da integração técnico-produtiva entre o setor primário e o Complexo Agroindustrial. A esse aspecto, refere-se Francisco GRAZIANO NETO ao afirmar:

É somente a partir de meados da década de 60, dos anos do "milagre brasileiro", que a agricultura brasileira efetivamente inicia um importante processo de modernização das suas técnicas de produção. 39

No entanto, é na década de 70 que a expansão do progresso técnico acentua-se, com a integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial, referida nesse momento não mais como uma mera integração técnico-produtiva, mas sim, como uma integração mais ampla. John WILKINSON, em trabalho recente, afirma que "a década de 70 assistiu (....) uma rápida consolidação de um complexo agroindustrial constituindo uma fração nova e decisiva do capital (....)".⁴⁰

Nesse ponto volta-se ao problema da criação do Complexo Agroindustrial, para se afirmar que a expansão do progresso técnico, iniciada na década de 50, acelerada na segunda metade da década de 60 e na década de 70, corresponde quase que proporcionalmente às mesmas fases da criação do Complexo Agroindustrial, que iniciou-se no governo JK e consolidou-se nos anos 70.

Na verdade, a criação do Complexo Agroindustrial no Brasil, referindo-se especificamente ao seu núcleo industrial, ocorreu a partir da internalização do capital internacional, representado pelas multinacionais que, efetivamente, dominam o setor. Esse aspecto é muito bem colocado por John WILKINSON nesta passagem:

O elemento crucial no contexto brasileiro era (...) a internalização do capital agroindustrial internacional. Na maioria dos casos este capital foi estimulado a estabelecer suas filiais no território brasileiro pelo tamanho de seu mercado. Sobretudo no caso de tratores e indústrias processadoras de alimentos. 41

Um outro aspecto é que a consolidação da criação do Complexo Agroindustrial na década de 70 teve importante participação direta do Estado. Recorre-se ainda a John WILKINSON ao afirmar que "onde o capital estrangeiro resistiu a esta internalização (por exemplo: fertilizantes) o capital nacional estatal a promoveu". 42

O fato do núcleo industrial do Complexo Agroindustrial no Brasil estar hoje praticamente todo internalizado é um aspecto fundamental nas transformações havidas e na manutenção e expansão da situação gerada pela integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial.

A internalização significa dizer que se utiliza no núcleo industrial do Complexo Agroindustrial, mão-de-obra local, que é relativamente reduzida em relação ao capital investido, mas significativa em termos absolutos.

Ora, políticas que resultam na ociosidade desse núcleo industrial gerando, conseqüentemente, desemprego e agravando problemas sociais, podem ser evitadas pelo Estado, o que fa-

vorece a manutenção do status quo. Esse aspecto, como forma de pressão indireta, deve ter sido considerado, ao lado de outros, pelas multinacionais, quando da decisão de internalizarem-se em território brasileiro. Assim, pode-se afirmar que uma mudança radical do modelo tecnológico aplicado na agricultura, embora não impossível, reveste-se de dificuldades significativas. Isso deve ser considerado pelos setores que lutam por mudanças nesse modelo.

Nesse momento, pode-se colocar a seguinte questão, que se pretende responder de forma geral no desenvolvimento do texto: as transformações identificadas na agricultura brasileira seguiram o caminho "normal" da evolução da agricultura no capitalismo já observado em outros exemplos históricos ou assumiu características próprias indicando uma evolução original?

Antes de trabalhar-se especificamente sobre essa questão coloca-se uma outra questão: teria a agricultura no capitalismo uma evolução que pudesse ser considerada "normal"?

Alberto Passos GUIMARÃES ressalta que a linha tendencial de evolução da agricultura no capitalismo caracteriza-se pelo "assincronismo". Assim, tendências observadas e defendidas por uns foram contrariadas por novas observações e trabalhos. É o que afirma no seguinte passo:

Prognosticou-se, em mais de uma ocasião a descomponesação da agricultura, o desaparecimento das explorações familiares, a eliminação das pequenas propriedades por meio de sua incorporação às grandes ou de sua ruína econômica. Posteriormente, evidências empíricas comprovaram, em épocas e regiões diversas, a inversão daquela tendência, o que levou outros autores a defenderem a tese oposta, igualmente duvidosa de

que o futuro da agricultura estaria na multiplicação das explorações camponesas. 43

No entanto, a comprovação desse fato não impediu Alberto Passos GUIMARÃES de identificar uma tendência ampla que possui uma força irrefreável, a qual nenhuma estrutura resiste às transformações que opera, é que ele denominou do processo de "industrialização da agricultura". Por isso, segundo ainda Alberto Passos GUIMARÃES, pode-se formular uma "lei objetiva universal" que rege os destinos da evolução do setor primário no capitalismo e que pode ser observado, invariavelmente, em todos os exemplos históricos, inclusive o Brasil. Para ele, aquela "lei" é a "transformação progressista, lenta mas inelutável das forças produtivas pré-industriais em forças produtivas industriais", que passa a conduzir basicamente, no capitalismo, "o processo evolutivo da atividade agrícola".⁴⁴

Essa "lei objetiva universal" que o autor diz ter sido comprovada em todos exemplos históricos estudados, fundamenta-se na tese de Karl KAUTSKI em seu livro clássico e que se apresenta sintetizada quando revela que "a grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências. A direção da evolução industrial serve de regra à evolução agrícola".⁴⁵

Karl KAUTSKI chega a essa posição, que é central no seu livro, a partir do estudo da Europa do final do século XIX, principalmente Alemanha, onde o capitalismo monopolista iniciava a sua evolução inexorável.

Esse processo de "industrialização da agricultura",

para Alberto Passos GUIMARAES,⁴⁶ apresenta um desenvolvimento histórico adaptado à evolução do capitalismo. Sendo assim, ele apresenta duas fases, que correspondem a aquelas do capitalismo, que são: concorrencial e monopolista.

Na primeira fase, que corresponde ao capitalismo concorrencial o processo é espontâneo, porque o nível de complexidade do progresso técnico torna-o acessível às pequenas empresas.

Na segunda fase, em função do capitalismo monopolista, a "industrialização da agricultura" é dirigida, porque o nível de complexidade do progresso técnico é maior, tornando-o compatível apenas com o padrão tecnológico apresentado pelas empresas multinacionais.

Nessa segunda fase, a "industrialização" ocorre através de uma integração da agricultura à indústria. As indústrias agrícolas atingiram um nível monopolístico passando a dirigir os caminhos da agricultura, que diminui em muito sua autonomia. Assim, é nessa segunda fase e "pela integração das duas atividades através de vínculos contratuais ou orgânicos, é que conduzem à formação do complexo agroindustrial."⁴⁷

Nesse ponto é importante uma ressalva. A análise de Alberto Passos GUIMARAES refere-se à integração técnico-produtiva e seu conceito de Complexo Agroindustrial está reduzido ao âmbito dessa integração.

Nunca é demais repetir que neste trabalho a integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial, é entendida como um processo mais amplo, envolvendo apenas a agricultura e

a indústria, mas, também, sub-setores ligados ao setor terciário, como os de distribuição, comercialização e financiamento.

Um outro aspecto importante que se pode colocar, fundamentando-se, em parte, na análise de Alberto Passos GUIMARÃES é o seguinte: a utilização de uma categoria econômica como o Complexo Agroindustrial em toda sua amplitude, para se analisar determinados processos históricos, só é compatível partindo-se da premissa de que o sistema econômico-social que se está analisando apresenta uma estrutura monopolista consolidada ou em vias de consolidar-se.

No Brasil, a integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial consolida-se na década de 70, quando completa-se o processo de estruturação monopolística do sistema, com todas as resultantes características da segunda fase de classificação de Alberto Passos Guimarães.

Assim, o caminho das transformações observadas na agricultura brasileira e paranaense corresponde àquele traçado pelas necessidades de avanço do capital monopolista. Destarte, essas transformações não foram o resultado "natural" da evolução das estruturas do setor primário, mas sim, das necessidades do sistema econômico-social global, a nível mundial.

No entanto, ao observar-se o caso brasileiro, pode-se identificar alguns aspectos específicos que o individualizam das condições estritamente políticas reinantes no período. Essa posição é defendida por Bernardo SORJ, ao afirmar:

Embora o desenvolvimento do complexo agroindustrial se apresentasse como uma 'fatalidade histórica' do desenvolvimento econô-

mico brasileiro, as formas específicas que ele adquire são produto do contexto político-econômico reinante nas duas últimas décadas. 48

Uma das especificidades do caso brasileiro, certamente a mais importante, é de que, não obstante o padrão tecnológico que está na base da modernização, permanecem em condições de pobreza absoluta grandes contingentes da população brasileira. A partir disso, coloca-se a seguinte questão: como foi possível, no caso brasileiro, a consolidação do capitalismo monopolista, sem a incorporação produtiva e social de tão amplos contingentes da população brasileira? Conforme explicação anterior, a resposta virá em outra oportunidade; todavia, antecipa-se que não se trata de nenhum tipo de "funcionalidade" do sistema brasileiro.

Outra especificidade do caso brasileiro é a participação do Estado, a qual considera-se fundamental, e o seu estudo é um dos objetivos dessa análise levada a efeito. Esse aspecto é praticamente um consenso, visto que ele é defendido por autores das mais diversas correntes.

A seguir tenta-se analisar essa participação fundamental do Estado na integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial.

2.4 - O ESTADO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Na presente pesquisa o Estado não é considerado como agente social autônomo, com vida própria independente e acima dos conflitos observados na sociedade.

Evidentemente, como pano de fundo da atuação do Estado num determinado período, identificam-se condições políticas específicas que caracterizam esta atuação. No Brasil, entre 1970 e 1980, consideram-se os seguintes aspectos das condições políticas vigentes na determinação da atuação do Estado:

- o poder político era exercido de forma autoritária, restando pouco espaço de resistência aos grupos e classes insatisfeitas;
- a centralização do poder político e econômico a nível federal, ou seja, a nível do Estado central, diminuía em muito a autonomia das unidades federadas.

Embora se tenha consciência do que estava por detrás da atuação do Estado no Brasil, entre 1970 e 1980, a análise dessa pesquisa centra-se, prioritariamente, no nível das políticas econômicas dirigidas para o setor rural. Com isso, é a base econômica do sistema econômico-social brasileiro que se estuda de forma especial. Como esta base não corresponde ao próprio sistema, acredita-se que se afastaram os riscos de um economicismo restritivo.

Já se afirmou noutra passagem que um dos grandes consensos observados nos trabalhos, que tratam do desenvolvimento histórico brasileiro, é a referência ao Estado como agente

fundamental na determinação dos rumos tomados por esse desenvolvimento.

Muito embora a importância da participação do Estado no processo histórico brasileiro não seja recente, é notório que a partir de 1964, ela se acentua. Essa posição é encontrada em vários autores. Um deles é Celso LAFER, quando assevera que "(....) vale a pena ponderar que o sistema político brasileiro pós-1964 reforçou a tendência já visível na República Populista, de afirmar a preponderância do Estado em relação à sociedade civil".⁴⁹

Justamente nesse período em que a participação do Estado no sistema econômico-social acentua-se, que reside um interesse norteador desta pesquisa. Uma vez que a intervenção do Estado na economia em geral e na agricultura em particular constitui um dos eixos centrais sobre o qual a investigação caminha.

No início dos anos 60 parece evidente que, em função das dimensões do aparato estatal já significativas naquele momento no sistema econômico-social, qualquer forma de ação política visando transformar a sociedade brasileira, necessariamente teria que passar pelo domínio do poder político estatal.

Consciente ou inconscientemente, tudo indica terem chegado à essa conclusão as diversas correntes, que podem ser identificadas no cenário político do sistema brasileiro no início de 1964.

Segundo Octávio IANNI, pode-se identificar três corren-

tes políticas principais no período brasileiro imediatamente anterior a 1964.⁵⁰

Primeiro, uma corrente que defendia a consolidação do capitalismo dependente, com uma abertura crescente da economia nacional ou sistema internacional. No plano interno, essa corrente defende um modelo de desenvolvimento concentracionista, mantendo-se as estruturas agrárias brasileiras sem reforma.

A segunda corrente defendia a construção de um capitalismo nacional, com a proteção dos setores privados nacionais em relação ao capital estrangeiro, que seria aceito de forma seletiva. Além disso, defendia-se um modelo distribuívita, alterando as estruturas agrárias brasileiras com reforma.

Finalmente, com menor penetração, identifica-se uma terceira corrente política, que defende a transformação do sistema em socialista através de uma estatização crescente. Avessa ao capital estrangeiro defendia uma transformação profunda, através de uma Reforma Agrária abrangente das estruturas agrárias brasileiras.

Ainda segundo Octávio IANNI com o golpe de 1964, a vitória coube à primeira corrente, que ao implementar suas idéias, consolidou, na prática, o capitalismo dependente. Essa corrente promoveu uma reorganização do aparelho estatal, notadamente no que se refere à economia. Pode-se citar a organização do Sistema Financeiro Nacional como o aspecto fundamental dessa reorganização. Nesse Sistema, destacaram-se por sua vez a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.⁵¹

A partir disso, e de forma aparentemente contraditória, é o avanço do Estado, que permite também a formação de um setor privado nacional e multinacional de dimensões significativas.

Esse aspecto só aparentemente é contraditório. Como o desenvolvimento do setor privado ocorre de forma monopolista, só uma "estrutura monopolista", como a do Estado no Brasil, poderia promovê-lo. Assim, é o Estado que banca a monopolização da economia brasileira. Sobre isso, Bernardo SORJ afirma que o modelo implantado a partir de 1964 tentará a "afirmação do modelo de desenvolvimento capitalista monopolista dependente".⁵² No entanto, não chega a admitir, como se faz aqui, que o Capitalismo Monopolista encontra-se consolidado no Brasil, ou seja, aquela tentativa atingiu seus objetivos. Na verdade, aqueles objetivos correspondiam às necessidades do capital monopolizado internacional daí o êxito dos modelos formulados, no que se refere aquele aspecto.

Após 1964, pode-se identificar dois períodos distintos, no que se refere à atuação do Estado na economia. O primeiro período, de 1964 a 1967, predominou uma intervenção reguladora e normativa. Nesse período, foram criadas e reformuladas, leis, conselhos e outros. Dois exemplos pertinentes aos objetivos deste trabalho foram a criação do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema Nacional de Crédito Rural, esse último institucionalizando o crédito rural.

No segundo período, de 1968 até a edição do Plano Cruzado, o Estado age normativamente de forma menos acentuada. As regulamentações utilizam o aparelho montado no período anterior com poucas modificações. A atuação decisiva do Estado,

nesse período, é diretamente sobre o setor produtivo através do avanço das grandes instituições estatais. No que se refere ao Crédito Rural, nota-se, principalmente na década de 70, o aumento da participação relativa dos bancos federais, no crédito total concedido a cooperativas e produtores.⁵³

Outro exemplo, pertinente ao tema desse trabalho, refere-se ao setor de fertilizantes, cuja internalização o Estado toma a si, pois os setores multinacionais resistiam em investir internamente nesse setor. Assim, empresas estatais, no caso a Petrobrás, passam a dominar esse segmento do Complexo Agroindustrial.⁵⁴

A resultante disso tudo é que, com a expansão do aparelho estatal, o dinamismo do sistema parece cada vez mais estar intrinsecamente ligado à atuação direta do Estado. Nota-se que os setores produtivos privados, permanecendo sob influências apenas das determinações de mercado, são incapazes de manter o dinamismo do sistema, visto que, nesse mesmo sistema, a atuação das empresas estatais é fundamental.

Ligado a isso, parece claro hoje, no Brasil, que os setores produtivos não conseguem, por si sós, adaptarem-se às conjunturas internacionais, que vão formando-se pelo menos se se pensa numa adaptação a longo prazo. Essa é a posição de Antônio Barros de CASTRO, ao afirmar referindo-se à atuação do Estado, após a crise do petróleo em 1973:

Pretendo apenas sublinhar que o avanço da ação reguladora do Estado, mediante políticas de estímulo a orientação das decisões privadas, bem como a ocupação de novos espaços pelas empresas públicas, era algo inerente à decisão maior de levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e res-

ponder ao estrangulamento externo através da reestruturação do aparelho produtivo. Em suma, diante da crítica situação com que se defrontava a economia em 1974, o governo que acabava de ser empossado negou-se a delegar ao mercado a condução das decisões econômicas. 55

Em outras palavras, essa posição de Antonio Barros de CASTRO pode ser sintetizada, quando em outra passagem afirma, ainda referindo-se à crise de 1973, que "relegada às reações do mercado, a economia não parecia tender a reagir à crise com novos avanços". 56

Essa posição parece típica de setores intelectuais e que, nos meios empresariais, não seria aceita. No entanto, na verdade, até em segmentos empresariais nota-se uma tendência de que só através do Estado pode ser mantido o dinamismo do sistema. É o empresário Dilson FUNARO que afirma, ao comentar as medidas tomadas pelo governo em 1981 para conter a inflação:

Estamos examinando todos os dias inúmeras medidas tomadas, com vistas à economia de mercado, mas a reação do sistema não é a de uma economia de mercado. Por isso, é importante conhecer o que existe de real, ou seja, como o nosso parque produtor se comporta efetivamente. 57

É o próprio D. FUNARO que chefia anos depois a equipe econômica que cria o Plano Cruzado, o qual significou, na prática, uma movimentação sem precedentes do Estado no sistema econômico-social brasileiro.

A atuação do Estado também foi fundamental em relação especificamente ao setor primário. Uma atuação crescente do Estado na agricultura não é um fato restrito ao Brasil. Essa intervenção surge como uma necessidade "natural" da evolução histórica dos países, nos quais o sistema capitalista existe.

Essa intervenção é mais acentuada nos países subdesenvolvidos. Essa posição é defendida por Alberto Passos GUIMARRES quando afirma:

A agricultura industrializada, com seus custos operacionais crescentes e a incontida valorização da terra de propriedade privada, exige do Estado, principalmente nos países subdesenvolvidos, uma série inumerável de medidas protecionistas através de diversos mecanismos como o crédito rural, da garantia de preços e extensa variedade de subsídios diretos e indiretos, encaminhados à produção, à comercialização interna e a exportação dos produtos agrícolas. 58

Em relação ao caso brasileiro, a intervenção do Estado no setor primário, a partir de 1930, pode ser dividida em dois períodos.

No primeiro período que vai até 1967, a atuação do Estado é eminentemente conservadorista. As políticas econômicas voltadas para o setor são setorializadas e dirigidas unicamente para a proteção dos produtos e grupos ligados à base econômica primário-exportadora, principalmente ao café, cana-de-açúcar e cacau, os chamados produtos nobres. Essa política concretiza-se com a criação dos institutos especializados como o IBC, IAA e CEPLAC. O objetivo dessa política é muito bem explicitado por Guilherme da Costa DELGADO ao comentar que "o objeto maior dessas políticas consistia na mediação dos interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais e urbanos."⁵⁹

Outro aspecto da política conservadorista é que não se observa qualquer intenção de promover uma integração do setor primário com outros setores da economia, de forma que viesse a gerar transformações no aparelho produtivo como um todo e nas unidades produtivas em particular.

Recorre-se ainda a Guilherme da Costa DELGADO que coloca, com nitidez, essa questão, ao assegurar que "não se buscava pela política agrícola, fixar nexos de relações interindustriais com a agricultura e a indústria interna".⁶⁰

As relações da agricultura com o processo de industrialização, que se desenvolvia no período, baseado na substituição de importações, são indireta e, resumiam-se, em especial, na transferência de rendas do setor primário para o secundário através de mecanismos cambiais. Daí a proteção aos setores primários exportadores nobres, como café, cana-de-açúcar e cacau.

O segundo período, que começa em 1968 e estende-se aos dias atuais, caracteriza-se por, ao contrário do período anterior, apresentar uma política eminentemente transformadorista.

Nesse ponto se impõe uma ressalva. Quando se usam os termos conservadorista ou transformadorista, não se está pensando, em nenhum momento, na política fundiária dos diferentes governos do período, que na prática sempre foram conservadoras.

A partir de 1968 a política cambial não é mais o carro-chefe da atuação do Estado para o setor. Agora, são os "aparatos monetário-financeiros",⁶¹ institucionalizados entre 1964 e 1967, que formam o eixo no qual se apoia toda a política estatal para o setor primário.

Nesse período, ampliam-se os setores objetos da política agrícola, rompendo com a setorialização observada no pe-

ríodo anterior. Isso se explica pelo sentido que se dá à atuação do Estado, o qual foi indicado de forma sintética, mas com muita clareza por Bernardo SORJ, quando ele escreve que

O sentido fundamental das políticas públicas tem sido o de articular a expansão agrícola com o complexo agroindustrial e as necessidades de abastecimento interno e as exportações, através de um conjunto de medidas, entre as quais o crédito rural ocupa um lugar privilegiado. 62

Tendo-se em mente, o potencial transformador da integração do setor primário aos demais setores da economia, já exposta quando se definiu o conceito de Complexo Agroindustrial, fica comprovado o caráter transformadorista da política estatal do segundo período.

Aquela afirmação de Bernardo SORJ fornece o eixo em que gira o processo reflexivo desenvolvido nesta parte do trabalho.

O Paraná, certamente, foi um dos Estados brasileiros em que as modificações no meio rural, geradas a partir da atuação do Estado, foram mais acentuadas no período que está sendo analisado.

Como o Estado do Paraná está inserido no sistema econômico-social nacional, o sentido das transformações segue aquele constatado para o Brasil como um todo, o qual foi indicado naquele trecho de Bernardo SORJ.

No entanto, as condições, em que se dão essas transformações no Paraná, são dadas pela interação das políticas econômicas centrais, relativamente determinantes, e as estruturas locais, formando o que se poderia denominar a problemática pa-

paranaense. Assim, todo o quadro conceitual e teórico-metodológico, exposto nessa primeira parte do trabalho, foi construído com intenção de aplicá-lo, na tentativa que se faz de analisar a problemática paranaense na década de 70.

NOTAS DE REFERÊNCIAS

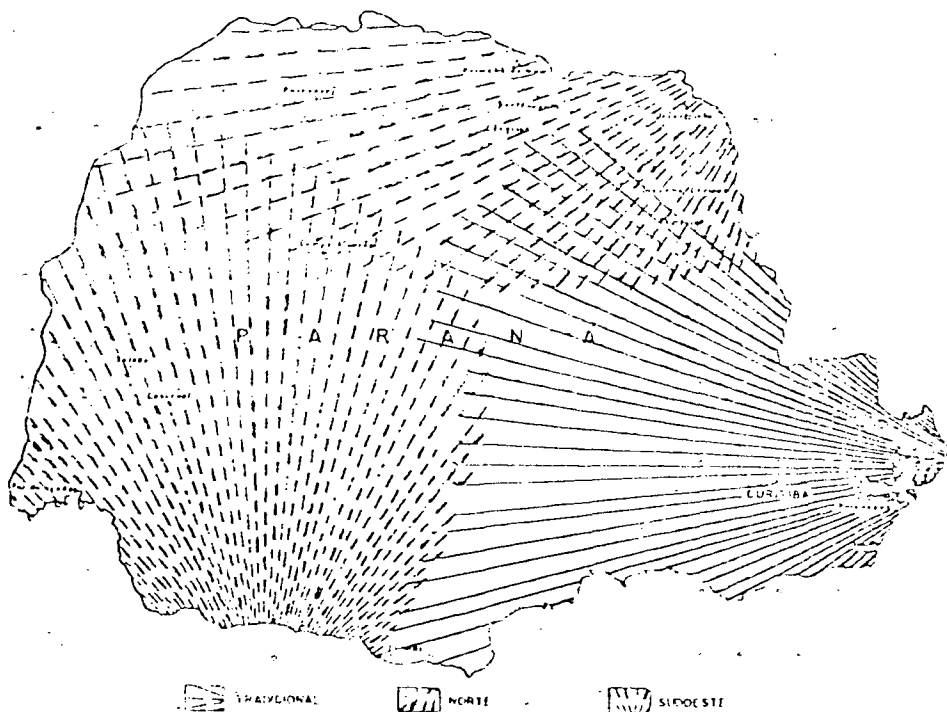
- 1 - BLOCH, M. Introdução à história. 4.ed. Lisboa, Europa-América, 1981. p. 151.
- 2 - PARANÁ. Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Formação de capital na agricultura paranaense. Curitiba, Codesul, 1979. p. 25.
- 3 - GUSMÁN, J.J. & MAGALHÃES, M.V. O Paraná e a reversão do crescimento populacional: o papel da migração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Águas de São Pedro, 1984. ANAIS. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984. (mimeo.)
- 4 - RODRIGUES, R. do N. A dinâmica demográfica da região sul e seus fatores determinantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Águas de São Pedro, 1984. ANAIS. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984. (mimeo.)
- 5 - SILVA, J. G. da O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 14.
- 6 - KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo, Flama, s.d. p.8.
- 7 - SILVA, p. 14.
- 8 - LENIN, V. I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Brasil Debates, 1980. p. 98-100.
- 9 - SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 145.
- 10 - SILVA, J.G. da. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira. In: A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 129.
- 11 - SILVA, p. 129.
- 12 - SILVA, p. 129.
- 13 - SILVA, p. 129.

- 14 - SILVA, p. 129.
- 15 - MACHADO, B.P. Modernização - uma abordagem histórica. Cadernos, São Paulo, 1(5): 93-95, jun. 1972.
- 16 - MACHADO, p. 93-95.
- 17 - Afirma-se hoje, comumente, que o Brasil "amadureceu" ou, ainda, que o país "mudou", porque está "maduro". Esse "amadurecimento" corresponde, em verdade, à formação de "estruturas monopolistas" na economia, com todas as suas determinações sociais e políticas.
- 18 - SORJ, p. 29.
- 19 - SORJ, p. 29.
- 20 - É o caso de GUIMARAES, A.P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 92 e p. 134.
- 21 - WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, Hucitec-CEPA-BA, 1986. p. 18-19.
- 22 - DELGADO, G. da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, Editora da Unicamp - CONE Editora, 1985. p. 134.
- 23 - SORJ, p. 29.
- 24 - DELGADO, p. 134.
- 25 - DELGADO, p. 134.
- 26 - A estrutura monopolística do Complexo Agroindustrial indicada e comprovada em inúmeros trabalhos que tratam da integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial. Um exemplo: DELGADO, G. da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, Editora da Unicamp - CONE Editora, 1985. 240 p. (Coleção América Latina).
- 27 - SILVA, p. 34.
- 28 - Sobre este aspecto é interessante a declaração de João Cabral de Mello Neto ao afirmar que a realidade nordestina é a mesma de 30 anos atrás. Painel. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 jun. 1986. 1.cad., p. 4.
- 29 - Em trabalhos recentes, José Graziano da SILVA vem defendendo a tese de que essa expansão da fronteira agrícola está terminando, na medida em que escasseiam as "terras livres" ou "terras sem dono" na Amazônia. SILVA, J. G.

- A porteira já está fechando? IN: A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 116.
- 30 - GUIMARRES, p. 125-126. O autor cita estudos feitos no Canadá sobre quais os setores mais prejudicados pelas políticas governamentais de contenção de preços ligados ao Complexo Agroindustrial. A conclusão é que os setores de transformação (indústria) e distribuição (comércio) resistem melhor, transferindo os maiores prejuízos para os setores produtores (agricultura). No Brasil, tudo indica, o quadro não é diferente.
- 31 - Horácio Martins de CARVALHO do ITC-PR em conferência patrocinada pela SBPC "Agricultura: tecnologia e democracia" em 19.06.86, afirmou que os órgãos governamentais que tratam de pesquisas e assistência técnica às atividades agropecuárias são induzidos a não adotar programas que signifiquem a diminuição das compras do setor rural em relação aos setores industriais do Complexo Agroindustrial, dominado por empresas multinacionais monopolistas.
- 32 - SORJ, p. 146. Nas conclusões desse livro, afirma-se que não existe no meio rural brasileiro quem se encontre à margem da sociedade capitalista. Seria melhor afirmar que não existe quem esteja à margem do capitalismo monopolista, que no campo atua através do Complexo Agroindustrial.
- 33 - DELGADO, p. 187. A tabela em que se baseia a classificação encontra-se na p. 187.
- 34 - SILVA, p. 49.
- 35 - SORJ, p. 32.
- 36 - GUIMARRES, p. 132.
- 37 - MIRANDA NETO, J.M. A crise do planejamento. Rio de Janeiro, Nórdica, 1981. p. 109.
- 38 - LAFER, C. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). IN: LAFER, B.M.(org.) Planejamento no Brasil. 2.ed. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 36.
- 39 - GRAZIANO NETO, F. Questão agrária e ecologia. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 26.
- 40 - WILKINSON, p. 18.

- 41 - WILKINSON, p. 17.
- 42 - WILKINSON, p. 18.
- 43 - GUIMARRES, p. 84.
- 44 - GUIMARRES, p. 84.
- 45 - KAUTSKY, p. 272. Esse aspecto também pode ser comprovado em outra citação de mesmo autor, que se encontra na parte do trabalho em que se conceitua "modernização" a partir de um enfoque histórico. Trata-se da nota 6 do capítulo 2.
- 46 - GUIMARRES, p. 91-92.
- 47 - GUIMARRES, p. 92.
- 48 - SORJ, p. 34
- 49 - LAFER, C. O sistema político brasileiro. 2.ed. S.Paulo, Perspectiva, 1978. p. 119.
- 50 - IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil-1930-a 1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. p. 222.
- 51 - O Sistema Financeiro Nacional foi criado pela Lei 4 595
- 52 - SORJ, p. 70.
- 53 - Vide tabela 67.
- 54 - SORJ, p. 35.
- 55 - CASTRO, A.B.de & SOUZA, F.E.P. de. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 42.
- 56 - CASTRO & SOUZA, p. 32.
- 57 - FUNARO, D. O desenvolvimento industrial na atual conjuntura. Problemas Brasileiros, São Paulo, Senac, Ano XVIII nº 202 - Out. 1981, p. 14.
- 58 - GUIMARRES, A.P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 307.
- 59 - DELGADO, G.da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo, Editora da Unicamp - CONE Editora, 1985. p. 21.
- 60 - DELGADO, p. 21.
- 61 - DELGADO, p. 63.
- 62 - SORJ, p. 78.

REGIÕES DO PARANÁ



FONTE: WESTPHALEN, Cecília M. et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação do Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 7:1-52, 1962.

CAPÍTULO 3 - A INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

3.1 - A ESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA - ANTES DE 1970

Ainda na década de 60 se podia identificar três regiões com características próprias locais formando o Estado do Paraná. Eram elas: o Paraná tradicional, o Norte e o Sudoeste. (Mapa ao lado)

A partir da década de 70 esta diferenciação regional se torna menos nítida. O avanço de estruturas monopolistas no sistema econômico-social nacional pressupõe uma unificação de diferentes mercados regionais num mercado nacional relativamente amplo para dinamizar os diversos setores econômicos.

A desregionalização crescente promovida pela formação de um mercado local já podia ser identificada na década de 60, no Paraná.¹ Esse processo intensifica-se nos anos 70 ao mesmo tempo em que aquele mercado local aumenta seus níveis de integração ao mercado nacional, o qual era indispensável ao desenvolvimento do Capitalismo Monopolista.

O objetivo desta parte do trabalho é analisar a estruturação da agricultura paranaense antes da década de 70. Sendo assim, a análise desenvolvida aqui considera a diferenciação regional já apontada anteriormente.

A primeira das regiões estudadas é o Paraná tradicional. Essa região é a parte do território paranaense de ocupação mais remota. Esse processo inicia-se no século XVII com a mineração do ouro. Prossegue no século XVIII, estruturando-se nos Campos Gerais uma economia baseada na criação e comércio do gado em grandes latifúndios e com a utilização do trabalho escravo. A seguir, incorporam-se na economia da região correspondente ao Paraná tradicional as atividades extrativas comerciais e industriais ligadas à erva-mate e à madeira.²

Historicamente, é a comunidade que se formou nos Campos Gerais, que caracteriza, em especial, aquela região.³ Brasil Pinheiro MACHADO formulou um modelo histórico aplicável a ela.⁴ Este modelo considera que, a partir de um centro social, no caso Curitiba, expandiu-se uma forma de estruturação econômico-social que resultou numa comunidade regional, distinta das que se formaram em outras regiões brasileiras.⁵

No final do século XIX essa comunidade entra em decadência em função das transformações ocorridas na economia brasileira, principalmente em São Paulo.⁶ Nesse momento, outras transformações começavam a ser identificadas no Paraná tradicional, que estavam ligadas à chegada de imigrantes, os quais passaram a introduzir "no meio rural paranaense elementos de renovação que iniciariam o processo de mudança da sua estrutura agrária".⁷ No entanto, não foi apenas a introdução do imigrante em si mesma que provocou as mudanças, mas foi antes de tudo o "desenvolvimento de uma economia de mercado capaz de estimular as iniciativas colonizadoras."⁸

Na verdade, algumas colônias de imigrantes instaladas em pontos específicos do Paraná tradicional, no final do sé-

culo XIX e durante o século XX, adaptaram-se de forma eficiente, às diretrizes da política imigratória, a qual passou a tentar manter através delas o abastecimento dos centros urbanos, ao mesmo tempo que garantia, pela existência de um mercado, a consolidação dessas colônias.

Em especial, no que se refere às colônias instaladas no século XX, o sucesso das experiências liga-se à transferência promovida pelos produtores de técnicas produtivas e de organização da produção já consolidadas nos seus países de origem, nos quais o capitalismo apresentava-se num estágio mais avançado. Em relação especificamente às novas formas de organização da produção se pode citar o cooperativismo e a integração agricultura-indústria, com o desenvolvimento de agroindústrias modernas. Isso evidenciava que nos países de origem daqueles imigrantes, a agricultura estava, em grande parte, interligada à indústria.

Não obstante a existência daqueles núcleos dinâmicos, em termos gerais, o Paraná tradicional chega em 1970, no que diz respeito ao setor primário, estruturado como uma região de agricultura tradicional, caracterizada pelo predomínio da produção de auto-subsistência com fracas vinculações ao mercado, infra-estrutura precária, comprando reduzido número de artigos industriais e outros.⁹ Só a partir de então, a região inicia um processo de transformação que aponta para uma estruturação adaptada à economia de mercado, tanto a nível local, quanto nacional e internacional.¹⁰

A segunda região analisada é o Norte do Paraná. Essa região permaneceu até finais do século XIX praticamente despovoadas, mesmo possuindo uma geografia física privilegiada,

com solo, topografia e clima, em condições excepcionais, para diversas atividades agrícolas.¹¹

A colonização do Norte do Paraná ocorreu pela expansão da economia agrícola paulista, organizada em grande parte em torno do café. Sendo assim, essa colonização foi fruto do fluxo dinamizador do capitalismo brasileiro, centrado em São Paulo. Isso reveste o processo e o sistema local que se estrutura a partir dele, de algumas características próprias em relação a outras regiões do Estado.

O que ocorreu na região não foi uma ocupação desordenada. Ao contrário, tratava-se de "uma colonização 'planificada' (...) - não mais de francos atiradores ou de associação familiar - mas do tipo de economia capitalista moderna".¹²

A agricultura que se instala na região, pelas suas origens, caracterizava-se por apresentar traços marcantes do capitalismo, ou seja, estava voltada basicamente para o mercado, adaptando-se às variações de preços e organiza(va)-se, destarte, em volta dos produtos mais lucrativos.

A base econômica era o cultivo do café, embora as culturas do milho, feijão e arroz também existissem plantadas intercaladas aos pés de café.

A região começou a transformar-se em meados da década de 60 com as políticas de erradicação do café. No entanto, as transformações só se aceleraram a partir da década de 70.

Num período mais recente uma nova onda colonizadora ocorreu no Paraná. Esta onda provinha do Rio Grande do Sul e

Santa Catarina, gerada por problemas de inadequação das estruturas agrárias destes Estados à população rural existente.

A nova onda colonizadora, sob vários aspectos, foi mais significativa do que a do Norte do Paraná, porque as dificuldades para a consolidação do processo foram maiores. Entre elas se pode citar: a colonização não foi feita a partir de um produto extremamente valorizado, protegido e lucrativo como o café; ausência de organização e planejamento; menor incidência de solos férteis; falta completa de infra-estrutura viária e outros.¹³

Não obstante estes aspectos, a agricultura que se estrutura no Sudoeste do Paraná, organizava-se em moldes próximos daqueles analisados em relação à agricultura do Norte do Estado. Sendo assim, em grande parte, ela estava voltada para o mercado, ao mesmo tempo que era diversificada, com os produtores buscando o lucro, via produtos, ou atividades mais valorizadas dentro do estágio técnico, em que se encontrava o processo produtivo local.¹⁴ O aspecto mercantil da agricultura da região pode ser comprovado pela urgência com que se empreendeu a instalação de uma infra-estrutura viária na região, incorporando essa área aos mercados local, nacional e mesmo internacional. Sem uma infra-estrutura moderna, o fracasso seria inevitável.¹⁵

A base da agricultura do Sudoeste era a criação de suínos e o cultivo de cereais, de forma diversificada.¹⁶ Essa região, como também o Norte e o Paraná tradicional, sofreu, na década de 1970 uma transformação decisiva em seu perfil produtivo, na evolução da estrutura fundiária, nas relações de trabalho, na base técnica da produção e outros.

A ocupação geográfica e econômica do território paranaense neste século e, paralelamente, a estruturação da agricultura do Estado foi um processo extremamente significativo, não só em relação a outras experiências brasileiras, mas também a nível mundial. Assim, é que Pedro Calil PRAIS afirmou, de maneira correta, que "em resumo, pode-se dizer que, entre 1940 e 1970, o Estado do Paraná sofreu radical transformação em suas feições".¹⁷

Na agricultura de forma específica, muitos identificam uma verdadeira revolução agrária no Paraná até 1970, continuando aquele autor citado: "Desde o início do século XX (...) dura e penosa foi a implantação do regime da pequena propriedade e das condições de trabalho, no meio rural, que marcam a revolução paranaense".¹⁸ Inexplicavelmente, esse aspecto vem sendo pouco estudado. Uma exceção é o trabalho pioneiro da professora Odah Regina Guimarães COSTA, "A reforma agrária no Paraná", onde a autora analisa a colonização via pequena propriedade, no Estado do Paraná, no seu contexto histórico.¹⁹

Por outro lado, a partir de 1970, com a reversão do processo através de significativa concentração fundiária a década de 70 assiste, na verdade, uma nova "revolução" paranaense, via diminuição acentuada da pequena produção. Essa é a posição que se pode definir a partir do que afirma José Graziano da SILVA ao constatar que os índices de concentração de terras no Estado, entre 1970 e 1975, sofreram alterações em níveis compatíveis aos observados em regiões onde ocorreram "revoluções sociais".²⁰

Então, não foi sem razão que entre 1971 e 1976, o Paraná apareceu mais vezes, dentre todos os outros Estados bra-

sileiros, no noticiário sobre conflitos de terras, nas páginas do jornal O Estado de São Paulo.²¹

Como resumo, em termos gerais, se pode afirmar que, em 1970, a agricultura do Estado do Paraná apresentava um dinamismo capitalista, em nível próximo das regiões mais adiantadas do país, não obstante a base técnica caracterizar-se, ainda naquele momento, por ser tradicional, principalmente no Sudoeste e Paraná tradicional. Assim, as políticas agrícolas implementadas pelo Governo Federal encontraram no Paraná uma região própria para desenvolver, pois os obstáculos à modernização já haviam sido removidos pela colonização capitalista recente. A conjugação daquele dinamismo com as políticas governamentais gerou acentuadas transformações no meio rural paranaense nos anos 70. A análise dessas transformações é o que se tentará a seguir.

3.2 - AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA PARANAENSE E A INTEGRAÇÃO AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL ENTRE 1970 E 1980

Entre 1970 e 1980, a agricultura paranaense apresentou importantes transformações, as quais foram mais acentuadas nos primeiros cinco anos. Elas seriam: a concentração fundiária, mudanças no perfil produtivo, aumento do uso de máquinas e insumos modernos no processo produtivo, e o avanço do trabalho assalariado em detrimento de outras formas de relações de trabalho.

Na verdade, essas transformações não aparecem na realidade histórica de forma isolada, mas fazendo parte de um processo único, englobando todos os aspectos que formam uma determinada realidade histórica.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE CAFÉ, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	1 150 403	1 492 000	100
1970	1 048 400	196 000	13
1971	1 030 081	1 535 000	103
1972	991 652	1 168 000	78
1973	839 578	477 000	32
1974	933 677	1 248 000	84
1975	942 589	1 226 000	82
1976	3 724	461	0
1977	619 101	213 774	14
1978	670 400	620 303	42
1979	632 485	238 065	16
1980	635 877	330 670	22

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

Esse processo único é o que se denominou de processo de modernização da agricultura paranaense, o qual está integrado no processo mais amplo de modernização do sistema econômico-social brasileiro, que significou a consolidação do Capitalismo Monopolista. Por sua vez, na agricultura brasileira e paranaense, o processo de modernização da agricultura concretiza-se historicamente pela integração das atividades agrícolas ao Complexo Agroindustrial nacional e local.

Antes de analisar-se a modernização da agricultura paranaense como um todo, pretende-se fazer alguns comentários sobre algumas das transformações específicas antes indicadas.

A primeira é a significativa modificação no perfil produtivo da agricultura, onde se destacaram a expansão do cultivo da soja e do trigo, ao mesmo tempo que se observou uma redução no do café. Os dados quantitativos que comprovam essas mudanças estão discriminados nas tabelas de 1 a 9. Essas tabelas mostram a evolução da área colhida e a quantidade produzida de alguns dos principais produtos da agricultura paranaense como a soja, milho, café, trigo, algodão, arroz, feijão, batata-inglesa e mandioca.

Na Tabela 4, onde estão discriminados os dados sobre o café, fica patenteado como entre 1969 e 1980 diminuiu a participação deste produto no perfil produtivo da agricultura do Estado do Paraná. Em 1969, a área colhida de café atingiu mais de um milhão de hectares, enquanto em 1980 esse número atingia apenas 636 mil hectares.

Sabe-se que a expansão do café no Norte do Paraná até a década de 60 ocorreu com tal amplitude que invadiu regiões

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE TRIGO, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	234 122	527 435	100
1970	287 598	283 308	54
1971	342 442	334 857	63
1972	397 332	256 567	49
1973	341 015	384 713	73
1974	660 000	914 760	173
1975	800 000	443 600	84
1976	1 248 000	1 660 640	315
1977	1 398 226	1 257 000	238
1978	1 345 093	1 050 000	199
1979	1 476 476	1 621 416	307
1980	1 440 006	1 350 006	256

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

onde o cultivo era contra-indicado dada a freqüência de geadas, às quais o café é muito sensível. Com isso, as quebras seguidas na produção geravam problemas à economia local e nacional.

Assim, desde a década de 1960, o Governo Federal passou a incentivar a erradicação do café, notadamente em regiões impróprias para seu cultivo. No entanto, só em 1975 ocorreu o golpe decisivo na cafeicultura estadual com a importante geada registrada naquele ano. É fácil perceber isso ao constatar-se que a área colhida com café no Estado do Paraná em 1975 ainda estava por volta de 1 milhão de hectares, enquanto que, em 1977, essa área se reduz para 619 mil hectares, nível em que se manteve até 1980, de forma aproximada.

Por outro lado, se se considera a produção colhida em 1969 igual a 100, este índice, em 1980 foi igual a 22, não obstante os dados sobre a produção apresentarem-se com acentuada irregularidade durante o período. Mas, inegavelmente, a tendência é de queda.

Por sua vez, os dados sobre a soja e o trigo, respectivamente nas Tabelas 8 e 9, apresentam tendência contrária aos do café, principalmente aqueles referentes à soja. A área colhida com soja no Paraná em 1969 era de apenas 172 mil hectares, enquanto que em 1980 esse número atingiu quase 2,5 milhões de hectares. Aumento extremamente significativo.

Da mesma maneira em relação à produção; se se considera a quantidade produzida em 1969 como igual a 100, este índice em 1980 foi de 2.528, ou seja, enquanto em 1969 a produção de soja atingiu 213 mil toneladas, em 1980 ela ultrapassou 5 milhões de toneladas.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE TRIGO, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	234 122	527 435	100
1970	287 598	283 308	54
1971	342 442	334 857	63
1972	397 332	256 567	49
1973	341 015	384 713	73
1974	660 000	914 760	173
1975	800 000	443 600	84
1976	1 248 000	1 660 640	315
1977	1 398 226	1 257 000	238
1978	1 345 093	1 050 000	199
1979	1 476 476	1 621 416	307
1980	1 440 006	1 350 006	256

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

Já a evolução do trigo no Paraná é bem mais modesta. A área colhida em 1969 foi de 234 mil hectares, enquanto em 1980 chegou a 1,5 milhões de hectares. A produção em 1969, considerada igual a 100, é de 256 em 1980. Do trigo é preciso ressaltar o seguinte aspecto. Os dados referentes à produção mostram uma irregularidade acentuada no período entre 1969 a 1980. Isso ocorreu porque o trigo é uma cultura sensível a alguns fenômenos climáticos observados com frequência no Paraná, o que dificulta sua expansão e consolidação como cultura importante, apesar da sua adaptação ao modelo agrícola que predominou no Estado durante o período.

As outras culturas, cujos dados também estão discriminados nas tabelas de 1 a 9, não apresentaram grandes modificações se comparados os índices de retração e expansão referentes, respectivamente, aos constatados para o café, o trigo e, principalmente, a soja.

Em resumo se pode afirmar que as mudanças no perfil produtivo da agricultura paranaense, no período entre 1970 e 1980, ocorreram, de modo primordial, pelo aumento na participação de produtos como a soja e o trigo, altamente poupadores de mão-de-obra e utilizadores de máquinas e insumos modernos, ao mesmo tempo que diminuiu a participação do café.²²

Uma segunda transformação importante na agricultura do Paraná é o problema da concentração fundiária. Até 1970 o aspecto que mais se destacava na estrutura fundiária paranaense era a expansão da pequena propriedade. A partir de 1970, a pequena propriedade continua no centro das transformações, no entanto, não mais pelo motivo acima posto, mas, sim, diminuindo em número e área, através de um processo significativo de concentração de terras. Isso pode ser comprovado nas tabelas

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE SOJA, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	172 401	213 584	100
1970	304 211	368 006	172
1971	357 701	461 746	216
1972	452 692	638 158	299
1973	817 815	1 321 418	621
1974	1 340 000	2 588 880	1 212
1975	1 600 000	3 420 000	1 601
1976	2 083 300	4 500 000	2 107
1977	2 200 000	4 700 000	2 201
1978	2 348 541	3 150 103	1 475
1979	2 340 460	4 000 000	1 873
1980	2 410 800	5 400 192	2 528

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

de 58 a 63 e nos quadros 17, 18 e 19. Essa concentração fundiária decorreu de vários aspectos entre os quais destaca-se a mudança do perfil produtivo da agricultura paranaense, onde culturas como a soja e o trigo cresceram em importância, enquanto outras, como o café, diminuíram.

Ora, a soja e o trigo foram introduzidos no Paraná acompanhados por um verdadeiro "pacote tecnológico", que incluía a utilização de forma maciça de máquinas, equipamentos e insumos modernos. Com relação somente à mecanização da agricultura Claus Magno GERMER, coordenando trabalho de pesquisa teórica e de campo sobre a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense no Extremo-Oeste e Norte do Estado, comprova que o "pacote tecnológico" que acompanhou a cultura da soja e do trigo no Paraná, quando de sua expansão significativa, favorecia a concentração fundiária ao impor determinadas escalas mínimas de produção, só compatíveis com médios e grandes produtores, assim mesmo, na maioria dos casos, a partir da utilização do crédito rural subsidiado.²³

Por outro lado, diversos outros aspectos da política agrícola e agrária, implementada no período, provocaram um acentuado aumento nos preços da terra. Eugênio L. STEFANELLO,²⁴ em entrevista concedida ao autor, indica que esse aumento foi da ordem de 670% ^{EM TERMOS REAIS} na década de 70. Ora, isso dificultou mais ainda o acesso à terra, ao mesmo tempo que atraía capital especulativo, que transformava a terra em reserva de valor. Sabe-se, por exemplo, que na segunda metade da década de 70, o Paraná e São Paulo possuíam, em termos proporcionais, a maior quantidade de imóveis vazios no Brasil como um todo, nos extremos da repartição por área, ou seja, nos imóveis com menos de 10 ha e de mais de 10 000 ha. Referindo-se a esse as-

pecto José Graziano da SILVA concluiu que "em ambos os casos, está patente a utilização da terra como meio não-produtivo para fins de especulação imobiliária".²⁵ Esse foi outro detalhe que favoreceu a concentração fundiária.

Essa concentração de terras, por seu turno, e todas as suas conseqüências, foi um dos pilares das modificações observadas nas relações de trabalho, onde se destacou a expansão do trabalho assalariado, principalmente o temporário, que corresponde à uma terceira transformação importante dentre aquelas indicadas por esse trabalho.

Antes de começar a analisar as modificações nas relações de trabalho na agricultura paranaense entre 1970 e 1980, é importante fazer a seguinte ressalva. Para analisá-las outros aspectos têm que ser considerados além da concentração fundiária. Dentre esses outros aspectos um dos mais importantes é que, na maioria dos casos, o progresso só atingiu determinadas fases do ciclo produtivo.

Na tabela 64 e no quadro 20, que mostram a evolução do pessoal ocupado na agricultura paranaense entre 1960 e 1980, pode-se constatar que, de 1970 a 1980, diminuiu a participação relativa dos não-empregados e parceiros, ao mesmo tempo que aumentou a participação relativa dos empregados.

Em relação especificamente aos trabalhadores assalariados temporários, dados mais atualizados indicam que só no Norte do Estado eles aumentaram de 450 mil em 1970 para 800 mil nos primeiros anos da década de 80.²⁶

Sobre a diminuição do número de parceiros é preciso ressaltar que, sendo o regime de parceria, muito comum na

QUADRO 20 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DE EMPREGADOS E NÃO EMPREGADOS NO PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA PARANAENSE - 1960 a 1980

ANO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)					
	Não empregados	Empregados		Parceiros	Outras condições	
		Total	Permanentes	Temporários		
1960	63	28	15	13	7	2
1970	86	13	7	6	1	...
1975	80	17	9	8	3	...
1980	76	21	11	10	3	...

FONTE: FIBGE

... corresponde a zero

cultura do café, com a redução desta cultura, diminuiu também a participação relativa dos parceiros na agricultura paranaense.

Finalmente, uma outra transformação observada na agricultura paranaense, entre 1970 e 1980, foi a expansão do progresso técnico consubstanciado na utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos de forma crescente no processo produtivo (Tabelas 65 e 66 e Quadros 21, 22 e 23). Esta transformação vai ser analisada no capítulo 5, pois, em suas relações com o crédito rural, se constitui uma das grandes preocupações desta pesquisa.

Por enquanto, é importante reter apenas que a expansão do progresso técnico, a concentração fundiária, a mudança do perfil produtivo e as modificações nas relações de trabalho, observadas na agricultura paranaense entre 1970 e 1980, formam as condições em que se deu a integração da agricultura paranaense ao Complexo Agroindustrial nacional, que, em parte encontra-se internalizado no Estado do Paraná. É esse processo amplo que se analisará a seguir.

Em primeiro lugar é preciso identificar o sentido em que se deu o desenvolvimento industrial do Paraná na última década, ou seja, de 1970 a 1980. O setor industrial da economia paranaense até 1970 era extremamente reduzido, além de baseado em indústrias tradicionais. Entre 1970 e 1975, entretanto, ocorreu um crescimento extremamente acentuado, de 23 % a.a.²⁷

Todavia, mais relevante que o aspecto quantitativo foi o qualitativo. Nesse período a indústria que predominantemen-

te instala-se no Estado do Paraná não é mais a do tipo tradicional, voltada para reduzidos mercados locais. O início dos anos 70 assiste à chegada da empresa de grande porte, com escalas de produção significativas, ao mesmo tempo que está baseada em tecnologia avançada. Sendo assim, está voltada para o mercado nacional e internacional, porque é "competitiva". Além disso, "faz parte do aparelho industrial nacional, isto é, não faz parte somente da economia regional".²⁸

Os setores que mais se desenvolveram foram o de material de transporte, material elétrico e de comunicações, o refino de petróleo. No entanto, é a agroindústria moderna o setor preponderante.²⁹

Ora, a industrialização do Paraná acompanhou em linhas gerais o processo nacional e por isso mesmo apresentou taxas elevadas entre 1970 a 1975. Esse processo indica que a aceleração do crescimento econômico do Brasil, no início da década de 70, ocorreu pela expansão industrial, baseada na grande indústria monopolista. Assim, o Paraná ao dinamizar a industrialização naquele período, adapta-se à expansão da grande indústria monopolista, que, em relação a determinados setores, encontrou no Paraná condições "naturais" propícias à instalação, ao mesmo tempo, que aproveitava vantagens concedidas pelo governo local. Por isso, a industrialização do Paraná, no período em questão, faz parte do processo mais amplo, que é a consolidação do Capitalismo Monopolista como o sistema econômico-social vigente hoje no Brasil. Exemplo concreto é a instalação da Cidade Industrial de Curitiba que, inclusive, conta com empresas de grande porte, tanto nacionais como internacionais.

Sendo o Paraná um grande produtor agrícola, era de se esperar o desenvolvimento prioritário do setor agroindustrial moderno. A internalização desse setor no Estado do Paraná faz parte do movimento necessário à consolidação do capital monopolista no sistema econômico-social nacional, visto que as agroindústrias fazem parte do Complexo Agroindustrial, que, por sua vez, é categoria econômica intrínseca ao Capitalismo Monopolista, porque formado basicamente por setores monopolizados. Isso porque, esse movimento de internalização no Estado corresponde ao processo lógico de instalação próximo a uma região fornecedora de matérias-primas agrícolas e consumidora de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

Como resultado disso tudo, a expansão das agroindústrias no interior da economia paranaense indica o desenvolvimento acentuado da integração técnico-produtiva entre a agricultura local e a indústria. Esse processo envolve tanto as indústrias produtoras de máquinas, equipamentos e insumos modernos para a agricultura, como as indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas, as primeiras a montante e as outras a jusante.

No Paraná, tanto as indústrias a montante como a jusante avançaram, de forma acentuada, em direção à agricultura, subordinando o processo produtivo e, destarte, os produtores rurais às suas necessidades. Assim, no Estado, a jusante da agricultura cada vez mais o produtor rural comercializa sua produção diretamente com a indústria, que passa a substituir o comércio, e, quando não, à indústria, às cooperativas. É o caso principalmente da soja, enquanto produtos tradicionais como o feijão continuam com os processos de comercialização antigos.³⁰

Na verdade, via fornecimento de matérias-primas agrícolas, o produtor rural subordina-se às indústrias que passam a ter uma influência decisiva sobre o antes mais autônomo processo produtivo. Essa subordinação do trabalho ao capital industrial que se observa na agricultura paranaense em inúmeros setores tem sido o aspecto mais estudado de toda a subordinação da agricultura ao Complexo Agroindustrial no Estado.³¹ Esse processo reveste-se de aspectos específicos ligados a problemas de acumulação de capitais daquelas indústrias processadoras, que para isso passam a explorar também o trabalho dos produtores rurais.

Por outro lado, a integração técnico-produtiva da agricultura paranaense à indústria tanto local quanto nacional, passa pelo processo de utilização de forma crescente de máquinas, equipamentos e insumos modernos pelo processo produtivo agrícola. Com isso, são as indústrias de montante que passam a integrar-se à agricultura. Os números comprovam que no Paraná esse processo de integração ocorreu de forma acentuada (Tabelas 65 e 66 e Quadros 21, 22 e 23).

NOTAS DE REFERÊNCIAS

- 1 - BALHANA, A.P. Campos gerais: estruturas agrárias. Curitiba, Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1968. p. 230.
- 2 - WESTPHALEN, C.M. & BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 25:1-30, 1977. p. 5.
- 3 - WESTPHALEN, C.M. et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação do Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 7: 1-52, 1968. p. 2.

- 4 - RITTER, M.L. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo da formação das comunidades. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Badep, 73: 55-79, out./nov./dez. 1980.
- 5 - RITTER, p. 79.
- 6 - MACHADO, B.P. & BALHANA, A.P. Contribuição ao estudo da História agrária do Paraná. Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História, 3: 1-52, jun. 1963. p. 29-30.
- 7 - MACHADO & BALHANA, p. 31.
- 8 - MACHADO & BALHANA, p. 52.
- 9 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1981. p. 9-10.
- 10 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, p. 9-10.
- 11 - MONBEIG, P. A zona pioneira do norte - Paraná. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(25): 11-17, abr. 1945
- 12 - MONBEIG, p. 17.
- 13 - NICHOLLS, W.H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: O Estado do Paraná - 1920-65. Revista Brasileira de Economia, 24 (4): 33-91, jan. 1970.
- 14 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, p. 9-10.
- 15 - NICHOLLS, p. 63-64.
- 16 - NICHOLLS, p. 33-34.
- 17 - PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981. p. 187.
- 18 - WESTPHALEN, C.M. et alii, p. 26.
- 19 - COSTA, Odah Regina G. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. 318 p. (Tese Prof. Titular - Departamento de História - UFPR; mimeo.)
- 20 - SILVA, J.G.da A estrutura agrária do Estado do Paraná. In: A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 105.

- 21 - SILVA, p. 103-104.
- 22 - PARANÁ empobrece. Perde população e propriedade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 jun. 1985. p. 18.
- 23 - GERMER, C.M. coord. Progresso técnico na agricultura paranaense: o caso da soja em duas regiões típicas - Norte cafeeiro e Extremo-oeste. Curitiba, 1982. 155 p. (mimeo.).
- 24 - STEFANELLO, E.L. A política de crédito rural. Curitiba, 1986. Entrevista concedida ao autor do trabalho em 16 abr. 1986.
- 25 - SILVA, p. 109.
- 26 - PARANÁ empobrece, p. 18.
- 27 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, p. 9-10.
- 28 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, p. 9-10.
- 29 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, p. 9-10.
- 30 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, p. 9-10.
- 31 - São inúmeros os trabalhos que tratam do problema, cita-se aqui apenas dois deles: CRAVO, V.Z. A metamorfose do colono no sul do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, Badep, 73: 81-123, out./nov./dez. 1980; RIZZI, A. T. Integração na avicultura no sudoeste paranaense: um caso de subordinação dos pequenos produtores ao capital industrial. História: Questões & Debates, Curitiba, 5 (9): 199-231, dez. 1984. Isto comprova que no Paraná o processo de subordinação de produtores a setores industriais do Complexo Agroindustrial já está bem generalizado.

CAPÍTULO 4 - EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL NO
PARANÁ - 1970 A 1980

4.1 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL

Pode-se afirmar que o crédito rural passou, efetivamente, a existir no Brasil com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A - CREAM, embora antes disso outras tentativas tenham sido feitas, mas que resultaram em fracassos.¹

A lei nº 454, de 09-07-1937, permitiu ao Banco do Brasil S/A - BB S.A. a emissão de bônus para obter recursos que seriam encaminhados aos financiamentos de diversos setores da economia, inclusive o agropecuário.

Por sua vez a Lei nº 492, de 30.08.1937, deu nova estrutura ao instituto do penhor rural melhorando a segurança para os fornecedores de crédito, através de aperfeiçoamentos não enquadrados no Código Civil.

A criação da CREAM do BB S.A. resultou diretamente dessas duas leis.² Seu primeiro regulamento foi aprovado pelo Ministério da Fazenda, em 02.10.1937, sendo publicado no Diário Oficial, em 27.11.1937.

A partir daí ocorreram várias reformulações nesse regulamento, sendo que antes de 1960 a última delas foi em 19.09.1951, aprovada em 06.02.1952.

QUADRO 24 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DO
CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO PELO
BANCO DO BRASIL S.A. EM RELAÇÃO
AO CRÉDITO AGRÍCOLA TOTAL, NO
BRASIL - 1960-1968

ANO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
1960	90
1961	93
1962	91
1963	91
1964	90
1965	92
1966	90
1967	83
1968	70

FONTE: PAIVA, R. M. et alii. Setor agrícola
no Brasil. Rio de Janeiro, Forense,
1976. 442 p.

Com isso, em 1960, o documento básico sobre o crédito agrícola no Brasil era o regulamento da CREA, aprovado em 06.02.1952. Era fundamental mas não único, porque, em 1960, existiam outras instituições atuando no crédito agrícola, como o Banco de Crédito da Amazônia, o Banco de Nordeste do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, estabelecimentos oficiais dos Estados e Caixas Rurais do Rio Grande do Sul (Raiffeisen) e de Santa Catarina (Cuzzatti).³

Em 1960, o BB S.A. foi o responsável pela concessão de 90% de todo o crédito agrícola fornecido no Brasil. Em relação ao Paraná essa participação deveria ser maior, visto que a maioria das outras instituições, que concediam crédito agrícola, não atuavam no Estado (Quadro 24).

Embora a atuação da CREA tenha ajudado o desenvolvimento da agricultura brasileira, muitas falhas podiam ser identificadas no crédito rural no Brasil naqueles anos. Ruy Miller PAIVA cita, como principais problemas, o fato das agências do BB S.A. não cobrirem todos os municípios brasileiros, os juros altamente subsidiados que impediam a participação dos bancos particulares e a inexistência de uma legislação que permitisse carrear recursos do mercado de capitais para a agricultura.⁴

Em função desses principais problemas no início da década de 60, podem ser identificadas as primeiras tentativas para reformular o crédito agrícola no Brasil, tornando-o mais abrangente.

Em 03.03.1961, o memorando presidencial GP-MF-38 cria um grupo de trabalho, que deveria formular propostas para re-

estruturação do crédito agrícola, visando um "aproveitamento máximo dos recursos disponíveis como instrumento adequado e importante ao desenvolvimento das atividades agropecuárias."⁵ O grupo era formado por representantes de diversos órgãos e instituições do Estado, como também dos bancos privados e de setores patronais e cooperativistas. Não participava do grupo nenhum representante dos trabalhadores rurais.

Atendendo sugestão desse grupo foi criado, pelo Decreto nº 50 637, de 20.05.1961, o Grupo Executivo de Coordenação do Crédito Rural - GECCRE. Essa grupo estava subordinado diretamente à Presidência da República e tinha como finalidade "coordenar o crédito rural e promover a articulação deste com outros programas de assistência ao produtor rural".⁶

Não obstante, a criação desse Grupo Executivo e outras comissões era a CREA I que, efetivamente, geria o crédito agrícola no Brasil. Isso porque, só em 1965, com a Lei nº 4829, institucionalizou-se o crédito rural, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR. Nessa lei foram incorporadas muitas das sugestões formuladas nos estudos desenvolvidos pelo GECCRE. Com a Lei nº 4 829⁷ houve uma mudança fundamental no "espírito" do crédito agrícola no Brasil. Pode-se constatar o fato comparando essa Lei com o regulamento da CREA I do BB S.A., que, no seu Art. 5º, Parágrafo único, definiu que a Carteira poderia recusar empréstimos aos clientes "cuja situação financeira demonstra, notoriamente ou sob exame contábil, suficiência de recursos para o empreendimento projetado".⁸ Isso demonstra que a atuação da CREA I, pelo menos teoricamente, dirigia-se aos produtores que realmente necessitavam do auxílio para o desenvolvimento de suas atividades. Assim, o objetivo da Carteira era o desenvolvimento das

atividades agrícolas em si mesmas.

Na sistematização do primeiro Manual do Crédito Rural - MCR, anexo a Circular nº 120, de 20.08.68, do BACEN, no capítulo I, artigo 11, inciso 1, afirmava-se que não constituía função do crédito rural, "subsidiar atividades deficitárias ou antieconômicas". Na prática, essa legislação levou o crédito rural a transformar-se num instrumento que sustentava a "reprodução ampla na agricultura",⁹ a qual, na visão oficial, levaria a dinamização de outros setores da economia, notadamente os industriais ligados ao Complexo Agroindustrial.

Assim, com as modificações efetuadas em 1965, o crédito rural passa a ser um "mecanismo de manutenção da reprodução ampliada das indústrias de insumos e de processamento e da comercialização através do aumento da produção".¹⁰ Com isso o crédito rural desvincula-se, em grande parte, do seu objetivo de desenvolver as atividades agrícolas em si mesmas, para promover o desenvolvimento de outras atividades econômicas que passam a integrar-se ao setor primário.

Desse modo, os objetivos reais da Política de Crédito Rural passam a ser promover a expansão do progresso técnico na agricultura, dinamizando setores do Complexo Agroindustrial, ao mesmo tempo que servia de mecanismo compensatório para pequenos, médios e grandes produtores capitalizados, já que o setor primário era o mais prejudicado com as políticas de incentivo à industrialização. Esse segundo aspecto foi ressaltado por Eugênio STEFANELLO em entrevista concedida ao autor desse trabalho.¹¹ Naquela ocasião ele chamava atenção justamente para o aspecto compensatório da Política de Crédito Rural no contexto de políticas econômicas globais que procura-

vam extrair capitais do setor agrícola para serem canalizados para o setor secundário.

É nesse contexto que se deve inserir o SNCR. Em termos práticos e de forma mais específica, a Lei nº 4 829 promoveu alterações profundas no crédito rural. No seu Art. 9º, ela estruturou o crédito rural de acordo com suas finalidades, dividindo-as em quadro: custeio, investimentos, comercialização e industrialização de produtos agropecuários. Na prática, os financiamentos restringiram as três primeiras, como comprovam os dados estatísticos sobre a distribuição dos créditos, onde constam financiamentos concedidos para industrialização de produtos agropecuários.

Os créditos para custeio são os destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola, ou pecuária, inclusive os gastos com aquisição de insumos modernos, os quais também podem ser financiados separadamente. Os créditos para investimentos destinam-se a inversões em bens e serviços, cujos desfrutes se realizam no curso de vários períodos. Os créditos para aquisição de máquinas, equipamentos e seus implementos incluem-se nessa finalidade.

Por último, os créditos para comercialização destinam-se, isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, sua estocagem, transporte, ou à monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores.

Dentro dessa nova estruturação promovida pela Lei nº 4 829, merece destaque também o problema dos juros cobrados nos financiamentos de crédito rural definido por legislação

específica. A Lei nº 4 829, no seu Art. 14º, é muito clara, afirmando que "os termos, prazos, juros e demais condições das operações de crédito rural, sob quaisquer de suas modalidades, serão estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional". Na verdade, essa competência já havia sido definida pela Lei nº 4 595, de 31.12.1964, que estruturou o Sistema Financeiro Nacional. Isso porque, a Lei nº 4 829, que institucionalizou o crédito rural subordina-se às determinações daquela lei maior.

Ainda sobre o problema dos juros, o Decreto nº 58 380, de 10.05.66, que aprovou o regulamento da Lei instituidora do crédito rural, definiu de forma mais precisa a questão no seu Art. 18º, § 2º, ao definir que as taxas de juros nas operações de crédito rural "serão inferiores, em pelo menos 1/4 (um quarto) às taxas máximas admitidas pelo Conselho Monetário Nacional para as operações bancárias de crédito mercantil". Com isso, incorpora-se à lei o subsídio nas operações de crédito rural.

Outro aspecto importante, na Lei nº 4 829, define que, ao Banco Central do Brasil, compete sistematizar, organizar, difundir, fiscalizar, as normas e disciplinas instituídas pelo Conselho Monetário Nacional, que sejam relacionadas com o crédito rural. Isso também já estava definido na Lei nº 4 595, que criou o Sistema Financeiro Nacional, no seu Art. 2º, inciso V, que instituiu, como atribuição do Banco Central do Brasil, "exercer o controle do crédito sob todas as suas formas".

Em resumo, se pode afirmar que em relação à legislação sobre o crédito rural são fundamentais as determinações emanadas do Conselho Monetário Nacional, que por sua vez são siste-

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO
RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPE-
RATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS,
NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	NÚMERO ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1969	100	
1970	148	48
1971	160	8
1972	236	47
1973	345	46
1974	443	28
1975	657	48
1976	668	2
1977	611	-8
1978	558	-9
1979	713	28
1980	660	-7

FONTE: BACEN

matizadas, controladas e difundidas pelo Banco Central do Brasil. Por isso, nesse trabalho as fontes qualitativas são, em grande parte, a legislação definida pelo CMN e BACEN, como resoluções, circulares e carta-circulares.

Nesta parte do trabalho analisou-se apenas os aspectos ligados à institucionalização do crédito rural, que se referem de forma mais específica aos objetivos do trabalho.

4.2 - A POLÍTICA DO CRÉDITO RURAL NO PARANÁ - 1970-1980

4.2.1 - Evolução Geral

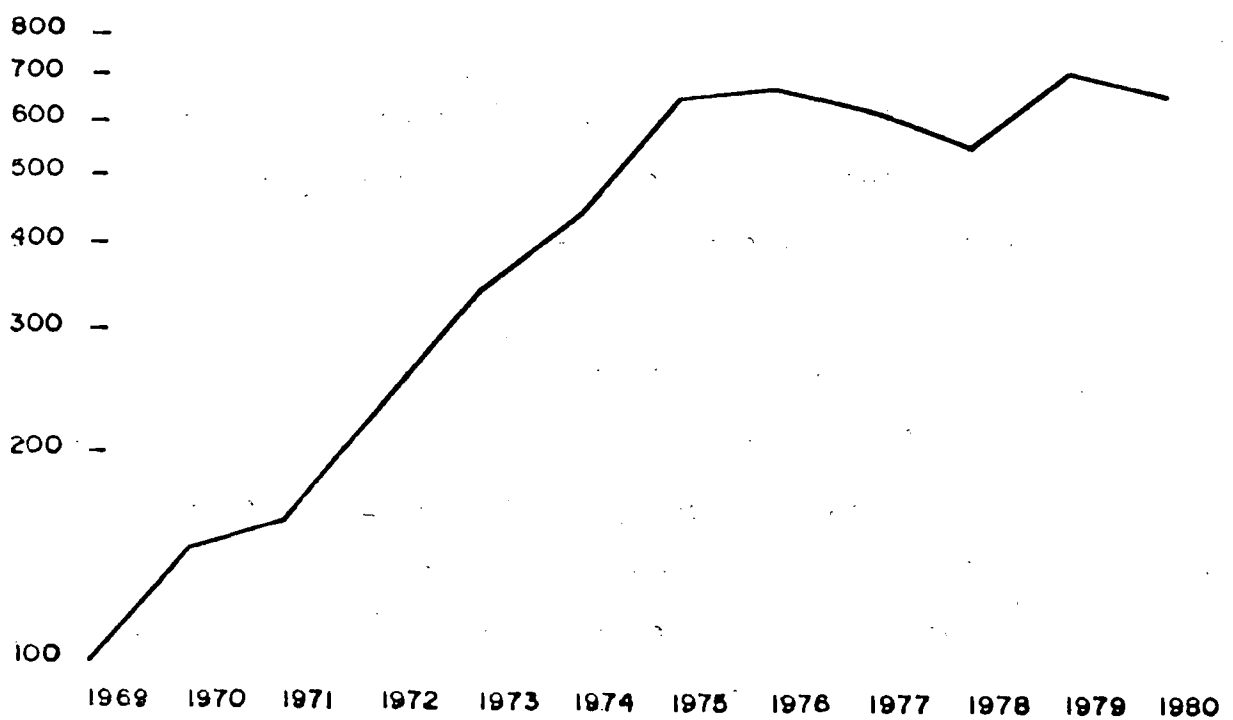
Antes de analisar a distribuição do crédito de acordo com as atividades agrícolas e pecuárias, é importante comentar a evolução do crédito rural em termos gerais, no Paraná.

Essa evolução indica os caminhos seguidos pela Política de Crédito Rural traçada pelo Governo Federal e implementada no Estado. (Quadro 1) Ao observar-se o índice dessa evolução fica claro que houve um crescimento real constante até 1976, visto que esse índice foi calculado a partir de valores deflacionados. Após 1977, a tendência é de diminuição dos valores aplicados, embora em 1979 eles tenham aumentado em relação ao ano anterior.

O número-índice, no entanto, só indica a tendência. Para uma análise mais apurada, é importante se observar a coluna da variação anual daquele Quadro. Nessa coluna pode-se identificar alguns períodos distintos. Em primeiro lugar, o período de 1970 a 1975, onde não obstante em 1971 o crescimento ter sido pequeno, caracteriza-se por um significativo crescimento

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS NO PARANÁ

Nº ÍNDICE



FONTE: BALEN

constante dos valores aplicados no crédito rural no Paraná. Já o segundo período, de 1976 a 1980, caracteriza-se por uma redução constante dos valores aplicados, embora o pequeno crescimento de 1976 e o médio crescimento em 1979. No entanto, mesmo identificando esses dois períodos distintos, é evidente que a tendência global do período foi de um importante aumento no fornecimento do crédito rural concedido no Paraná. É fácil perceber isso ao constatar-se que as variações negativas nos anos de 1977, 1978 e 1980 foram menores do que as variações positivas observadas entre 1970 e 1975, com a exceção de 1971.

Segundo Dércio Garcia MUNHOZ, em 1965 implementou-se uma política restritiva ao crédito agrícola, de acordo com a política de estabilização vigente no país, baseada em pressupostos monetaristas. O resultado dessa política foi uma queda acentuada da produção agrícola em 1966. A partir disso, se afirma:

Posteriormente não mais se tentou a adoção de restrições traumatizantes sobre o crédito agrícola, postura que seria favorecida tanto pela queda nas taxas de inflação como do rápido crescimento da economia com paralela expansão das exportações em geral, e inclusive de produtos de origem agrícola. Desde então a política monetária passou a ser flexível e o crédito rural foi expandido a elevadas taxas nos anos que se seguiram. 12

As conclusões de Dércio Garcia MUNHOZ baseiam-se nos dados do Brasil, por isso devem ser aplicados com parcimônia em relação ao Paraná. Isso porque, no Paraná, o crescimento das aplicações do crédito rural ocorreu, em grande parte, ligado à expansão de um produto "novo" que, no caso, era a soja. Ou seja, essa expansão só em parte estaria ligada à experiência amarga de 1965-1966.

Em outras palavras, os resultados negativos na produção agrícola de 1966 explicariam ausência de restrições futuras ao crédito rural, mas não os níveis em que ocorreu a expansão dos financiamentos entre 1970 a 1980, no Paraná.

Assim, o significativo aumento nos valores do crédito rural no Paraná só pode ser explicado por uma política deliberada de utilização do crédito como carro-chefe de uma determinada política agrícola, apoiada pelos Governos Federal e Estadual.

Pode-se identificar no Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED, de 1968-1970, uma referência clara da intenção de utilizar-se o crédito rural como o instrumento fundamental da política agrícola que se desejava implementar. Segundo o PED, a estratégia de desenvolvimento agrícola, que seria colocada em prática, baseava-se em três linhas de ação principais. Entre elas, destacava-se a que tencionava criar um sistema de apoio ao desenvolvimento agrícola, compreendendo um sistema de incentivos gerais, notadamente creditícios. Por sua vez, o crédito agrícola deveria se subordinar às diretrizes definidas no PED. É, sem dúvida, a primeira vez que o crédito agrícola amarra-se à uma Política de Desenvolvimento global. Como para a tecnocracia o desenvolvimento era sinônimo de industrialização, no PED, o papel que se esperava da agricultura era principalmente contribuir com a expansão do mercado para o setor industrial.¹³

A posição definida no PED foi ratificada no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND, de 1972 a 1974, que afirmaria, de forma clara, que a política de desenvolvimento agrícola que se pretendia implementar, utilizar-se-ia do sis-

tema já montado de incentivos fiscais e financeiros dirigidos ao setor primário.¹⁴

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, de 1975 a 1979, não apresentava nesse ponto nada de original em relação aos dois planos anteriores, reafirmando o "uso conjugado, de forma eficiente e ampla, dos poderosos mecanismos representados pelos preços mínimos (....); crédito, nas diferentes modalidades," como instrumentos fundamentais para se alcançar os objetivos da política agrícola.¹⁵

Assim, torna-se evidente que a expansão constante e significativa dos financiamentos do crédito rural concedidos a produtores e cooperativas do Paraná, no período de 1970 a 1980, explica-se, antes de tudo, pela utilização do crédito como instrumento fundamental de uma determinada política agrícola. Portanto, é a intervenção do Estado, formulando e implementando essa política agrícola que explica os níveis e as diretrizes em que se deu a evolução.

Um outro aspecto que se deve destacar é que, num primeiro momento, os efeitos da crise do petróleo de 1973, não se fizeram sentir na política de crédito rural, através de restrições.¹⁶ Em função disso, é possível observar, ainda em 1975, no Paraná, uma variação anual positiva de 48%, igual a ocorrida em 1970, as quais foram as maiores variações anuais positivas do período.

Essa variação, além de ser maior, foi também a última naquele nível, porque, a partir de 1976, iniciava-se um novo período no que tange à evolução do crédito rural no Paraná. Nesse período, parte da política agrícola formulada desde

1968 no PED e ratificada nos PNDs, que se sustentava no crédito rural irrestrito terminara, na prática, em 1976, no Paraná, embora no discurso oficial só em 1977 isso seja explicitado. Sobre isso, afirma Dércio Garcia MUNHOZ:

É fato (....) que em 1977 já se passasse a questionar a aparente liberalidade na concessão de financiamentos rurais, o que levaria inclusive à decisão de aumentar as taxas de juros, ainda que em níveis moderados e sem maiores impactos. 17

A inauguração do questionamento oficial à política de crédito rural, em âmbito nacional, ocorreu no pronunciamento do Presidente do Banco do Brasil S.A., Karlos Rischbieter, na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara em 1977. Nesse pronunciamento o Presidente do Banco do Brasil S.A. indicava as principais distorções da Política de Crédito Rural que, em resumo, eram as seguintes: incentivo ao uso inadequado de máquinas e implementos; o desvio de parte significativa para outros objetivos, como a compra de terras; o incentivo ao endividamento exagerado e crescente do produtor. Concluiu o pronunciamento afirmando que "inúmeros motivos estão a determinar a necessidade de se avaliar a política de crédito rural". Isso porque podia se constatar naquele momento uma "crescente dependência do setor para com os financiamentos bancários e do grande volume de recursos alocados à atividade". Além disso, ressaltava que o quadro era agravado pela inexistência de "um plano diretor integrado, lógico, coerente e consistente com os demais instrumentos de ação econômica do governo".¹⁸

É evidente que, setores fora do Governo já estavam questionando a política de crédito rural. No entanto, esse questionamento partido de uma fonte oficial mostra que o próprio Governo reconhecia o início do fim de um modelo agrícola

baseado no crédito rural abundante e barato, que a partir daquele momento passava a ser desestruturado, de forma gradativa, mas constante. No entanto, só em 1980 o processo consolidou-se com as profundas modificações efetuadas na Política de Crédito Rural em função do agravamento da crise brasileira. Essas modificações foram basicamente o aumento dos juros e a diminuição do volume de créditos.¹⁹

Os dados referentes ao Paraná comprovam que, pelo menos no que diz respeito ao fornecimento quantitativo do crédito rural, o Governo já tinha feito sua avaliação que indicava a necessidade de uma redução dos valores aplicados, como efetivamente foi feito.

Assim, comprovam os dados do Quadro 1, enquanto a variação anual positiva em 1975 foi de 48%, em 1976 ela foi de apenas 2%, registrando-se a maior queda do período. A tendência de queda acentua-se nos anos seguintes. Em 1977 e 1978 as variações anuais foram negativas, respectivamente de -8 e -9, indicando que, em termos reais, houve uma redução significativa dos valores concedidos ao setor primário, visto que essas variações foram calculadas sobre valores deflacionados.

Em 1979 a nova política governamental elevava, de acordo com o discurso oficial, o setor agrícola ao nível de prioridade maior, ao lado do combate à inflação e da diminuição da dependência energética. Essas prioridades do Governo, que assumia, estavam indicadas no Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND, de 1980 a 1985.²⁰ A política agrícola de 1979 intencionava, segundo o mesmo discurso, aumentar a produção agrícola para "encher a panela do povo".

A utilização do crédito rural como forma de aumentar a produção pode ser comprovada no "pacote agrícola" lançado pelo Governo em maio de 1979. Em 23.05.79, o Conselho Monetário Nacional baixou as resoluções números 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, todas elas relacionadas ao crédito rural. Essas resoluções promoviam modificações na política de financiamento ao setor primário, onde se destacavam as seguintes: elevou os prazos dos financiamentos rurais deferidos a pequenos e médios produtores, quando destinados à aquisição de reprodutores e matrizes bovinos; permitiu a assistência técnica grupal; admitiu que os financiamentos rurais atendessem às aquisições de sementes melhoradas e defensivos, feitas até 180 dias antes da apresentação da proposta; estabeleceu que o vencimento das operações de custeio agrícola, deferidas a pequenos e miniprodutores, para permitir a comercialização dos produtos, pudesse incorporar um acréscimo de até 90 (noventa) dias após à época do término da colheita; obrigou os estabelecimentos bancários a aplicarem quantia não inferior a 25% dos totais reservados por lei ao crédito rural, nos financiamentos a mini- e pequenos produtores; tornou obrigatória a adesão ao PROAGRO, nos financiamentos de custeio agrícola.

Realmente, todas essas medidas eram coerentes com a intenção do Governo de aumentar a produção, em outras palavras, esse "pacote agrícola" lançado em 1979, via crédito rural, sem dúvida provocou um aumento da produção agrícola em 1980, como comprovam os dados do Paraná, nos quadros 9 e 11. No entanto, naquele momento o modelo de desenvolvimento agrícola sustentado no crédito rural abundante e barato já estava esgotado, e, em 1980, o Governo Federal retoma a política de restrição creditícia, como comprova a variação anual nega-

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CON-
 CEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SEGUNDO O
 VALOR DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS ATIVIDA-
 DES, NO PARANÁ - 1969-80

ANO	NÚMERO-ÍNDICE		VARIACÃO ANUAL (%)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA	
	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRI	AGRÍCOLA-PECUÁRI
1969	100	100			86	14
1970	153	118	53	18	89	11
1971	165	129	8	9	88	12
1972	245	180	48	40	89	11
1973	358	266	46	48	89	11
1974	469	284	31	7	91	9
1975	683	500	46	76	89	11
1976	686	553	...	11	88	12
1977	643	412	-6	-25	91	9
1978	560	548	-13	33	86	14
1979	715	699	28	28	86	14
1980	690	476	-3	-32	90	10

FONTE: BACEN

... corresponde a zero

tiva da evolução dos fornecimentos do crédito rural no Paraná, que naquele ano foi de -7%. Em outras palavras, o que se tentou naquele momento foi revigoração do modelo agrícola, que estava sendo implementado desde o final da década de 60 e que teve seu auge entre 1970 e 1975, entrando em decadência a partir de 1976.²¹

A seguir, analisa-se a evolução da Política do Crédito Rural em relação aos financiamentos concedidos às diversas atividades e finalidades.

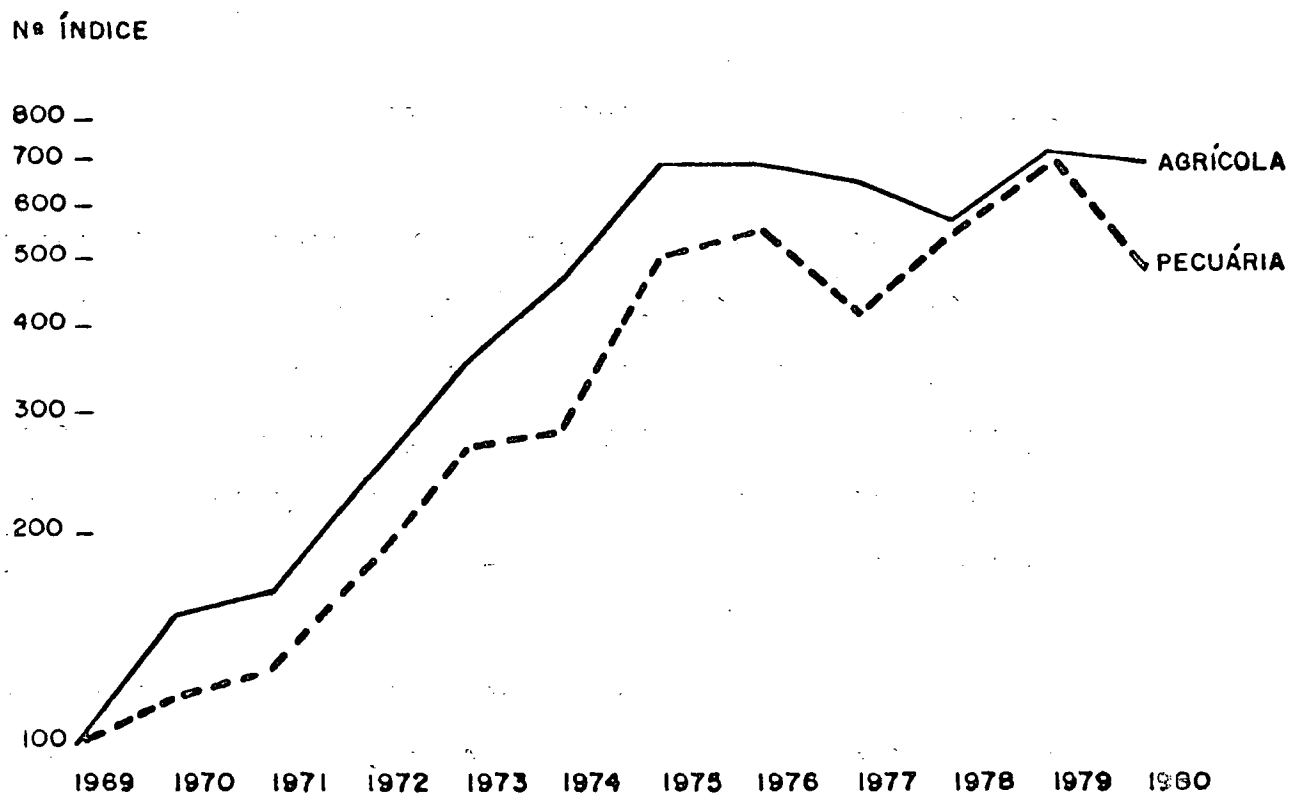
4.2.2 - Evolução por Atividades e Finalidades

O crédito rural em relação às atividades é dividido em agrícola e pecuário. No Paraná, a evolução dos financiamentos no que diz respeito especificamente a cada uma das atividades segue, em linhas amplas, a evolução do crédito rural geral já analisada. No entanto, identificam-se algumas particularidades, que podem ser comprovadas no quadro 2.

Em primeiro lugar se evidencia que foi maior a expansão do crédito para o setor agrícola. Em 1976, anos que marca o fim do período de crescimento positivo constante, observa-se na coluna do número-índice, que esse era de 686 para atividade agrícola e 553 para atividade de pecuária.

No que concerne à variação anual um aspecto importante refere-se ao fato dela apresentar-se mais irregular na atividade pecuária. Assim, nesse setor observam-se variações mais acentuadas do que no setor agrícola, como a variação anual positiva em 1975 de 76% e as negativas de 1977 e 1980

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL
DE ACORDO COM O VALOR DOS
CONTRATOS RELATIVOS ÀS
ATIVIDADES AGRÍCOLA E PECUÁRIA



FONTE: BACEN

respectivamente, de -25 e -32. Essas variações podem ser explicadas pelas políticas agrícolas dos sucessivos Governos, no período analisado pela pesquisa, que estavam voltadas mais para o setor agrícola. Assim, o setor pecuário permanecia mais sensível às variações conjunturais de mercado, com maior irregularidade em suas variações.

A tendência observada na evolução da distribuição dos financiamentos do crédito rural em relação às atividades aparece melhor explicitada ao se analisar a coluna da participação relativa do quadro 2. Analisando-se esse aspecto fica evidente que o Paraná é um Estado, onde predominou de forma acentuada os financiamentos concedidos à atividades agrícolas um detrimento do setor pecuário. O setor agrícola nunca recebeu menos que 86% do crédito total para o Estado. Inclusive, na maioria dos anos essa participação amplia-se, chegando a atingir 91% em 1974 e 1977. No período a participação relativa do setor agrícola varia de 86% a 91%, o que significa que não houve alterações substanciais nesse ponto. Esses dados podem ser visualizados no quadro 2.

Essa participação relativa dominante da atividade agrícola sobre o crédito rural total aplicado no Paraná justifica um traço importante da metodologia desse trabalho, que concentra suas análises mais detalhadas no sub-setor agrícola do setor primário da economia paranaense. São as transformações nesse sub-setor agrícola que, de forma mais significativa, promoveu as transformações mais gerais observadas no setor primário da economia paranaense.

Observando-se as finalidades, os financiamentos do crédito rural são divididos em crédito de custeio, investimento e comercialização. A evolução dos financiamentos do crédito ru-

ral registra quanto às finalidades alguns fatos, que chamam atenção. Em primeiro lugar, com relação à coluna do número-índice constata-se que o crédito para custeio expande-se de modo permanente até 1979, com a exceção de 1971.

Com isso, pode-se verificar que, quando o Governo iniciou uma restrição ao crédito a partir de 1976 não o fez preferencialmente em relação ao crédito de custeio e, sim, em relação a outras finalidades, não obstante, em 1976, 1977 e 1978 o crescimento do crédito de custeio ter sido bem menor que em anos anteriores.

O que é relevante na evolução dos financiamentos do crédito rural no Paraná, quanto às finalidades, encontram-se na análise dos financiamentos concedidos para investimentos. No entanto, deve-se ressaltar que a análise empreendida aqui deteve-se, em aspectos gerais, porque a evolução do crédito de investimento está analisada de forma mais detalhada no capítulo seguinte, quando se estuda somente a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense.

Como já se indicou, os créditos para aquisição de máquinas, implementos e veículos fazem parte dessa finalidade, ou seja, o incentivo à mecanização da agricultura liga-se ao crédito para investimentos. A evolução dos créditos para investimentos apresentou um crescimento extremamente acentuado entre 1969 e 1975. Em números-índices, ele atingiu 1 221 em 1975, enquanto o custeio atingia 460 e a comercialização 763. A partir desse ano as reduções também foram maiores no que se refere ao crédito de investimento. Assim, as restrições ao fornecimento de crédito rural, a partir de 1976, foram feitas basicamente dirigidas àquele tipo de crédito.

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CONCE-
DIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR
DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS FINALIDADES, NO
PARANÁ - 1969-80

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIÇÃO ANUAL (%)		
	CUSTEIO	INVESTI- MENTOS	COMERCIALI- ZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTI- MENTOS	COMERCIALI- ZAÇÃO
1969	100	100	100			
1970	149	155	143	49	55	43
1971	143	234	154	-4	51	8
1972	178	478	220	24	104	43
1973	273	597	356	53	25	62
1974	364	722	454	33	21	27
1975	460	1 221	763	26	69	68
1976	506	1 029	814	10	-16	7
1977	512	696	781	1	-32	-4
1978	527	555	629	3	-20	-19
1979	699	681	762	33	22	21
1980	680	371	788	-3	-45	3

ANO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA		
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO
1969	58	15	27
1970	59	16	25
1971	52	23	25
1972	44	31	25
1973	46	27	27
1974	48	25	27
1975	41	29	30
1976	44	24	32
1977	49	18	33
1978	55	15	30
1979	57	15	28
1980	60	9	31

FONTE: BACEN

Isso fica mais patente ainda analisando-se as colunas da variação anual e participação relativa do quadro 3. Com respeito à variação anual, destacam-se os resultados positivos ocorridos em 1970, 1971, 1972 e 1975, respectivamente de 55, 51, 104 e 69%. Os referenciais básicos para analisar esses aumentos são mais uma vez os planos de desenvolvimento do período, que explicitavam os objetivos da política agrícola implementada pelo Governo.

Dentre os objetivos da política agrícola que permeavam esses planos, o aumento da produtividade agrícola, a partir de uma utilização mais acentuada de máquinas e implementos podem ser encontrados em todos eles, ou seja, no Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED, de 1968 a 1970, e nos primeiro e segundo Planos Nacionais de Desenvolvimento - PNDs, relativos ao período de 1972 a 1979. Acentue-se que esse objetivo é o definido no discurso oficial. Na prática, o que se pretendia mesmo era a expansão do mercado de máquinas, equipamentos e insumos modernos e o fornecimento de matérias-primas agrícolas para as indústrias que faziam parte do Complexo Agroindustrial que, naquele momento, já estava em grande parte internalizado em território brasileiro.

Para comprovar o papel dos PNDs, por exemplo, é só observar que as maiores variações anuais positivas do crédito de investimento, no Paraná, ocorreram em 1972 e 1975, respectivamente, de 104 e 69%. Ora, esses dois anos correspondem justamente aos primeiros anos de implementação do I e II PNDs.

Por outro lado, a partir de 1976, o II PND, como referencial de política agrícola, foi em parte abandonado, nota-

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL
SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS
E DE ACORDO COM AS FINALIDADES
NO PARANÁ (AGRICULTURA E PECUÁRIA)

Nº ÍNDICE

2000 —

1000 —

900 —

800 —

700 —

600 —

500 —

400 —

300 —

200 —

100 —

100

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

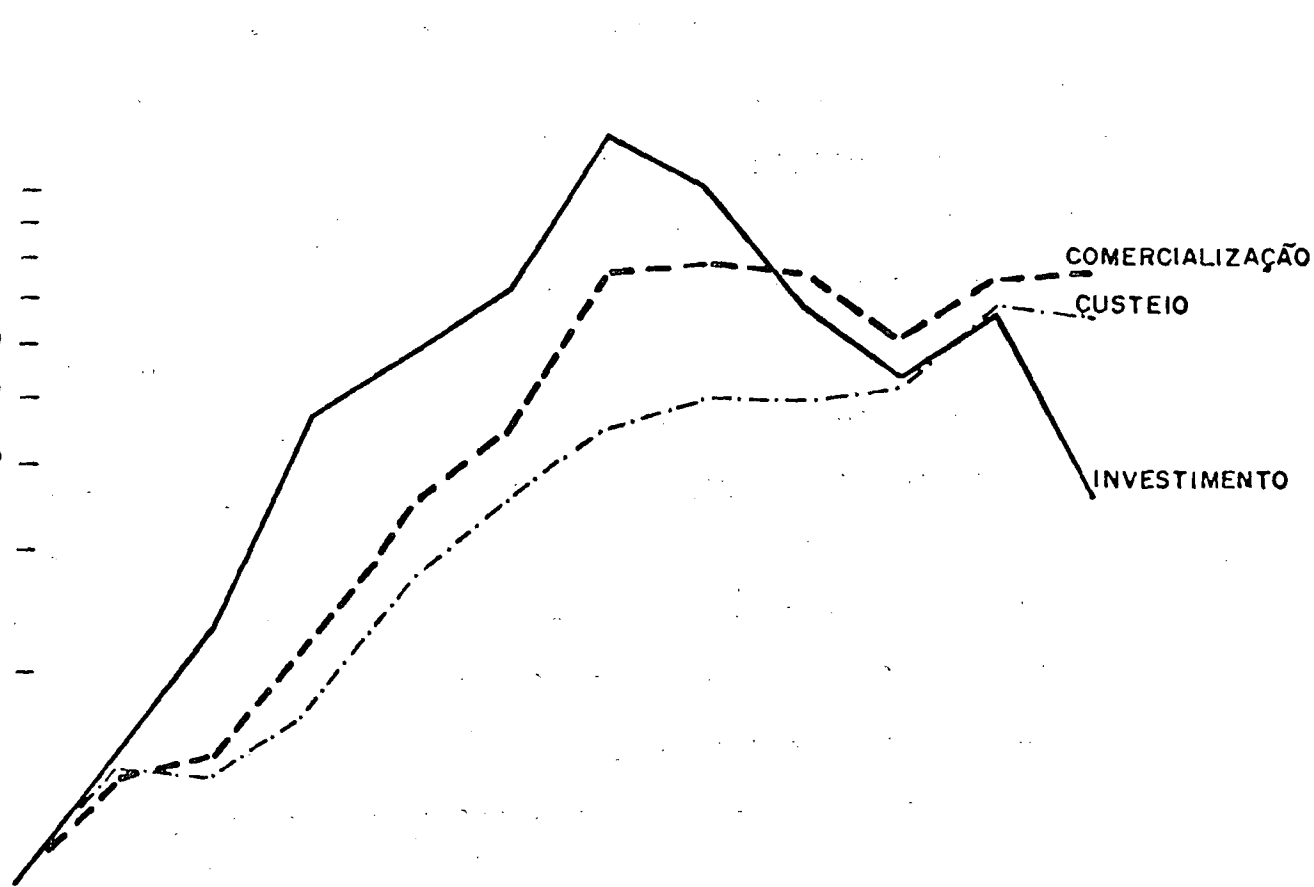
1980

COMERCIALIZAÇÃO

— CUSTEIO

INVESTIMENTO

FONTE: BACEN



damente, no que se refere à meta de mecanização da agricultura, via crédito rural.

Assim, quando se partiu para restrições no fornecimento do crédito rural, no Paraná, foi o crédito para investimentos o mais atingido, apresentando variações anuais negativas expressivas em 1976, 1977, 1978 e 1980, respectivamente, de -16, -32, -20 e -45, conforme o quadro 3.

Pela análise da participação relativa das três finalidades efetivas em que se divide o crédito rural, comprova-se mais uma vez, dois períodos distintos a partir da evolução, principalmente do crédito para investimentos. Em 1969, o crédito para investimento participava com apenas 15% do crédito total. Essa participação aumenta até atingir 29% em 1975. A partir daí ocorreu uma queda significativa, atingindo em 1980 níveis inferiores ao de 1969, ou seja, de 9%.

Esses dados são expressivos para comprovar dois aspectos. Primeiro que o crédito rural no Paraná entre 1969 e 1980 estava, em grande parte, a serviço da agricultura industrializada, a que se refere Cícero BLEY JÚNIOR.²² Segundo, foi nos primeiros seis anos daquele período que o processo foi mais intenso.

Na verdade, hoje está visível que, em última instância, os governos, no período de 1969 e 1980 promoviam a integração técnico-produtiva agricultura/indústria nos moldes de uma maior utilização pela agricultura brasileira e paranaense de máquinas, equipamentos e insumos modernos produzidos pelos setores industriais avançados.

Se a análise da evolução do crédito para investimento no Paraná, entre 1969 e 1980, comprova esse aspecto, a observação da evolução específica do crédito para comercialização só vem reforçar aquela posição. Em termos de expansão (1969-1975) e de declínio (1976-1980), o crédito para comercialização apresenta-se numa posição intermediária em relação ao crédito de custeio e de investimento. É o que se comprova no quadro 3.

Assim, as tendências da evolução do crédito para comercialização, em geral, correspondem às mesmas observadas para o crédito destinado a outras finalidades. Assim, observa-se uma expansão continuada até 1976, com um declínio a partir de 1977. Em 1977 e 1978 constatavam-se as variações anuais negativas de respectivamente -4 e -19%. Em conjunto esse declínio é menos significativo do que o observado nos créditos para investimentos.

Quanto à participação relativa, os créditos para comercialização mantiveram-se mais estáveis do que os de custeio e investimentos. Essa participação variou de 25% a 33%, correspondendo à uma diferença de 8%. Enquanto isso, os créditos para custeio variavam de 60% a 41% e os créditos de investimento, de 29% a 9%, correspondendo respectivamente às diferenças de 19% e 20%.

Para se explicar a evolução do crédito para comercialização no Paraná, é necessário se voltar ao I PND 1972-1974, porque sobre esse aspecto específico o plano anterior, ou seja, o PED - 1968-70 não o trata como prioridade. No I PND, além do aumento da produtividade agrícola através da intensificação do uso de máquinas e insumos modernos, um outro obje-

tivo principal era modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas. Anunciava-se que, para alcançar estes objetivos, um dos instrumentos que deveriam ser utilizados eram os "programas de crédito aos produtores rurais, para ampliar a capacidade de estocagem a nível de fazendas".²³ Na verdade, o que se pretendia era completar a integração técnico-produtiva agricultura/indústria, aumentando os níveis de segurança e regularidade no fornecimento de matérias-primas agrícolas aos setores industriais processadores inseridos no Complexo Agroindustrial.

Em resumo, no que toca à evolução dos financiamentos do crédito rural no Paraná, por finalidades, no período de 1969 a 1980, pode-se concluir que, até 1975, houve uma expansão significativa dos fornecimentos, principalmente aos créditos para investimento e comercialização. Em seguida, a partir de 1976, ao contrário, constata-se um declínio acentuado nos créditos para investimento e comercialização e uma expansão bastante reduzida nos créditos para custeio.

Ora, conhecendo-se as características intrínsecas dos créditos para as diferentes finalidades já expostas em outra parte desse trabalho, pode-se explicitar algumas conclusões parciais. A expansão maior dos créditos, para investimento e comercialização até 1975, no Paraná, indica a natureza do modelo agrícola que se implementou, onde o desenvolvimento da atividade agrícola em si mesma era um objetivo secundário, visto que isso é atingido melhor com o crédito de custeio.

Por outro lado, o favorecimento às finalidades, exceto a de custeio, indicava que o crédito visava, antes de tudo, a atividades acopladas ao setor primário. Basicamente, as

indústrias produtoras de máquinas, implementos e insumos modernos e processadoras de matérias-primas agrícolas. Deve-se incluir ainda os setores de comercialização, que cada vez mais são representados por grandes cooperativas ou mesmo as próprias indústrias.

A partir de 1976 as dificuldades para manter em expansão o modelo de agricultura industrializada apresentam-se insuperáveis, provocando uma redução dos fornecimentos do crédito rural. Em 1979 ainda se tentou revigoração que, no entanto, não se concretizou.

A seguir, passa-se à análise da evolução do crédito rural no Paraná, não mais em si mesmo, porém relacionado com a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense. Torna-se imprescindível sublinhar que esse progresso técnico é visto aqui como parte da integração técnico-produtiva da agricultura à indústria, que, por sua vez, insere-se na integração mais ampla do setor primário ao Complexo Agroindustrial, que, em última instância, era um dos objetivos fundamentais da Política de Crédito Rural.

NOTAS DE REFERÊNCIAS

- 1 - GUIMARRES, M.K. Crédito rural: enfoques da política agrária brasileira. São Paulo, Difel, 1974. p. 118.
- 2 - GUIMARRES, p. 118.
- 3 - GUIMARRES, p. 119.
- 4 - PAIVA, R. M. et alii. Setor agrícola no Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades. Rio de Janeiro, Forense, 1976. p. 124.

- 5 - BRASIL. Presidência da República. Política de Crédito Rural; diretrizes e medidas. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1961. p. 7.
- 6 - BRASIL. Presidência da República, p. 7.
- 7 - CAMPANHOLE, A. Legislação agrária. São Paulo, Atlas, 1985. 635 p. As leis básicas sobre o crédito rural foram consultadas nesta publicação.
- 8 - BANCO DO BRASIL S.A. Regulamento da carteira de crédito agrícola e industrial aprovado em 6 de fevereiro de 1952. In: Novíssimo Vade-Mécum Forense: coletânea de leis do Brasil. Rio de Janeiro, José Koufino, 1969. p. 906.
- 9 - SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 67.
- 10 - SORJ, p. 67.
- 11 - STEFANELLO, E.L. A política de crédito rural. Curitiba, 1986. Entrevista concedida ao autor do trabalho em 16 abr. 1986.
- 12 - MUNHOZ, D. G. Economia agrícola: agricultura - uma defesa dos subsídios. Petrópolis, Vozes, 1982. p. 29.
- 13 - BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Programa estratégico de desenvolvimento - PED - 1968-1970. Brasília, 1968. p. I-4.
- 14 - BRASIL. Ministério do Planejamento. I Plano nacional de desenvolvimento - I PND - 1972-74. Brasília, IBGE, 1971. p. 25.
- 15 - BRASIL. Ministério do Planejamento. II Plano Nacional de desenvolvimento - II PND - 1975-79. São Paulo, Sugestões Literárias, 1975. p. 35-36.
- 16 - MUNHOZ, p. 29.
- 17 - MUNHOZ, p. 29.
- 18 - RISCHBIETER anuncia benefícios ao trigo. O Estado de São Paulo, 30 nov. 1977. p. 23.
- 19 - NÓBREGA, Mailson F. da. Desafios da política agrícola. Brasília, Gazeta Mercantil - CNPq, 1985. p. 12.
- 20 - BRASIL. Secretaria do Planejamento. III Plano nacional de desenvolvimento - III PND - 1980-85. Brasília, Secre-

taria do Planejamento, 1981. p. 41.

21 - BLEY JUNIOR, C. O ambiente agrícola, uma questão política. Gazeta do Povo, Curitiba, 25. out.1984. p. 18.

22 - BLEY JUNIOR, p. 18.

23 - BRASIL. Ministério do Planejamento. I Plano ..., p. 24.

CAPÍTULO 5 - A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E A INTEGRAÇÃO DA
AGRICULTURA PARANAENSE AO COMPLEXO AGROINDUS-
TRIAL - 1970-80

5.1 - A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E A EXPANSÃO DO PROGRESSO
TÉCNICO NA AGRICULTURA PARANAENSE - 1970 A 1980

5.1.1 - A Política de Crédito Rural e a Mecanização da Agri-
cultura paranaense - 1970-80

A expansão do progresso técnico na agricultura signi-
fica a utilização crescente, por uma agricultura conceituada
como tradicional, de tecnologia produzida nos setores avança-
dos da economia e, por isso, classificada como moderna.

Utiliza-se neste trabalho a terminologia "expansão do
progresso técnico" por ser de uso consagrado, embora conside-
re-se que ela não reflete exatamente o processo de transfor-
mação da base técnica de segmentos da agricultura brasileira
e paranaense, tal qual ocorreu.

No Brasil e Paraná o que ocorreu foi mais propriamente
uma "adoção tecnológica", visto que a tecnologia moderna, que
se passou a utilizar, não foi gerada por um processo "natural" de
evolução das condições intrínsecas aos segmentos, que se
transformaram na agricultura brasileira e paranaense.

Transferiu-se para o Brasil e Paraná um "progresso téc-
nico" gerado sobre outras condições, as quais nem sempre eram

QUADRO 23 - VARIACÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ARADOS, TRATORES E COLHEITADEIRAS UTILIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, NO PARANÁ - 1960 a 1980

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	VARIACÃO PERCENTUAL				
	1960-70	1970-80	1970-1975	1975-80	1960-80
Arados					
tração animal		2	2	...	
tração mecânica		379	217	51	
Tratores	259	326	182	51	1 471
Colheitadeiras	154	487	195	99	1 396

FONTE: FIBGE

... corresponde a zero

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

compatíveis com a situação reinante. Esse fato vem ajudar a entender o papel do Estado, no caso brasileiro e paranaense, no processo de "adoção tecnológica" que se promoveu. Sem o Estado provocando mudanças nas condições reinantes no setor primário brasileiro e paranaense, a "adoção tecnológica", nos níveis que ocorreu, seria muito mais difícil.

A expansão do progresso técnico na agricultura pode ocorrer de duas formas diferentes. Em primeiro lugar, ocorre pela substituição do trabalho humano pelo trabalho mecânico, através da utilização de máquinas e equipamentos, que elevam os níveis de produtividade do trabalho. Por outro lado, ocorre pela utilização de produtos químicos sobre o solo e plantas, que possibilitam o aumento da produtividade da terra.

No âmbito deste trabalho denomina-se o primeiro caso como processo de mecanização da agricultura e o segundo, de processo de quimificação da agricultura.

Inicialmente analisa-se o processo de mecanização da agricultura paranaense, a partir das suas possíveis relações com a evolução da Política de Crédito Rural aplicada no Paraná. Em seguida, parte-se para a análise da quimificação da agricultura paranaense dentro do mesmo contexto.

Os dados estatísticos de que se dispõe não deixam dúvidas sobre o aumento significativo do uso de máquinas e equipamentos pela agricultura paranaense no período de 1960 a 1980 (Tabelas 65 e 66, Quadros 21, 22 e 23).

Como se pode constatar, entre 1970 e 1980 esse aumento foi mais expressivo do que entre 1960 e 1970. Assim, é possível

identificar esses dois períodos distintos em relação à utilização de máquinas e equipamentos na agricultura paranaense.

É o primeiro período, ou seja, entre 1970 e 1980, que interessa mais especificamente ao trabalho, mas, no entanto, julga-se necessário se fazer algumas considerações sobre o período anterior.

Os dados da FIBGE indicam que, em 1960, existiam 5181 tratores sendo utilizados na agricultura paranaense. Em 1970, esse número eleva-se para 18 619, significando um aumento de 259% no período.

Segundo dados da Secretaria de Agricultura do Paraná, inseridos na tabela 66, existiam no Estado, em 1960, 986 colheitadeiras atuando na agricultura. Este número eleva-se para 2 509 em 1970, perfazendo um aumento de 154% no período. Este número, embora inferior à expansão do número de tratores é extremamente expressivo.

Esses dados indicam que, em 1960, já existiam setores na agricultura paranaense onde a utilização de máquinas apresentava-se de forma relativamente significativa. Além do mais, constata-se uma expansão importante entre 1960 a 1970.

Esses setores estavam geograficamente localizados na região Norte do Estado. Claus Marno GERMER constatou isso, estudando a expansão do progresso técnico na região denominada de Norte cafeeiro, mas especificamente em Maringá. Segundo GERMER, a utilização de tratores em maior número concentrava-se no Norte, em 1960.¹

Isso se explica porque a agricultura dessa região apresentava-se estruturada nos moldes da agricultura paulista, na qual o progresso técnico já avançara visto que se tratava de uma agricultura organizada de forma capitalista.

A utilização de máquinas e equipamentos na agricultura paulista naquele momento e sua expansão em direção ao Norte do Estado do Paraná, acompanhando a ocupação dessa região, pode ser explicada, em parte, pela atuação do Estado.

Alberto Passos GUIMARÃES afirma que o relatório da Comissão Mista Brasil-EUA, de 1951, concluía que o Brasil apresentava escassez de mão-de-obra no campo e que deveria mecanizar sua agricultura. Fundamentado nesse relatório e induzido por pressões, o Governo toma medidas de incentivos à importação de máquinas e equipamentos agrícolas, através de financiamentos americanos. Segundo Alberto P. GUIMARÃES, esta foi a primeira tentativa de implantar uma política de expansão do progresso técnico na agricultura brasileira.²

É fácil perceber que a expansão do progresso técnico, resultado das medidas governamentais, se dirigiu preferencialmente para a agricultura paulista, porque era ela que tinha condições de absorver esse progresso técnico em virtude de ser organizada em moldes capitalistas renovados, visto que estava próximo do núcleo dinâmico da indústria brasileira. Assim, explica-se também, porque naquele momento a participação do Estado só em parte foi decisiva para a expansão naquela direção. Ora, sendo a agricultura paulista essencialmente mercantil e capitalista, parte do progresso técnico poderia ser explicado pelas condições intrínsecas desta agricultura, que já sentia necessidade do progresso técnico para ampliar seus ní-

veis de acumulação, já que contava com mercado certo para a colocação da sua produção.

Por sua vez, ao se expandir em direção ao Norte do Paraná, observa-se uma transposição daquelas condições para essa região do Estado. Assim, a utilização de máquinas e equipamentos na agricultura paranaense em 1960 explica-se essencialmente por haverem sido encontradas, nesta região, condições ideais para a sua aplicação.

No período entre 1960 a 1970, já estava consolidada a ocupação do Norte do Paraná, sendo assim, o desenvolvimento da mecanização da agricultura paranaense, não se explica mais neste período, essencialmente pela expansão da agricultura paulista. Nesse período cresce a importância da atuação do Estado, dinamizando o processo.

Para se explicar esse processo é necessário retomar o Plano de Metas do Governo JK. Este plano tinha como eixo central a aceleração da industrialização brasileira. Ele era constituído de trinta e uma metas, distribuídas pelos seguintes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e Brasília. De acordo com os objetivos desse trabalho, vai interessar aqui o grupo denominado alimentação. Este grupo, por sua vez, dividia-se em seis metas que eram as seguintes: trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes.³

A mecanização da agricultura levaria à instalação da indústria de fabricação de tratores, que se inseria no objetivo maior: o desenvolvimento da indústria automobilística.⁴

Os números demonstram que a meta de mecanização da agricultura foi um sucesso. Em 1957 atuavam na agricultura brasileira 49 mil tratores. O plano fixou como meta para 1960 o número de 72 mil tratores, que foi superado, já que esse número foi de 77 mil tratores naquele ano.⁵

Na verdade, é preciso ter em mente que a instalação da indústria de tratores no Brasil significa o primeiro passo na formação do Complexo Agroindustrial - em território brasileiro. Com essa instalação, o Estado ficava mais livre para incentivar o consumo dos produtos dessa indústria, sem constrangimentos econômicos que, em geral, condicionavam os incentivos às importações, em função dos problemas crônicos no balanço de pagamentos.

Assim, cria-se uma estrutura de incentivos, via crédito agrícola, para aquisição pelos agricultores, principalmente de tratores. No entanto, esses mecanismos apresentavam-se falhos para os objetivos a serem alcançados.

Só com as modificações de 1964 e 1965 no aparelho estatal voltado para a economia como um todo e para o crédito rural em particular, é que se logrou montar um sistema eficiente de incentivo ao uso de máquinas e equipamentos na agricultura brasileira e paranaense.

Nesse contexto, imediatamente após a sua criação, o todo poderoso Conselho Monetário Nacional começava a emitir normas que incentivam o uso de máquinas e equipamentos pela agricultura. Isso pode ser constatado na Resolução nº 2, de 16.06.65, do BACEN, que autoriza a CREA do BB S.A. a conceder empréstimos destinados à aquisição por mutuários, de um

ou mais tratores e máquinas agrícolas em geral, quando de fabricação nacional, para pagamento em condições especiais. Esta Resolução recomendava ainda aos Ministérios e demais entidades governamentais que dispunham de recursos específicos para financiamento dos mencionados tratores e máquinas agrícolas, que coordenassem sua aplicação com o Banco Central do Brasil, visando o mais amplo aproveitamento de todos os recursos disponíveis para essa finalidade.⁶

Essa Resolução demonstra dois fatos principais: em primeiro lugar, a intenção do governo em utilizar todos os mecanismos possíveis colocados em suas mãos para incentivar o uso pela agricultura de máquinas e equipamentos, não com o objetivo apenas de aumentar a produtividade em si mesma, mas, antes de tudo, para garantir mercado à recém-instalada indústria de máquinas agrícolas em território brasileiro; o segundo aspecto é a desarticulação da Política de Crédito Rural, que naquele momento resumia-se praticamente à atuação da CREA do Banco do Brasil S.A., visto que ainda não havia sido montado o Sistema Nacional de Crédito Rural, o que ocorreu em novembro de 1965, com a Lei nº 4 829.

Em 28.06.65, o Conselho Monetário Nacional cria novo regulamento divulgado pela Resolução nº 5 do BACEN, de incentivo ao uso de máquinas e equipamentos pela agricultura. Essa Resolução concedia, mediante pedido dos estabelecimentos bancários, a liberação de uma parte equivalente ao valor aplicado, do depósito compulsório que os bancos deveriam recolher ao Banco Central do Brasil, de acordo com a Lei 4 595, de 31.12.64, art. 4º, inciso XIV - letra C.

No entanto, isso só era possível se os valores liberados fossem aplicados na aquisição de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos agrícolas.

Por sua vez, novas Resoluções vão sendo baixadas com os mesmos objetivos da Resolução número 2 de 16.06.65, como são os casos da Resolução nº 8 e nº 44, respectivamente, de 13.11.64 e 27.12.66. No entanto, é importante ressaltar que as medidas tomadas nessas resoluções não estavam respaldadas numa política agrícola inserida numa Política de Desenvolvimento nacional. O Governo, naquele momento, não obstante as modificações que promovia em aspectos institucionais, volta-se para a questão prática de controle inflacionário, baseado em políticas monetaristas. Julgava-se que a inflação brasileira era essencialmente de demanda e que, com o seu controle, a economia entraria numa fase de desenvolvimento. Esses são, em resumo, os fundamentos do Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG - 1964-66.⁷

No final do período entre 1960 e 1970, o referencial importante para se entender o papel do Estado na expansão da mecanização da agricultura brasileira e paranaense é o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED - 1968-70, que traça as linhas básicas de política agrícola adaptadas a um Modelo de Desenvolvimento Nacional, denominado, neste trabalho, de modelo concentracionista, sendo aquelas linhas, em seus aspectos amplos, adotadas pelos sucessivos governos até 1980.⁸

Em relação ao setor agrícola os objetivos básicos são: um, a elevação da produção e produtividade agrícolas, o outro, a ruptura das barreiras de abastecimento.

A elevação da produção deveria ser atingida pela transformação da agricultura tradicional mediante mudanças nos métodos de produção, pela utilização mais intensa de máquinas, equipamentos e insumos modernos. Esse objetivo enquadrava-se na estratégia global de desenvolvimento agrícola defendida no PED, que reservava para a agricultura o papel de promotora da expansão de mercado para o setor industrial.

É no PED que se observa a opção explícita pela "agricultura industrializada". Na verdade, iniciava-se, de forma efetiva e planejada, naquele momento, a promoção da integração técnico-produtiva da agricultura à indústria que, por sua vez, é parte do processo mais amplo de integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial.

No PED, é a mecanização da agricultura o mecanismo fundamental para se atingir aqueles objetivos. Isso era compreensível na medida em que, naquele momento, eram os setores produtores de máquinas e equipamentos os que já haviam sido internalizados, formando o embrião do futuro Complexo Agroindustrial brasileiro. Para se comprovar essa afirmação basta citar trecho do PED:

A mecanização agrícola será estimulada(...) através de incentivos de ordem financeira que facultarão a aquisição, pelos agricultores, de tratores e implementos agrícolas. Constitui motivo de preocupação do Governo o alto índice de capacidade ociosa da indústria de tratores, aspecto que está sendo objeto de medidas específicas. 9

Esse trecho do PED requer comentários sobre dois pontos. O primeiro, aquele trecho em que fala que a mecanização seria estimulada "através de incentivos de ordem financeira", dentre os quais, o crédito rural tinha um papel especial. Isso estava explicitado no PED, quando se afirmava que a es-

estratégia de desenvolvimento agrícola compreendia três linhas de ação principais, nas quais destacavam-se os incentivos creditícios.

Outro trecho que merece comentários é o que se refere aos altos índices de capacidade ociosa da indústria de tratores nacionais, o que justificava o incentivo ao consumo.

No processo de integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial, um dos aspectos importantes é a internalização crescente de setores industriais formadores de parte daquele Complexo em território brasileiro.

A partir da instalação destas indústrias no Brasil, a existência de um mercado consumidor é aspecto fundamental para a sua consolidação. Ora não existe indústria sem mercado, sendo assim, ele tem que ser criado e garantido de uma forma ou de outra, e é nesse processo que se insere a atuação do Estado.

Os índices de capacidade ociosa nessas indústrias levam o Governo a tentar solucionar problemas de ordem econômica e política, gerados por essa situação. Os econômicos referem-se a problemas de custos e manutenção, que podem gerar prejuízos insuperáveis às empresas.

Por sua vez, em termos políticos, o problema da capacidade ociosa nas indústrias ligadas ao Complexo Agroindustrial coloca-se da seguinte maneira: ao instalarem-se em território brasileiro, essas indústrias passam a utilizar mão-de-obra local, reduzida, se comparada, com o valor dos investimentos envolvidos nestas indústrias capital-intensivas, mas com número

TABELA 14 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
FINALIDADE = INVESTIMENTOS

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	17 179	113 869	113 869	100
1970	22 072	212 198	176 832	155
1971	25 299	385 400	266 921	234
1972	38 012	921 980	544 407	478
1973	52 568	1 322 152	679 488	597
1974	47 960	2 058 496	822 125	722
1975	60 191	4 450 590	1 389 969	1 221
1976	58 834	5 299 417	1 171 768	1 029
1977	49 238	5 113 787	792 637	696
1978	46 161	5 657 154	632 198	555
1979	65 559	10 679 709	775 342	681
1980	50 996	11 664 631	422 928	371

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

significativo em termos absolutos. Ora, capacidade ociosa significa desemprego que, por sua vez, resulta em agravamento de problemas sociais.

Esses elementos somados resultam em pressões que levam o Estado a interferir no processo, criando mecanismos de incentivo ao consumo dos produtos ligados ao parque industrial brasileiro. Ao agir assim o Estado viabiliza e materializa a integração técnico-produtiva entre agricultura e indústria, parte da integração mais ampla entre o setor primário e o Complexo Agroindustrial.

Para se constatar o uso dos mecanismos creditícios, de forma prática, em apoio à mecanização da agricultura, é preciso analisar-se, na Política de Crédito Rural, aqueles financiamentos concedidos com a finalidade de investimentos, nos quais estão inseridos os que se destinam ao financiamento da aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Os dados referentes ao Paraná (Tabela 14 e Quadro 3) reunindo os financiamentos concedidos às atividades agrícolas e pecuárias, mostram que a variação anual positiva, entre 1969 e 1970, foi de 55%. Ou seja, considerando-se o valor de 1969 igual a 100, o de 1970 foi igual a 155. Esse aumento foi superior aos créditos para custeio e comercialização, respectivamente, de 49% e 43%. Com isso, a participação relativa dos créditos para investimento, no crédito total, aumentou de um ponto, passando de 15% para 16%, em apenas um ano.

Embora esses números já sejam expressivos, no caso do Paraná, onde os créditos para o setor agrícola são significa-

TABELA 18 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: INVESTIMENTO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			Índice(2)
	Números dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	
1969	9 259	59 737	59 737	100
1970	12 794	135 133	112 611	188
1971	17 048	281 208	194 760	326
1972	29 241	745 372	440 124	736
1973	42 550	1 028 843	528 749	885
1974	38 506	1 660 119	663 021	1 110
1975	50 669	3 802 529	1 187 572	1 988
1976	48 836	4 056 526	896 949	1 501
1977	41 144	4 302 601	666 903	1 116
1978	34 958	3 866 324	432 069	723
1979	47 400	6 650 925	482 854	808
1980	35 291	7 843 581	284 387	476

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

tivamente superiores aos concedidos ao setor pecuário, é importante considerar, para uma análise mais apurada, os créditos para aquela atividade separadamente (Tabela 18 e Quadro 4).

Com isso, os números tornam-se mais expressivos ainda. Nesse caso, a variação anual positiva aumenta para 89%, entre 1969 e 1970. Essa variação, se se considera o período entre 1969 e 1980, só foi superada em 1972, quando atingiu 126%.

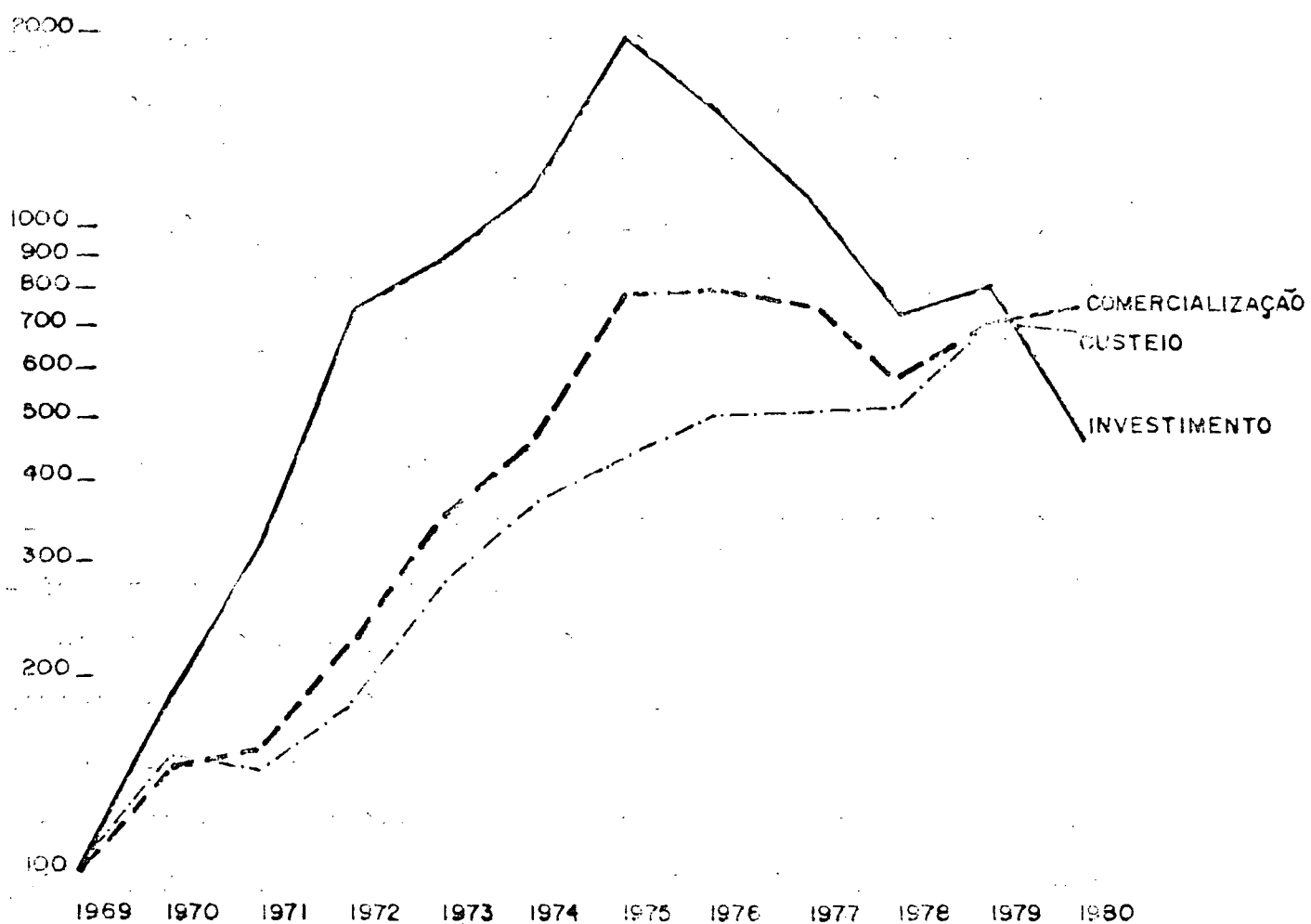
Significativo também foi o aumento da participação relativa no crédito total dos créditos para o setor agrícola com a finalidade de investimentos, que passaram de 9% para 12%. Desta forma, comprova-se, em relação ao Paraná, que o Governo realmente acionou os mecanismos definidos no PED para atingir as metas de mecanização da agricultura.

Entre 1970 e 1980, outras constatações marcam um novo período distinto do anterior, em termos da expansão da mecanização da agricultura paranaense, estudada nos seus relacionamentos com a Política do Crédito Rural, como é o objetivo desse trabalho. Constata-se que esse período pode ser dividido em dois. No primeiro, entre 1970 e 1975, registra-se um crescimento maior da mecanização e do crédito concedido para investimentos. Ao contrário, entre 1976 e 1980, as tendências anteriores invertem-se, formando um segundo período, onde se observam índices menores de crescimento (Vide as Tabelas 2.5, 2.19, 1.19, 1.21 e 1.22).

A seguir, analisa-se primeiramente o período entre 1970 e 1975. Outra vez, é necessário recorrer aos Planos Nacionais de Desenvolvimento que cobrem o período para entender a política agrícola que estava por trás das transformações

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS RELATIVO À ATIVIDADE AGRÍCOLA

Nº ÍNDICE



FONTE: BACEN

observadas na agricultura brasileira e na paranaense.

O I PND - 1972-74 no que tange à política agrícola seguia as linhas já definidas no PED - 1968-70, com algumas importantes adaptações, dentre as quais a mais importante referia-se ao incentivo que se pretendia conceder à exportação de produtos agrícolas não-tradicionais, notadamente a soja. Essa adição à política agrícola definida no PED era coerente com os objetivos que deveriam ser conseguidos por aquela política. A importância desse aspecto é tal que se reserva, neste trabalho, uma parte dedicada à expansão do cultivo da soja. Por enquanto é a mecanização da agricultura em si que se está analisando, e nesse aspecto específico não houve alterações drásticas no I PND em relação ao PED.

Dentre os objetivos principais da estratégia agrícola definida pelo I PND, um deles referia-se à necessidade de desenvolver a agricultura moderna, de base empresarial na região Centro-Sul. É nesse objetivo que se insere a meta de expansão do progresso técnico e, conseqüentemente, da mecanização da agricultura.¹⁰

Note-se, no entanto, que a referência a "desenvolver agricultura moderna, de base empresarial", abre um horizonte mais amplo do que a simples menção a um aumento da produtividade agrícola, como se encontra no PED.

No I PND, o "progresso técnico" incorpora-se ao objetivo mais amplo que é o de promover a agricultura empresarial. Implícita nisso está, na verdade, a intenção de consolidar, naquele momento, agora de forma mais ampla, o emergente Complexo Agroindustrial, que avança aceleradamente sobre o setor primário.

Para se entender melhor esse aspecto, é preciso referir-se a outro objetivo da estratégia agrícola definida no I PND, que era a intenção de modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas. Ora, como já se conceituou anteriormente os setores de comercialização e distribuição são partes do Complexo Agroindustrial.¹¹

Então, quando no I PND objetiva-se desenvolver agricultura moderna, de base empresarial no Centro-Sul, o que se pretende implicitamente é adaptar a racionalidade da atividade agrícola à integração ao Complexo Agroindustrial.

Nesse contexto é que se deve colocar o incentivo à mecanização da agricultura no período de 1970 a 1975. Em outras palavras, no PED, embora a mecanização da agricultura já se ligue antes de tudo à expansão da integração agricultura/indústria, é no I PND que fica visível a vinculação desse processo de uma forma mais complexa ao desenvolvimento do Complexo Agroindustrial, abarcando todos os seus componentes.

Assim, no I PND o incentivo à mecanização da agricultura em si mesma, embora um objetivo ainda importante, aparece como secundário para a política agrícola, tendência que será efetivada no período entre 1976 a 1980.

Tratava-se, naquele momento, de incentivar, além da mecanização, o desenvolvimento de outros segmentos do Complexo Agroindustrial, como os setores de comercialização, distribuição e as indústrias à jusante da agricultura, ou seja, aquelas processadoras de matérias-primas agrícolas. Em outras palavras, as indústrias a montante da agricultura, ou seja, as produtoras de máquinas, equipamentos e insumos modernos,

por já estarem em fase final de consolidação, ficaram num plano secundário.

Isso tudo pode ser compreendido melhor voltando-se ao I PND, quando nele se afirmava que os objetivos da estratégia agrícola só seriam alcançados se se garantisse a rentabilidade e mercados em expansão acelerada, para os principais produtos.¹² Ora, entenda-se como "principais produtos", notadamente a soja, porque era o que se apresentava com uma tecnologia adaptada à dinamização dos diversos setores do Complexo Agroindustrial.

Para se garantir esses dois aspectos, ou seja, a rentabilidade e mercados para os principais produtos, as prioridades definidas no I PND eram, a princípio, o incentivo à industrialização de produtos agrícolas para, segundo discurso oficial, reduzir os efeitos da entressafra e permitir a conquista de novos mercados no País e no Exterior, e, depois, o aumento da exportação de produtos agrícolas não tradicionais, in natura ou industrializados.¹³

Na verdade, o que não constava do discurso oficial, mas que estava implícito nessas prioridades era o desenvolvimento de indústrias processadoras, puxadas principalmente pela expansão da soja. Ou seja, hoje está claro, precisava-se, naquele momento, segundo as necessidades, de desenvolvimento do Complexo Agroindustrial dentro do sistema econômico-social, que se consolidava, incentivar novos segmentos do Complexo Agroindustrial e não apenas aqueles ligados à mecanização da agricultura, embora seja importante ressaltar que essas indústrias não foram de todo abandonadas pela política agrícola do governo, pois a mecanização da agricultura continuou a ser incentivada.

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS FINALIDADES, NO PARANÁ - 1969-80

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIACÃO ANUAL (%)		
	CUSTEIO	INVESTI- MENTOS	COMERCIALI- ZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTI- MENTOS	COMERCIALI- ZAÇÃO
1969	100	100	100			
1970	149	155	143	49	55	43
1971	143	234	154	-4	51	8
1972	178	478	220	24	104	43
1973	273	597	356	53	25	62
1974	364	722	454	33	21	27
1975	460	1 221	763	26	69	68
1976	506	1 029	814	10	-16	7
1977	512	696	781	1	-32	-4
1978	527	555	629	3	-20	-19
1979	699	681	762	33	22	21
1980	680	371	788	-3	-45	3

ANO	PARTICIPACÃO RELATIVA		
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO
1969	58	15	27
1970	59	16	25
1971	52	23	25
1972	44	31	25
1973	46	27	27
1974	48	25	27
1975	41	29	30
1976	44	24	32
1977	49	18	33
1978	55	15	30
1979	57	15	28
1980	60	9	31

FONTE: BACEN

No PED, os objetivos da política agrícola tinham na utilização do crédito rural o seu principal instrumento para alcançá-los. No I PND, como já se afirmou anteriormente, não houve mudanças nesse aspecto, pois reafirmava-se que a política agrícola teria seu sustentáculo no sistema já montado de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica no setor agrícola.

Sendo assim, para se analisar a mecanização da agricultura paranaense nas suas relações com a Política de Crédito Rural, no período de 1970 a 1975, retoma-se o quadro 3, onde se pode visualizar a distribuição do crédito rural no Paraná de acordo com as diferentes finalidades.

Observa-se que, no primeiro ano de implementação do I PND, ou seja, 1972, ocorrera um aumento extremamente expressivo do crédito para investimento no Paraná. Ao mesmo tempo que o crédito para comercialização crescia de forma significativa, porém num nível bem menor que os de investimento. Por outro lado, os créditos para custeio são os que menos aumentam. Este fato está extremamente coerente com a política agrícola que se implementava naquele momento.

No segundo ano do I PND, nota-se que os créditos para investimento, embora apresentando ainda expansão positiva, é uma expansão bem inferior à do ano anterior. Assim, em 1972, a variação anual foi de 104%, enquanto ela foi de apenas 25% em 1973. Isso indica que o incentivo à mecanização, ainda presente de maneira importante, perdia terreno para as outras prioridades governamentais.

QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS FINALIDADES, NO PARANÁ - 1969-80 ATIVIDADE: AGRÍCOLA

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIÇÃO ANUAL (%)		
	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	COMERCIALIZAÇÃO
1969	100	100	100			
1970	151	189	146	51	89	46
1971	145	326	155	-4	72	6
1972	181	737	221	25	126	43
1973	280	865	355	55	20	61
1974	375	1 110	464	34	25	31
1975	442	1 988	784	18	79	69
1976	513	1 501	801	16	-24	2
1977	519	1 116	763	1	-26	-5
1978	525	723	583	1	-35	-24
1979	706	808	705	34	12	21
1980	696	476	749	-1	-41	6

PARTICIPAÇÃO RELATIVA

ANO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO
1969	63	9	28
1970	62	12	26
1971	55	19	26
1972	47	28	25
1973	49	23	28
1974	50	22	28
1975	41	27	32
1976	47	21	32
1977	51	16	33
1978	59	12	29
1979	62	11	27
1980	63	6	31

FONTE: BACEN

Assim, em 1973, são os créditos para comercialização e custeio com, respectivamente, 62% e 53%, que apresentam as maiores variações anuais positivas. Em 1974, teoricamente o último ano de aplicação do I PND, na prática, em função da mudança de Governo, percebe-se a aplicação de uma Política de Crédito Rural diferente do I PND. Na verdade, trata-se de ano de preparação de uma "nova" política agrícola, que será definida no II PND que, no entanto, segue em linhas gerais aquela definida no PED e reafirmada de forma mais complexa no I PND.

Como a maior parte do crédito rural aplicado no Paraná sempre foi para atividade agrícola, é importante o quadro 4, que mostra a distribuição do crédito para essa atividade dividido por finalidades.

Naquele quadro detecta-se que as variações anuais em 1970, 1971 e 1972 foram extremamente expressivas, mas diminuíram muito em 1973 e 1974. Com isso, a participação dos créditos para investimentos no crédito total passa de 12%, em 1970, para 28%, em 1972. A seguir, observa-se uma redução nessa participação, atingindo 23% e 22%, respectivamente, em 1973 e 1974.

Em resumo, pode-se afirmar no que concerne ao Paraná, que a política agrícola aplicada via crédito rural foi extremamente incentivadora da mecanização agrícola em 1970, 1971 e 1972, decrescendo de intensidade em 1973 e 1974.

Um aspecto interessante registra-se em 1971. Neste ano constata-se uma diminuição acentuada dos níveis de crescimento das aplicações do crédito rural no Paraná. Como o PED en-

cerrava-se em 1970 e o I PND iniciava-se em 1972, no ano de 1971 não se verificou a aplicação de uma política agrícola, respaldada de forma clara num plano. No entanto, se se observa a distribuição do crédito em relação às diferentes finalidades o crédito para investimento é o único que apresenta mesmo naquele ano atípico, níveis expressivos de crescimento.

Isso indica que o incentivo à mecanização permanece como objetivo importante da política agrícola em todo o período.

O último ano do período que se está analisando, ou seja, de 1970 a 1975, estava coberto pelo II PND - 1975-79.

A estratégia agrícola definida no II PND, em linhas gerais, é a mesma da definida no PED e reafirmada de forma mais complexa no I PND.

A estratégia agropecuária assegurava no II PND, em que estava definida, que o setor tinha contribuído satisfatoriamente nos anos 60 e 70 com o crescimento da economia brasileira como um todo, exercendo suas funções tradicionais. No entanto, tratava-se de exigir mais da agricultura, ou seja, ela deveria exercer um novo papel.

Este novo papel consistia em conseguir do setor uma contribuição mais significativa à expansão do PIB e a efetivação da vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados.

Mais uma vez a estratégia agrícola é colocada a reboque da expansão industrial. Assim, de acordo com o II PND, a agropecuária serviria de modo mais eficaz ao Modelo de Desenvolvimento, com a expansão da sua renda líquida que ajudaria a sustentar o alto dinamismo do resto da economia, através da demanda por insumos e por bens de consumo, além de contribuir para melhorar as condições da balança de comércio.¹⁵

Na verdade, mais uma vez, é preciso ressaltar: implicitamente, o que se incentivava era a intensificação do processo de integração do setor primário ao Complexo Agroindustrial. Esse fato no II PND, mais do que nos planos anteriores, apresenta-se explicitado, pois se podem constatar referências diretas ao incentivo das agroindústrias.¹⁶

No II PND, outra vez, o incentivo à expansão do progresso técnico na agricultura, pela utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos, é defendida no contexto da estratégia agrícola mais ampla.

Isso pode ser constatado ao afirmar-se no II PND, que "a atual dimensão do setor não agrícola já é suficiente para apoiar a modernização produtiva da agricultura do Centro-Sul".¹⁷

Nessa região está inserido o Paraná. Sendo assim, as políticas traçadas a nível dessa região são as mesmas implementadas também no Estado.

Por tudo isso que foi exposto, pode-se afirmar que os elevados índices de crescimento da mecanização da agricultura entre 1970 a 1975, consubstanciado no aumento de 182% no número de tratores, 195% no número de colheitadeiras e 217% no nú-

QUADRO 23 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ARADOS, TRATORES E COLHEITADEIRAS UTILIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, NO PARANÁ - 1960 a 1980

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL				
	1960-70	1970-80	1970-1975	1975-80	1960-80
Arados					
tração animal		2	2	...	
tração mecânica		379	217	51	
Tratores	259	326	182	51	1 477
Colheitadeiras	154	487	195	99	1 394

FONTE: FIBGE

... corresponde a zero

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

mero de arados com tração mecânica (Quadro 23) são coerentes com as estratégias agrícolas definidas pelo Governo.

Assim, pode-se concluir que no Paraná se repetiu o que já foi confirmado em outros Estados e regiões brasileiras, concordando-se com Bernardo SORJ, quando assevera:

O crédito agrícola se transformou sem dúvida no maior impulsionador do processo de modernização das forças produtivas, em particular da mecanização, chegando por vezes a subsidiar praticamente mais da metade do valor da maquinaria agrícola. 18

A partir de 1976 não foram mais registrados no Paraná os mesmos índices elevados de expansão dos créditos para investimentos, comprovando que a meta da mecanização da agricultura como forma de incentivar as indústrias produtoras via crédito rural começava a ser abandonada.

Por sua vez, paralelamente, no Paraná, os dados referentes ao período entre 1976 e 1980, mostram que houve diminuição nos índices de expansão da mecanização da agricultura (Quadro 23).

Assim, diminuiu o crescimento do número de arados com tração mecânica, que foi de 51%. Diminuíram os índices referentes a tratores e colheitadeiras, que foram respectivamente de 51% e 99%, no período.

Isso demonstra que, no que tange à mecanização da agricultura, os objetivos definidos no II PND só foram implementados em 1975, sendo abandonados gradativamente a partir daí.

No Quadro 7, pode-se visualizar os créditos para investimentos relacionados à atividade agrícola no Paraná, no

QUADRO 7 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DE CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1969-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: INVESTIMENTOS

ANO	NUMERO-INDICE				VARIAÇÃO ANUAL (%)	
	TRATORES	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES	OUTROS	TRATORES	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS
1974	100	100	100	100		
1975	179	137	166	207	79	37
1976	156	110	193	137	-13	-20
1977	121	78	134	103	-22	-29
1978	64	38	80	82	-47	-51
1979	89	65	156	63	39	71
1980	45	32	69	47	-49	-51

ANO	VARIAÇÃO ANUAL (%)			PARTICIPAÇÃO RELATIVA		
	VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES	OUTROS	TRATORES	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES	OUTROS
1974			22	30	4	44
1975	68	107	22	23	3	52
1976	15	-34	25	24	5	46
1977	-31	-25	27	23	5	45
1978	-40	-20	22	17	4	57
1979	95	-23	27	26	6	39
1980	-56	-25	23	22	6	49

FONTE: BACEN

período de 1974 a 1980, discriminados para aquisição de tratores, máquinas e implementos, veículos e outros.

O que se constata é que em todos os itens os níveis das aplicações diminuem, seguindo a tendência do período. Assim, a partir do exposto se pode afirmar que a mecanização da agricultura paranaense, entre 1970 a 1980, acompanhou as direções ditadas pelas diferentes estratégias agrícolas formuladas para o período e explicitadas nos planos de desenvolvimento, que permearam aqueles anos. Com isso, constata-se a importância da participação do Estado, via principalmente crédito rural, para se entender as transformações na base técnica da agricultura paranaense.

Constatou-se também que esse processo de mecanização não pode ser desvinculado do avanço da categoria econômica denominada Complexo Agroindustrial no sistema econômico-social, subordinando cada vez mais o setor primário.

Nesse contexto insere-se também a expansão do uso de insumos modernos na agricultura paranaense, que é parte da expansão do progresso técnico, que se denomina especificamente de processo de quimificação da agricultura. É esse processo no Paraná que se analisa a seguir.

5.1.2 - A Política de Crédito Rural e a Quimificação da Agricultura Paranaense - 1970-80

Antes de analisar a expansão do uso de insumos modernos na agricultura paranaense nas suas relações com a Política de Crédito Rural implementada no Paraná, é preciso definir o que vem a ser "insumos modernos".

QUADRO 22 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE INFORMARAM USAR FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRATICAR A CONSERVAÇÃO DO SOLO, NO PARANÁ - 1960 a 1980

INSUMOS E TÉCNICAS MODERNAS	VARIAÇÃO PERCENTUAL				
	1960-70	1970-80	1970-75	1975-80	1960-80
Fertilizantes					
Químico	1 994	267	117	69	7 58
Orgânico	-10	224	116	49	19
Defensivos				15	
Conservação do solo				60	

FONTE: FIBGE

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

Para isso se utiliza a própria definição oficial, que foi incluída no Manual de Crédito Rural - MCR, pela Circular nº 134 do Banco Central do Brasil, de 28.04.70. Assim, na denominação de "insumos modernos" incluíam-se os seguintes produtos:

- a) fertilizantes, corretivos e inoculantes;
- b) suplementos proteicos de origem vegetal e animal;
- c) suplementos minerais, vitamínicos e antibióticos;
- d) defensivos para a lavoura e a pecuária;
- e) medicamentos veterinários;
- f) sementes melhoradas;
- g) sêmem congelado e seus acessórios;
- h) rações para aves.

Essa foi a primeira definição ampla do que vem a ser insumos modernos, a nível oficial. Naturalmente, com a complexidade crescente da atividade produtiva na agricultura novos insumos vão surgindo.

Neste trabalho são os insumos modernos ligados à atividade agrícola, que são objeto de estudo: fertilizantes, corretivos, defensivos (agrotóxicos) e sementes melhoradas.

Os dados expostos na Tabela 65 e Quadro 22 mostram que houve aumento significativo do uso de insumos modernos pela agricultura paranaense.

No Paraná, se se considera o período de 1960 a 1980, nota-se que o uso de fertilizantes químicos, no período entre 1960 a 1970, apresentou taxas de crescimento significativamente maiores do que entre 1970 a 1980.

Em relação a isso é importante chamar atenção para o aspecto já indicado, quando se analisou a mecanização da agri-

TABELA 65 -- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE INFORMARAM USAR FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRATICAR A CONSERVAÇÃO DO SOLO, NO PARANÁ -- 1960 a 1980

INSUMOS E TECNICAS MODERNAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	1960	1970	1975	1980
Fertilizantes				
Químico	2 694	56 424	122 597	207 011
Orgânico	16 942	15 187	32 951	49 280
Defensivos			291 724	336 664
Conservação de solo			71 811	114 926

FONTE: FIBGE

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

cultura paranaense, de que entre 1960 a 1970 o Paraná ainda estava em processo de ocupação econômica, como comprovam os dados da Tabela 58. Ou seja, em 1960, o número de estabelecimentos agrícolas era de 269 mil no Estado e, em 1970, amplia-se para 554 488. Desta maneira, as taxas significativas de expansão do uso de fertilizantes químicos ligam-se, em parte, ao próprio crescimento do número de propriedades agrícolas no período.

Ao contrário, a partir de 1970, a ocupação econômica do solo paranaense está definitivamente terminada. Então, é só no período entre 1970 a 1980, que se pode estudar a expansão do uso de insumos modernos pela agricultura paranaense, sem ter os dados referentes a esse período distorcidos pela própria ocupação econômica do Estado.

A Tabela 65, que trata do número de estabelecimentos que informaram usar fertilizantes e defensivos e praticar a conservação do solo, baseia-se nos dados fornecidos pelos Censos Agropecuários do IBGE, de 1960, 1970, 1975 e 1980, referentes ao Paraná.

Os dados sobre o uso de fertilizantes químicos e orgânicos existem nos quatro censos. Sobre o uso de defensivos só existem dados nos censos de 1975 e 1980, como também no que concerne à prática de conservação do solo.

Os dados indicam que, no período entre 1970 a 1980, aumentou em 267% o número de estabelecimentos que passaram a utilizar fertilizantes químicos no meio rural paranaense. No mesmo período, o uso de fertilizantes orgânicos cresce com uma taxa menor de 224%.

Esse período, por seu lado, pode ser dividido em dois outros. Um primeiro, entre 1970 e 1975 e, um outro, entre 1975 e 1980. Entre 1970 e 1975, observam-se taxas de aumentos em relação ao uso de fertilizantes químicos e orgânicos superiores às registradas para o período seguinte, ou seja, de 1975 a 1980.

No Paraná, quanto ao processo de quimificação da agricultura, repetem-se tendências históricas já identificadas na mecanização, expressas por uma expansão maior do progresso técnico entre 1970 e 1975, diminuindo essa expansão entre 1975 e 1980.

No Quadro 22 constata-se que, entre 1970 e 1975, aumentou em 117% o número de estabelecimentos que declaram utilizar fertilizantes químicos. Nesse mesmo período a taxa de crescimento dos fertilizantes foi de 116%.

No período entre 1975 a 1980, ocorreu uma diminuição acentuada das taxas de crescimento do uso de fertilizantes químicos e orgânicos, que foram respectivamente de 69% e 49%.

Os dados sobre o consumo de defensivos, hoje mais conhecidos por agrotóxicos, indicam que, entre 1975 e 1980, o crescimento foi de apenas 15%. Infelizmente, não se tem os dados do período entre 1970 e 1975. No entanto, pelo número de estabelecimentos, que declaram utilizar agrotóxicos em 1975, é quase certo que entre 1970 e 1975, houve um crescimento acentuado no uso desses produtos na agricultura paranaense.

Um outro aspecto da Tabela 65 refere-se ao número de estabelecimentos agrícolas que declararam utilizar práticas de

QUADRO 21 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE INFORMARAM USAR FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRATICAR A CONSERVAÇÃO DO SOLO, NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS TOTAIS, NO PARANÁ - 1960 a 1980

INSUMOS E TÉCNICAS MODERNAS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)			
	1960	1970	1975	1980
Fertilizantes				
Químico	1	10	26	46
Orgânico	6	3	7	11
Defensivos			61	74
Conservação do solo			15	25

FONTE: FIBGE

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

conservação do solo no Paraná. O modelo agrícola adotado a partir do PED em 1968 não continha estas práticas dentro de suas prioridades.

Entre 1975 e 1980, as taxas de crescimento do uso dessas práticas pelos estabelecimentos agrícolas paranaenses cresceu de 60%, taxa superior à observada no uso de agrotóxicos. Isso indica nitidamente que o período, entre 1975 e 1980, marca o começo do fim do modelo agrícola definido em 1968, no PED, reafirmado de forma mais complexa em 1972, com o I PND, e aprofundado em 1974, com o II PND.

No quadro 21, é bastante expressiva também a incidência de dados que indicam a participação relativa do número de estabelecimentos que informaram usar fertilizantes, defensivos e práticas de conservação do solo em relação ao número dos estabelecimentos agrícolas existentes no Paraná.

Em 1960 apenas 1% dos estabelecimentos agrícolas paranaenses informaram utilizar fertilizantes químicos no processo produtivo. Em 1970, este número aumenta para 10%, voltando a subir em 1975, quando atinge 26%. Finalmente, em 1980, é de 46% o número de estabelecimentos agrícolas que utilizam fertilizantes químicos. Esses dados indicam que houve uma difusão extremamente significativa no uso desses insumos desde 1960.

Por outro lado, essa difusão não foi tão acentuada no que se refere aos fertilizantes orgânicos que, no mesmo período, passa de 6% para 11%.

Isto, mais uma vez, indica, de forma evidente, a natureza do modelo agrícola que se implementou, onde a quimificação agrícola, como promotora da integração técnico-produtiva entre a agricultura e a indústria tinha um papel de destaque.

Para comprovar mais ainda esse fato é só observar os números da participação relativa referentes às práticas de conservação do solo.

Em 1975 apenas 15% dos estabelecimentos agrícolas informaram utilizarem-se dessas práticas. Em 1980 esse número atinge 25%, o que indica um aumento significativo.

No entanto, são os dados referentes à utilização de defensivos que indicam, de forma a mais esclarecedora possível, as intenções do modelo agrícola implementado.

Já em 1975 a utilização de agrotóxicos pelos estabelecimentos agrícolas paranaenses estava significativamente generalizada, pois 61% desses estabelecimentos usavam esse tipo de insumo moderno no processo produtivo. Não obstante esse fato, em 1980, constata-se que essa participação aumenta atingindo o índice de 74%. Ora, o uso de agrotóxicos na agricultura paranaense estava naqueles anos mais generalizado do que o uso de fertilizantes. Esses números são tão expressivos que justificam um estudo específico sobre a difusão do uso de agrotóxicos na agricultura paranaense, o que poderá ser objeto de pesquisas futuras.

Após se comprovar estatisticamente o desenvolvimento da integração técnico-produtiva entre a agricultura paranaense e o Complexo Agroindustrial nacional, via expansão do uso

de insumos modernos, parte-se para identificar e analisar as relações que esse processo poderia ter com a atuação do Estado, via políticas agrícolas. Como essas políticas agrícolas sempre tiveram no crédito rural seu sustentáculo, é no estudo da Política do Crédito Rural, aplicada no Paraná, que se pretende chegar à atuação do Estado.

Da mesma forma que o uso de tratores, a utilização de fertilizantes vem recebendo incentivos do Estado desde o início da década de 50. No entanto, faz-se necessária uma ressalva. O desenvolvimento dos setores industriais produtores de insumos modernos, inseridos no Complexo Agroindustrial nacional, só ocorreu de forma efetiva na década de 70. Assim, ao contrário do incentivo à mecanização, a atuação decisiva do Estado para motivar a quimificação da agricultura só ocorreu de forma mais sistemática naquela década, não obstante tentativas anteriores, como a ocorrida no final da década de 50.

Nessa ocasião, produção e consumo de fertilizantes foram incluídos como um dos objetivos do Plano de Metas do Governo JK. Nessa meta não ocorreu o sucesso observado na meta de mecanização da agricultura, pela simples razão de que ela não estava acoplada ao objetivo maior do Plano de Metas que era o desenvolvimento da indústria automobilística. Por sua vez, logo após a reestruturação do aparelho estatal, voltada para o controle da economia após 1964, novas tentativas são feitas para incentivar o consumo de fertilizantes, mas agora não mais apenas de fertilizantes, como também dos demais insumos modernos.

A Resolução nº 5 do Banco Central do Brasil, de 26.08.65, fundamentada em decisão do Conselho Monetário Nacional,

concede a liberação, mediante pedido dos estabelecimentos bancários de parcelas do depósito compulsório, a que se refere a Lei 4 595, de 31.12.64, art. 4ª, inciso XIV - letra C, em valores equivalentes às aplicações em determinadas operações, entre as quais os financiamentos para aquisição de fertilizantes, defensivos, corretivos e sementes.

Em 1966, pelo Decreto nº 58 193, de 14.04.66, cria-se o Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais - FUNFÉRTIL. O objetivo do FUNFÉRTIL era "subsidiar total ou parcialmente, os encargos financeiros dos empréstimos para aquisição"¹⁹ de fertilizantes e corretivos. O FUNFERTIL foi extinto pelo Decreto nº 65 086, de 04.09.69, deixando de operar em 31.07.70. Em seu lugar foi criado o Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - FUNDAG, como uma subconta do Fundo Geral para Agricultura e Indústria - FUNAGRI. Isso ocorreu em 16.12.69, em sessão do Conselho Monetário Nacional.

Nesses fundos, controlados pelo Banco Central do Brasil, são contabilizados os financiamentos do crédito rural. A substituição do FUNFERTIL pelo FUNDAG ampliou o rol dos insumos modernos subsidiados. Com isso, os subsídios deixam de ser apenas para aquisição de fertilizantes e corretivos, e passam a incluir os defensivos, sementes e mudas melhoradas e outros.²⁰

O FUNFERTIL pagava os juros totais das operações de crédito, que na época eram de 17%, ou seja, o subsídio ao produtor era completo. Com o FUNDAG o subsídio passou a ser parcial, pois só cobria parte dos juros, sendo que outra parte era paga pelo agricultor.²¹ Quando do início da atuação

do FUNDAG, os juros eram de 17%. O Fundo pagava 10% e o produtor 7%.

Como já se afirmou anteriormente, a atuação da maior parte desses fundos ligava-se à Política de Crédito Rural. Em relação especificamente à legislação do crédito foi a Resolução nº 140, do Banco Central do Brasil, de acordo com decisões tomadas pelo Conselho Monetário Nacional em 20.03.70, que instituiu as modificações nas condições dos financiamentos para aquisição de insumos modernos, após a criação do FUNDAG. Essas decisões marcam o início de uma atuação mais decisiva do Estado, no que concerne ao incentivo a utilização de insumos modernos na agricultura brasileira, em especial do Centro-Sul aí incluído o Paraná.

O prazo das operações passou a ser de um ano. Nos casos de adubação intensiva e correção de acidez era de até cinco anos.

A Resolução do Banco Central do Brasil nº 209, de 02.02.72, alterou os juros do crédito rural. Nas operações de financiamento para aquisição de insumos modernos os produtores continuaram pagando 7% a.a., enquanto a parte devida pelo FUNDAG diminuiu, passando a ser de 8%.

O Conselho Monetário Nacional em sessão de 11.11.74, conforme indica a Resolução nº 311 do Banco Central do Brasil, resolvia conceder isenção total de encargos bancários às operações de crédito rural destinadas à aquisição de insumos modernos utilizáveis nas atividades agropecuárias, que já vinham sendo parcialmente subsidiados.

O período de vigência dessa decisão deveria ser o de 01.07 a 31.12.74. No entanto essas condições foram sucessivamente prorrogadas até 31.12.76.

Em 22.12.76, o Conselho Monetário Nacional, como indica a Resolução nº 402 resolveu extinguir, a partir de 01.01.77, a isenção total do pagamentos de juros, de que trata a Resolução 311, de 11.11.74. Além desse subsídio, no que diz respeito especificamente a fertilizantes, foram tomadas outras medidas, que incentivam o consumo.

É o que tratavam as Circulares nº 257 e 262, respectivamente de 17.06.75 e 10.07.75, do Banco Central do Brasil. Nessas circulares foram definidas normas do Programa de Subsídios ao Preço de Fertilizantes. A base desse programa era o subsídio de 40% aos preços de fertilizantes ao nível do produtor agrícola. Esse subsídio vigorou de Abril de 1976 até o final de 1976, quando foi extinto também pela Resolução nº 402, de acordo com decisão do Conselho Monetário Nacional em 12.12.76.

No entanto, no que concerne especificamente aos fertilizantes a ausência de subsídios não perdurou por muito tempo, pois em 16.02.77, o Conselho Monetário Nacional, como indica a Resolução nº 419, resolveu determinar que não incidiriam juros sobre todas as operações de crédito rural que tivessem por finalidade a aquisição de fertilizantes e que fossem realizadas pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR.

A partir de 1969, dentro de todos os itens da Política de Crédito Rural, foi o subsídio aos financiamentos para

aquisição de insumos modernos, que vigorou entre 1974 e 1976, aquele que merece um destaque especial, em função dos níveis atingidos.²²

A explicação para concessão desses subsídios, segundo o discurso oficial, foi o aumento significativo dos preços dos insumos modernos, após a crise do Petróleo de 1973. É o que consta, por exemplo, na Circular nº 236 do Banco Central do Brasil, de 18.11.74, quando afirma que os subsídios traduzem o "interesse governamental em incrementar a produção agrícola e minimizar o ônus causado pela elevação recente no preço dos insumos".

Esta explicação só é válida nas aparências. Se se quer chegar à essência do processo, é preciso buscar outras explicações além dessa.

No que se refere especificamente aos fertilizantes é muito sugestiva a Circular nº 226, do Banco Central do Brasil, de 21.06.74, antes do subsídio total adotado em 11.11.74, que comunicava que, a partir daquela data, os financiamentos para aquisição de fertilizantes poderiam ser realizados durante o ano inteiro, alterando-se a prática que vinha sendo adotada de realizá-los apenas em determinadas épocas do ano.

Nessa mesma Circular nº 226, solicitava-se às instituições financeiras um tratamento especial a essas operações, tendo em vista o "interesse governamental pela operações da espécie". Essa Circular traz embutido um incentivo ao consumo de fertilizantes que não estava relacionado de forma direta com o problema do aumento dos preços, pois tratava de prazos para realizar as operações. Assim, o incentivo embutido nela ao uso

de fertilizantes naquela circular não pode ser explicado pelo discurso oficial.

É preciso colocar a questão em outro contexto. Bernardo SORDI ao analisar a instalação do Complexo Agroindustrial nacional, ao referir-se ao desenvolvimento da indústria de fertilizantes em território brasileiro afirma que, ao contrário da indústrias de tratores, a de fertilizantes apresentou um crescimento lento até 1973, quando uma subsidiária da Petrobrás assumiu o controle de uma empresa do setor.²³

O mesmo acontecia com outros setores industriais integrantes do Complexo Agroindustrial, que na década de 70 atravessam processos de internalização em território brasileiro. É o caso da indústria de colheitadeiras e defensivos como indicam documentos oficiais e inúmeros trabalhos.

Sobre os defensivos agrícolas (agrotóxicos) é sugestiva a Carta-Circular nº 229, de 19.05.77, do Banco Central do Brasil, que conclamava às instituições financeiras a concederem financiamentos, de forma mais regular, para aquisição e aplicação desses defensivos "quer isoladamente, quer em conjunto com os demais itens do custeio".

Por tudo isso, não se deve desvincular toda essa política agrícola, incentivadora do uso de insumos modernos na agricultura brasileira e paranaense, do movimento de expansão e consolidação do Complexo Agroindustrial em território brasileiro.

Na verdade, o que se incentivava era parte da integração técnico-produtiva entre agricultura e indústria. É nesse

QUADRO 12 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL PARA INSUMOS MODERNOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1974-1980

ANO	NÚMERO ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1974	100	
1975	123	23
1976	140	14
1977	139	...
1978	155	11
1979	192	24
1980	220	15

FONTE: BACEN

... corresponde a zero

contexto que se deve colocar a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense, cuja quimificação, pelo uso de insumos modernos, é parte integrante desse processo, ao lado da mecanização das atividades agropecuárias.

No que diz respeito aos insumos modernos, os referenciais também são os planos de desenvolvimento elaborados pelos diferentes governos desde 1968. Ou seja, a intensificação do uso de insumos modernos pela agricultura brasileira, notadamente da região Centro-Sul, onde se inclui o Paraná, era um objetivo de estratégia agrícola, que estava presente, com destaque, nos três principais planos do período, que foram o PED 1968-70, o I PND 1972-74, II PND 1975-79. Assim são válidos no processo de quimificação da agricultura paranaense, os referenciais analisados quando se estudou o processo de mecanização das atividades agropecuárias no Paraná.

Quantitativamente, os dados referentes aos financiamentos para aquisição de insumos modernos, só foram discriminados separadamente a partir de 1974. Os dados desses financiamentos, no que se refere ao Paraná, podem ser visualizados nas Tabelas de 46 a 57 e nos Quadros de 12 a 16. Os dados do Quadro 12 indicam que os financiamentos concedidos para aquisição de insumos modernos no Paraná, entre 1974 a 1980, apresentaram uma expansão contínua a não ser em 1976 e 1977, quando permaneceram estabilizados vários. Ou seja, nesse período esses financiamentos não apresentaram variações anuais negativas.

Com isso, comprova-se a prioridade que era dada a esses financiamentos pelo Governo, pois esses números não repetem as tendências observadas para o crédito rural em termos gerais e até no que respeita aos créditos de investimentos,

QUADRO 13 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL PARA INSUMOS MODERNOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS ATIVIDADES, NO PARANÁ - 1974-80.

ANO	NÚMERO-ÍNDICE		VARIAÇÃO ANUAL (%)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA	
	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA
1974	100	100			97	3
1975	120	210	20	110	95	5
1976	136	284	13	35	94	6
1977	138	171	1	-40	97	3
1978	153	241	11	41	96	4
1979	192	212	25	-12	97	3
1980	219	257	14	21	97	3

FONTE: BACEN

que a partir de 1976 apresentam variações anuais negativas expressivas.

No entanto, os financiamentos para aquisição de insumos modernos no Paraná, entre 1974 a 1980, não repetem de maneira nenhuma os índices extremamente significativos de expansão do crédito rural geral entre 1970 e 1975.

Por outro lado, como os índices entre 1970 a 1975 ocorreram numa fase cíclica de expansão do capitalismo mundial e brasileiro, é notório que o crescimento dos financiamentos para aquisição de insumos modernos no Paraná, entre 1974 e 1980, revestem-se de uma importância singular, visto que esse crescimento ocorreu contrariando as tendências observadas no sistema econômico-social, a nível mundial e nacional, que eram de crise.

Com isso fica evidente a força da atuação do Estado no Brasil, que foi capaz de, por alguns anos pelo menos, de contrariar as tendências de queda geradas pela crise, no que se refere aos financiamentos a insumos modernos no Paraná.

Outro aspecto importante, sobre os financiamentos para aquisição de insumos modernos no Paraná, é a distribuição por atividades, que pode ser visualizada no Quadro 13. Esse Quadro indica que aqueles financiamentos para atividade agrícola no Paraná nunca foram inferiores a 94%, que foi o índice de 1976. Em 1974, 1979 e 1980 este índice chegou a atingir 97%.

Esses dados não provam apenas que o Paraná é um Estado essencialmente agrícola. Provam também que a agricultura

QUADRO 16 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS DIVERSAS CULTURAS NO
 NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS
 CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS,
 NO PARANÁ, ENTRE 1974 E 1980.

	CORRETIVOS, FERTILIZANTES E INOCULANTES		DEFENSIVOS		SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	
	NUMERO	VALOR	NUMERO	VALOR	NUMERO	VALOR
Soja	32	45	20	41	49	49
Trigo	19	29	10	31	25	38
Outros	49	26	70	28	26	13
Algodão	5	3	37	13	6	3
Arroz	1	3	1	2	1	1
Batata- inglesa	8	4	1	2	2	5
Café	20	10	26	7	2	-
Feijão	2	1	1	1	1	1
Milho	13	5	4	3	14	3

FONTE: BACEN

estava baseada em culturas onde o consumo de insumos modernos é significativo, como o caso da soja e do trigo.

Sobre esse aspecto os dados do Quadro 16 são bastante sugestivos. A partir desse Quadro pode-se calcular que a participação relativa média dos produtores de soja nos créditos para aquisição de insumos modernos no Paraná, no período de 1974 a 1980, foi de 40%. Sendo que, em 1977, esta participação chegou a atingir 45%, enquanto que em 1980 desceu para 31%.

Os mesmos dados sobre o trigo indicam que a participação média foi de 28%, sendo que o máximo ocorreu em 1976 e 1978, com 32% e o mínimo, em 1974, com 21%.

É preciso ressaltar este ponto. Em média, a participação relativa dos créditos, para os produtores de soja e trigo nos financiamentos para aquisição de insumos modernos no Paraná, entre 1974 e 1980, foi de 68%, restando aos outros 32%.

Esse fato justifica a afirmação de que, para se estudar a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense, é importante considerar o avanço da soja, em menor escala, do trigo, no perfil produtivo da atividade agrícola no Paraná. Justamente o que se pretende fazer a seguir.

5.2 - A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E A EXPANSÃO DA CULTURA DA SOJA NO PARANÁ - 1970-80

Não se pode estudar a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense sem se analisar paralelamente o avanço da soja no Estado.

Os dados sobre o consumo de insumos modernos comprovam que é no cultivo da soja, onde se observa maior utilização relativa desses insumos.²⁴ Em relação à mecanização, a soja também aparece como uma cultura com altos índices de mecanização.

Ao mesmo tempo, o processamento da soja, transformando-a em farelo ou óleo, tornou-se o mais importante segmento do Complexo Agroindustrial no Paraná, no que se refere às indústrias de processamento.

A partir disso, pode-se afirmar que a soja no Paraná é a cultura cujo processo produtivo de comercialização e distribuição provoca os estímulos mais dinamizadores ao Complexo Agroindustrial, em comparação com todas as outras culturas, que se destacam no Estado.

Se é verdade que a agricultura do Paraná antes da expansão da soja, já podia ser definida como uma agricultura mercantil, diversificada, em sua maioria baseada numa racionalidade capitalista, apta à expansão do progresso técnico; não menos verdade é afirmar que essa expansão, nos níveis que ocorreu na década de 70, não pode ser separada do avanço da soja na agricultura do Estado.

Sem a mudança do perfil produtivo da agricultura do Paraná, com a expansão da soja e, em segundo lugar, do trigo, certamente os índices de expansão do progresso técnico não seriam tão elevados, embora uma estagnação nesse aspecto também pudesse ser descartada no Paraná em função do dinamismo de sua agricultura.

Em outras palavras, sem a soja, ou seja, apenas baseada nas culturas tradicionais, a expansão do progresso técnico

QUADRO 11 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA SEGUNDO A QUANTIDADE COLHIDA, NO PARANÁ - 1969-80

ANOS	VARIÇÃO ANUAL (%)					
	SOJA	TRIGO	CAFÉ	MILHO	ALGODÃO	DIVERSOS(
1969	37,7	353,9	48,6	14,1	5,6	-0,1
1970	72,3	-46,3	-86,9	31,2	1,0	17,8
1971	25,5	18,2	683,7	2,7	-4,7	6,8
1972	38,2	-23,4	-24,0	4,8	3,7	-7,4
1973	108,0	50,0	-59,2	-19,5	-15,9	-10,7
1974	95,0	137,8	161,6	15,3	10,0	3,8
1975	32,1	-51,5	-1,8	7,3	-21,4	10,5
1976	31,6	274,4	-99,9	26,5	-25,6	-5,9
1977	4,4	-24,3	46271,8	-4,0	48,3	-8,2
1978	-33,0	-16,5	190,1	-47,4	-25,7	-29,3
1979	27,0	54,4	-61,6	71,0	51,4	-5,8
1980	35,0	-16,7	38,9	31,1	19,8	14,6

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Arroz, batata-inglesa, feijão e mandioca.

ocorreria, porém com índices muito menores e envolvendo mais reduzido número de produtores rurais.

Segundo Claus Magno GERMER, a soja foi introduzida no Paraná no início da década de 50.²⁵ A partir dessa época o cultivo dessa cultura vem se desenvolvendo lentamente até a segunda metade da década de 60, quando se observa uma aceleração, mas, no entanto, só na primeira metade da década de 70, é que ocorre a "explosão" da soja. Os dados sobre essa evolução podem ser visualizados nas Tabelas e nos Quadros 9 e 11. Ainda GERMER acrescenta que, ao ser introduzida a soja, havia duas finalidades principais.²⁶

A primeira delas era o fornecimento da ração alimentar básica do rebanho suíno, sendo produzida pelos próprios criadores. Parte dessa produção era comercializada entre esses criadores.

Por outro lado, a produção de soja já apresentava objetivos diretamente mercantis, sendo comercializada com destino à exportação e ao processamento pela indústria de óleos, embora de forma reduzida.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que até a segunda metade da década de 60, a produção da soja no Paraná ligava-se às finalidades expostas anteriormente.

Nesse período acelera-se a expansão do Complexo Agroindustrial no sistema econômico-social brasileiro, provocando transformações na agricultura brasileira.

A partir dessa época expande-se acentuadamente o cultivo da soja no Paraná e desenvolve-se paralelamente a indústria de processamento, que transforma os grãos de soja em dois subprodutos: o farelo de soja e óleo de soja.

Na verdade, o que se estruturava era um sistema baseado em relações intersetoriais do sistema econômico em volta do cultivo, processamento e comercialização da soja, que forma o que se denomina de "Complexo Soja".

Esse "Complexo Soja" é parte integrante e, certamente, a mais ampla do Complexo Agroindustrial. Assim, é a emergência do Complexo Agroindustrial no sistema econômico-social brasileiro que explica as razões da expansão da soja no Brasil e Paraná.

Já se analisou a instalação, expansão e consolidação do Complexo Agroindustrial no Brasil. Esse processo não pode ser separado da internacionalização do sistema econômico nacional. Isso correspondeu à internalização, ou seja, à instalação em território brasileiro de inúmeras empresas multinacionais, que dominam o Complexo Agroindustrial nos seus países de origem. Com as bases tecnológicas geradas nesses países, o Complexo Agroindustrial "nacional" consolida-se.

Parte desse Complexo Agroindustrial, que se internaliza no Brasil, tem sua atuação voltada para o chamado "Complexo Soja". Desta forma, ao se internalizar, é preciso desenvolverem-se no Brasil as condições que permitem a dinamização desse "complexo". É nesse contexto que se deve entender a expansão da cultura da soja no Brasil e, particularmente, no Paraná.

Respeitante a isso é ilustrativo Claus Magno GERMER ter constatado que, no Paraná, antes da expansão do final da década de 60 e início dos anos 70, a soja era cultivada por métodos tradicionais, sem a utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos.²⁷

Mas, ao expandir-se, já na década de 70, o faz como cultura moderna capitalista nos moldes em que ela era cultivada nos Estados Unidos da América, por exemplo. Ora, se se expandisse como cultura tradicional a essência do processo não se cristalizaria, pois não se registraria uma dinamização do Complexo Agroindustrial.

Por outro lado, pensar essa expansão apenas em função do crescimento significativo dos preços internacionais do produto na primeira metade da década de 70 e da necessidade de exportação, é relegar para um segundo plano a essência do processo. Ou seja, não é só pela exportação da soja que se conseguiria dólares que se buscava naquele momento.

Nesses termos, é interessante a análise de Cícero BLEY JÚNIOR²⁸ sobre a expansão da soja no Paraná. Essa análise afirma que a expansão da soja no Estado ocorreu, em parte, pela desestruturação da economia da erva-mate, que também estava voltada preferencialmente para exportação. Com isso, substituiu-se uma cultura voltada para exportação por outra.

Assim, os "erva-dólares" que "eram obtidos através do manejo simples dos nossos ervais nativos, mão-de-obra empregada, recursos naturais preservados, agricultura sem riscos (....) eram vantagens que não resistiram ao aumento da soja (....).²⁹ E nem poderia, visto tratar-se de uma atividade

tradicional que não se adaptava à tecnologia inserida no Complexo Agroindustrial ao contrário da soja. Por isso tudo, é preciso buscar outros fatores para uma explicação mais plausível da expansão da soja no Paraná. Nesse contexto surge a atuação do Estado.

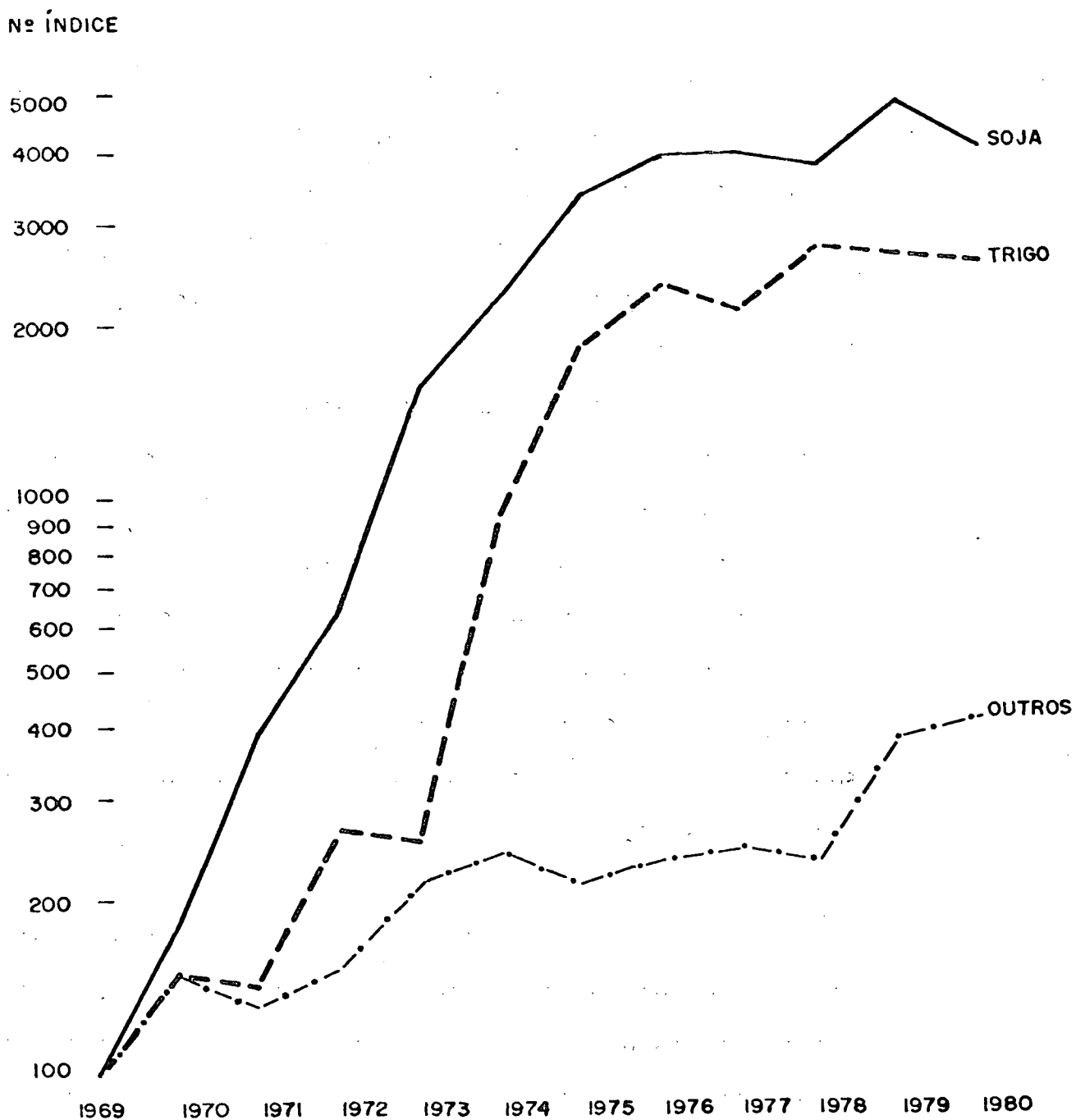
Assim, constata-se que o Estado entra nesse processo de uma forma decisiva, incentivando a expansão da soja. Mais uma vez é o crédito rural que funciona como instrumento fundamental para se atingir os objetivos do Estado, consubstanciados nas políticas governamentais do período.

Antes de indicar-se historicamente quando se iniciam os incentivos do Estado à expansão da soja, é preciso ter em mente, e com isso se repete o que já se afirmou anteriormente, que a análise da expansão do cultivo da soja no Paraná, liga-se diretamente à expansão do progresso técnico no Estado, porque maior produção de soja significa automaticamente maior utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos, visto que é com essa base técnica que se desenvolvia o cultivo de soja no Paraná.

No I PND 1972-74 é que se pode constatar a primeira indicação que visava incentivar o cultivo da soja. O discurso oficial indicava que se pretendia aumentar significativamente as receitas provenientes das exportações. Esse objetivo deveria ser alcançado em parte pela exportação de produtos agrícolas não tradicionais, leia-se: soja.³⁰

E foi através do crédito rural que esse objetivo foi conseguido. Isso pode ser constatado pela visualização das Ta-

EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL
SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS NO PARANÁ
ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: CUSTEIO



FONTE: BACEN

belas 28, 44 e os Quadros 6, 8, 9 e 10.

No Quadro 6, que trata da evolução do crédito para atividade agrícola, com a finalidade de custeio, em relação aos diversos produtos, no Paraná, a coluna do número-índice mostra que a partir de 1969 até 1977 a expansão positiva do crédito de custeio para soja no Paraná foi contínua. Só em 1978 ocorreu a primeira queda real, embora o ímpeto dessa expansão desde de 1976 viesse diminuindo. Assim, tendo como base 1969, o índice para a soja em 1977 era de 3 963, para o trigo 2 210 e apenas 246 os demais produtos. Na verdade, nenhum item do crédito rural apresentou, no período de 1969 a 1980, índices de expansão comparáveis com os créditos de custeio concedidos para cultura da soja. Ainda no Quadro 6 a coluna da variação anual é muito esclarecedora também.

A análise dos dados dessa coluna indica que, entre 1970 e 1975, é quando se observam as maiores variações anuais positivas, todas elas superiores a 40%, com destaque para os anos de 1971 e 1973, quando atingem respectivamente 115% e 152%.

A partir de 1976 verifica-se um crescimento bem menor que no período anterior e, também, variações anuais negativas em 1978 de -5% e 1980 de -15%.

Com isso, o crédito para a soja segue, em linhas gerais, a evolução do crédito total no Paraná do crédito para investimento, o que indica que os créditos para a aquisição de máquinas e equipamentos apresentam as mesmas tendências do crédito para custeio da cultura da soja.

QUADRO 8 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DE CRÉDITO RURAL
 CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O
 VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1969-80.
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

ANO	NÚMERO-ÍNDICE		VARIAÇÃO ANUAL (%)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA	
	SOJA	OUTROS*	SOJA	OUTROS*	SOJA	OUTROS*
1974	100	100			42	58
1975	243	115	143	15	60	40
1976	235	127	-3	10	57	43
1977	220	124	-6	-2	56	44
1978	132	121	-40	-2	44	56
1979	158	147	20	21	44	56
1980	174	152	10	3	45	55

FONTE: BACEN

* Reúne os demais investimentos agrícolas.

A coluna da participação relativa do Quadro 6 é excelente para mostrar o que significou a expansão do crédito para custeio da cultura da soja no Paraná.

Em 1969, de todo o crédito rural concedido no Paraná, com a finalidade de custeio, apenas 4% dirigiam-se para os produtores de soja. Num espaço de apenas 6 anos, ou seja, em 1975 essa participação eleva-se para 35%. Até 1977 permanece estabilizada nesse nível e depois decresce até atingir 27% em 1980.

No Quadro 8, que trata da evolução do crédito rural concedido à atividade agrícola com a finalidade de comercialização no Paraná, no período entre 1974 e 1980, fica evidenciada mais uma vez, a participação expressiva dos financiamentos concedidos aos produtores de soja que, no caso inclusive, é mais significativa do que em relação ao crédito de custeio.

Entre 1974 e 1980, a participação relativa do crédito para os produtores de soja nunca foi inferior a 40%, chegando a atingir, em 1975, 60% do crédito total com a finalidade de comercialização. Com tudo o que se expos até aqui sobre os créditos concedidos para os produtores de soja, está mais do que evidente, o incentivo fornecido pelo Estado ao desenvolvimento desta cultura. Como se está tentando ligar aquele incentivo específico ao objetivo mais geral de dinamização do Complexo Agroindustrial, embutido nas políticas agrícolas dos diferentes governos na década de 70, é preciso fazer alguns comentários sobre outra cultura que de certa maneira desenvolve-se muito no período, no Estado do Paraná, dentro do mesmo contexto que envolve a soja.

QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CON-
 CEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VA-
 LOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1969-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: CUSTEIO

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIÇÃO ANUAL (%)			PARTICIPAÇÃO RELATIVA		
	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)
1969	100	100	100				4	5	91
1970	182	150	149	82	50	49	5	5	90
1971	392	142	133	115	-5	-11	12	5	83
1972	628	268	154	60	89	16	16	8	76
1973	1 581	256	216	152	-4	40	26	5	69
1974	2 240	925	248	42	261	15	27	13	60
1975	3 382	1 808	213	51	95	-14	35	22	43
1976	3 903	2 357	233	15	30	9	34	25	41
1977	3 963	2 210	246	1	-6	6	35	23	42
1978	3 750	2 701	233	-5	23	-5	32	27	41
1979	4 828	2 652	383	29	-2	64	31	20	49
1980	4 088	2 542	416	-15	-4	9	27	19	54

FONTE: BACEN

(*) Reúne os demais custeios agrícolas.

Por exemplo, o crédito de custeio para a cultura do trigo no Paraná, no período entre 1969 a 1980, apresenta índices que, em parte, seguem a mesma tendência da soja, apenas em níveis inferiores (Quadro 6).

Outro aspecto importante é que também apresentam-se menos regulares do que os ligados à soja. Isto certamente está ligado à sensibilidade maior do trigo em relação às variações climáticas, o que dificulta a análise.

Por outro lado, essa análise também extrapola o crédito rural em si, porque a comercialização e o preço do trigo são totalmente controlados pelo Estado.

No entanto, é relevante se fazer alguns comentários porque notam-se claramente, na Política de Crédito Rural aplicada no Paraná, incentivos ao cultivo do trigo, em menor escala do que o da soja, mas significativos, como se pode comprovar nos Quadros 6, 9 e 10 e na Tabela 29.

Na verdade, é relativamente generalizado o cultivo do trigo acoplado à soja no Paraná. Por isso, a evolução do cultivo do trigo está em parte ligada à expansão do cultivo da soja.³¹

O que cabe ressaltar aqui é que o cultivo do trigo ocorre no Paraná, utilizando-se da mesma base técnica em que está assentado o cultivo da soja. Assim, a expansão do cultivo do trigo é coerente com a estratégia agrícola implementada no período entre 1969 e 1980.³²

No entanto, torna-se imprescindível dizer que é só a partir de 1974, que o incentivo ao cultivo do trigo pode ser constatado de forma decisiva na Política do Crédito Rural. Isso pode ser visto na coluna da participação relativa no Quadro 6. Em 1973, os créditos de custeio, para a cultura do trigo no Paraná, eram de 5% do total dos créditos de custeio, índice igual ao apresentado em quatro dos últimos cinco anos. Em 1974 sobe para 13%, chegando a atingir 27% em 1978. Assim, o referencial é o II PND que aprofunda alguns dos objetivos da política agrícola definida em planos anteriores. Isso indica que só em 1974 se percebeu a coerência da expansão da cultura do trigo com o modelo agrícola que se vinha implantando. Ou seja, o trigo sendo consumidor importante, como a soja, de insumos modernos e máquinas agrícolas, servia também para dinamizar o Complexo Agroindustrial nacional.³³

No discurso oficial, a idéia foi vendida como a possibilidade de diminuir as importações melhorando a balança comercial. No entanto, isso é contraditório com o incentivo ao consumo de trigo pelo mercado interno, subentendido nos subsídios ao preço do trigo, o que provocava a necessidade constante de aumentar a produção. Por outro lado o incentivo à produção e ao consumo de trigo é visto de forma incorreta por Fernando Homem de MELLO como a forma que o governo encontrou de "compensar a escassez de produtores alimentares-domésticos".³⁴

Voltando à expansão da soja no Paraná, em suas relações com o progresso técnico na agricultura do Estado, constata-se que elas podem ser comprovadas pelo estudo da evolução dos créditos concedidos para aquisição de insumos modernos altamente subsidiados (Tabelas 49 a 57 e Quadros 14 e 16).

QUADRO 16 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS DIVERSAS CULTURAS NO
 NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS
 CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS,
 NO PARANÁ, ENTRE 1974 E 1980.

	CORRETIVOS, FERTILIZANTES E INOCULANTES		DEFENSIVOS		SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	
	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR
Soja	32	45	20	41	49	49
Trigo	19	29	10	31	25	38
Outros	49	26	70	28	26	13
Algodão	5	3	37	13	6	3
Arroz	1	3	1	2	1	1
Batata- inglesa	8	4	1	2	2	5
Café	20	10	26	7	2	-
Feijão	2	1	1	1	1	1
Milho	13	5	4	3	14	3

FORTE: BACEN

O Quadro 16 que, de certa forma, é síntese dos restantes, trata da participação relativa dos diversos produtos no crédito total de todo o período entre 1974 e 1980, concedido para a aquisição de insumos modernos.

No que concerne aos créditos concedidos para aquisição de corretivos, fertilizantes e inoculantes, os fornecidos aos produtores de soja perfazem 32% do número dos contratos e 45% do seu valor.

No que respeita ao trigo os números são, respectivamente, de 19% e 29% e em relação aos outros produtos os números são de 49% e 26% respectivamente.

Em primeiro lugar, está evidenciada a importância do cultivo da soja, nos moldes em que é feito, para dinamizar os setores produtores de insumos modernos do Complexo Agroindustrial e também contribuir nos índices de aumento da expansão do progresso técnico na agricultura paranaense.

Outro aspecto importante em relação aos números indicados anteriormente, é que, no caso da soja, o índice de participação do valor dos contratos, é bem superior ao do número de contratos, indicando que os contratos para aquisição de corretivo, fertilizantes e inoculantes aplicados na cultura da soja, são individualmente mais elevados do que em relação a outros produtos. Isso também pode ser constatado no trigo. Na verdade, os números referentes ao trigo são em tudo parecidos com os da soja, apenas em níveis inferiores.

Os índices relativos à aquisição de defensivos apontam as mesmas tendências dos anteriores.

No que concerne a sementes e mudas melhoradas os financiamentos concedidos aos produtores de soja perfazem, praticamente, a metade dos créditos.

Isso tudo vem comprovar a importância da expansão da cultura da soja no Paraná como dinamizadora de setores importantes do Complexo Agroindustrial nacional, no que se refere à formação de um mercado consumidor de máquinas, implementos e insumos modernos. Para concluir-se, cita-se um trecho de um trabalho sobre a economia paranaense que sintetiza, de forma correta, como se deve entender aquela expansão:

O Governo Federal optou por uma política que, ao lado de garantir mercado à indústria produtora de máquinas e insumos, visava aumentar os níveis de produtividade da agricultura. O Paraná mostrou-se apto para absorver esta política e a soja apareceu simplesmente como o veículo mais adequado para esta transição. 35

Sendo assim, no Paraná conjugaram-se diversas condições criando uma determinada conjuntura histórica, onde a expansão do progresso técnico na agricultura desenvolveu-se de forma expressiva ao lado de outras transformações também importantes.

NOTAS DE REFERÊNCIAS

- 1 - GERMER, C.M. coord. Progresso técnico na agricultura paranaense: o caso da soja em duas regiões típicas - Norte cafeeiro e Extremo-oeste. Curitiba, 1982. p. 93. (mimeo.).
- 2 - GUIMARÃES, A.P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 297.
- 3 - MIRANDA NETO, J. M. A crise do planejamento. Rio de Janeiro, Nórdica, 1981. p. 109.

- 4 - LAFER, C. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-61). In: LAFER, B.M. org. Planejamento no Brasil. 2.ed. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 36.
- 5 - LAFER, p. 47.
- 6 - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resoluções, circulares e carta-circulares. Brasília, 1983. 3 v. Todas as resoluções, circulares e carta-circulares divulgadas pelo BACEN sobre o crédito rural foram consultadas nessa publicação.
- 7 - MARTONE, C.L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG. In: LAFER, B.M. org. Planejamento no Brasil. 2.ed. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 70.
- 8 - BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Programa estratégico de desenvolvimento - PED - 1968-70. Brasília, 1968. p. 1-8.
- 9 - BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, p. 1-8.
- 10 - BRASIL. Ministério do Planejamento. I Plano nacional de desenvolvimento - I PND - 1972-74. Brasília, IBGE, 1971. p. 24.
- 11 - BRASIL. Ministério do Planejamento. I Plano ..., p. 24.
- 12 - BRASIL. Ministério do Planejamento. I Plano ..., p. 24.
- 13 - BRASIL. Ministério do Planejamento. I Plano ..., p. 25.
- 14 - BRASIL. Ministério do Planejamento. II Plano nacional de desenvolvimento - II PND - 1975-79. São Paulo, Sugestões Literárias, 1975. p. 33.
- 15 - BRASIL. Ministério do Planejamento. II Plano ..., p. 33.
- 16 - BRASIL. Ministério do Planejamento. II Plano ..., p. 33.
- 17 - BRASIL. Ministério do Planejamento. II Plano ..., p. 33.
- 18 - SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 89.
- 19 - GUIMARÃES, M. K. Crédito rural: enfoques da política agrária brasileira. São Paulo, Difel, 1974. p. 65.
- 20 - GUIMARÃES, p. 65.
- 21 - PAIVA, R.M. et alii. Setor agrícola no Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades. Rio de Janeiro, Forense, 1976. p. 129.

- 22 - PINTO, L.C.G. Notas sobre a política agrícola brasileira. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 7: 193-206, 1979.
- 23 - SORJ, p. 35.
- 24 - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Contribuição ao estudo do crédito rural no Paraná. Curitiba, Ipardes, 1978. p. 194.
- 25 - GERMER, p. 20.
- 26 - GERMER, p. 20.
- 27 - GERMER, p. 22-23.
- 28 - BLEY JÚNIOR, C. O ambiente agrícola, uma questão política. Gazeta do Povo, Curitiba, 25 out. 1984. p. 18.
- 29 - BLEY JÚNIOR, p. 18.
- 30 - BRASIL. Ministério do Planejamento. I Plano ..., p. 25.
- 31 - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. A expansão da soja e as transformações nas relações de trabalho na região centro-este paranaense. Curitiba, Ipardes, 1977. p. 28-29.
- 32 - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. A expansão..., p. 28-29.
- 33 - SORJ, p. 65.
- 34 - HOMEM DE MELLO, F. O problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. p. 222.
- 35 - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1981. p.26-27.

C O N C L U S Ã O

Na tentativa de solucionar os dois problemas específicos da pesquisa, interligados à hipótese geral, verificou-se que a atuação do Estado no setor primário foi realmente fundamental no encaminhamento do processo de modernização da agricultura paranaense entre 1970 e 1980. Isto foi evidenciado pela análise da Política de Crédito Rural, quando se comprovou, como prioritária, a preferência aos financiamentos cujas finalidades e produtos serviram, antes de tudo, para desenvolver setores industriais e de exportação. Neste contexto está incluído o incentivo à utilização pela agricultura das denominadas "técnicas modernas". Para isso, incentivou-se também a expansão de cultivos, como o de soja e de trigo, os quais integram-se com perfeição às indústrias tanto de fabricação de máquinas e equipamentos quanto de processamento de matérias-primas agrícolas.

Na Política de Crédito Rural aplicada no período, no Paraná, a promoção do desenvolvimento da atividade produtiva rural em si mesma foi relegada a um segundo plano, como mostra a ausência de prioridade aos créditos de custeio agrícola, o qual é o mais apropriado para promovê-lo. A prioridade maior, em quase todo o período, era para os créditos de investimento e compra de insumos modernos. Em resumo, o sentido da política agrícola definida para o setor rural, no período analisado, visava, de forma especial, tornar viável, antes de tudo, a inter-

nalização do Complexo Agroindustrial, objetivo comum do capital monopolista internacional e dos grupos locais no poder. Comprova este aspecto o incentivo especial à utilização na agricultura dos produtos passíveis de serem oferecidos pelos amplos setores do Complexo Agroindustrial internalizados naquele momento, evidenciando a intenção de consolidar estes setores, pela garantia de um amplo mercado consumidor.

No entanto, é preciso ressaltar que a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense era inevitável e ocorreria com ou sem o poderoso incentivo estatal. Isto porque, no final da década de 60, ela já era, em sua quase totalidade, mercantil e, por isso mesmo, dinâmica, apta a absorver avanços tecnológicos. Por outro lado, é certo também que, como naquele momento até a soja era cultivada em moldes tradicionais no Estado, o progresso técnico nos níveis e de acordo com o padrão tecnológico adotado, não ocorreria sem a atuação do Estado. Principalmente, porque existiam e existem alternativas viáveis ao modelo adotado.

Os instrumentos estatais de incentivo à adoção pelos produtores do "pacote tecnológico", que caracterizou o desenvolvimento da agricultura paranaense no período, em geral, na tentativa de superar dificuldades de ordem fundiária, geográfica, técnico-econômicas e outras, promoveram, na verdade, a eclosão, ou agravamento de problemas sociais, como a miséria no campo, o êxodo rural, a urbanização acelerada, a metropolização. Isto tudo como custo da consolidação do Complexo Agroindustrial no sistema econômico-social brasileiro.

A análise da Política de Crédito Rural foi instrumento adequado para se chegar aos resultados apontados. Esta Política aparece no centro de toda estratégia econômica, e mesmo social, para o setor rural, montada pelos diferentes Governos que se sucederam no período analisado. Os Planos de Desenvolvimento consultados comprovam amplamente este aspecto. Com isso, alternativas instrumentais de modernização, como a Reforma Agrária, não foram implementadas. Ao lado disso, outros instrumentos de política agrícola foram identificados, porém, geralmente acoplados à Política de Crédito Rural. Assim, embora a atuação do Estado tenha sido focalizada através desta Política específica, isto foi suficiente para identificar e analisar o sentido fundamental desta atuação.

Um aspecto importante identificado nesta análise, e que serviu também para se chegar ao sentido da atuação do Estado, foi a constatação que a Política de Crédito Rural implementada no Paraná entre 1970 e 1980, era uma política global, sem atender às diferenciações locais. Assim, as condições sociais e geográficas não eram consideradas, evidenciando que, entre seus objetivos maiores, não estava o desenvolvimento da atividade produtiva rural em si mesma.

Em resumo, se é difícil a identificação de uma correspondência unívoca entre a Política de Crédito Rural e a expansão do progresso técnico na agricultura paranaense, ao contrário, é fácil perceber que ambas apontam para a mesma direção, qual seja, a promoção da modernização da agricultura como processo de integração ao Complexo Agroindustrial.

No futuro, o crédito rural, como instrumento decisivo de política agrária e agrícola, deve ser utilizado para re-

resolver os graves problemas que envolvem a sociedade brasileira e local. Chama-se atenção apenas para um aspecto, que é a necessidade de se promover adaptações nos pressupostos básicos de uma Nova Política de Crédito Rural, a nível microrregional, aproveitando melhor as potencialidades locais e evitando a eclosão de problemas sociais, ao mesmo tempo que se promoveria a solução dos problemas pendentes.

A partir deste quadro, pode-se identificar algumas tendências na evolução histórica da agricultura brasileira e paranaense. Tudo indica que é mais viável hoje, a promoção de uma Reforma Agrária moderada no Brasil, do que uma "Reforma" tecnológica radical na agricultura. Isto porque, a expansão do capital monopolista, responsável pelo padrão tecnológico da expansão do progresso técnico na agricultura brasileira e paranaense, depende de forma especial deste padrão adotado. No entanto, esta Reforma tecnológica pode ocorrer a partir da consolidação de uma tendência já visível, que indica o domínio pelas grandes empresas das tecnologias alternativas, monopolizando-as também. Neste contexto, esta Reforma tende a não tocar num ponto fundamental que é a subordinação dos produtores rurais aos diferentes setores do Complexo Agroindustrial.

Finalmente, pode-se vislumbrar o início de um novo processo de modernização no Brasil, agora no interior do sistema consolidado, pela substituição de fatores estruturais remanescentes em alguns setores, os quais serão superados de acordo com as necessidades do desenvolvimento do Capitalismo Monopolista no Brasil.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE
PRODUZIDA DE ALGODÃO, NO PARANÁ - 1969-80

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	418 982	521 452	100
1970	447 413	525 772	101
1971	402 212	500 940	95
1972	354 868	519 710	100
1973	293 506	436 951	84
1974	310 000	480 500	92
1975	267 000	377 695	72
1976	181 450	280 883	54
1977	290 400	416 550	80
1978	290 100	309 588	59
1979	286 800	468 787	90
1980	336 000	561 519	108

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE
PRODUZIDA DE ARROZ, NO PARANÁ - 1969-80

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	398 061	432 057	100
1970	462 191	590 737	137
1971	460 911	599 445	139
1972	453 471	673 899	160
1973	472 339	661 184	153
1974	500 000	672 000	156
1975	492 800	850 573	197
1976	621 860	1 088 822	252
1977	564 070	904 865	209
1978	383 316	210 180	49
1979	323 916	286 676	66
1980	390 545	638 000	148

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE BATATA-INGLESA, NO PARANÁ - 1969-80

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	49 582	462 831	100
1970	43 367	350 085	76
1971	41 980	378 270	82
1972	38 631	324 067	70
1973	44 355	326 744	71
1974	40 500	420 000	91
1975	42 150	426 227	92
1976	51 540	645 394	139
1977	59 604	709 688	153
1978	63 626	700 668	151
1979	54 921	615 918	133
1980	42 630	521 762	113

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE CAFÉ, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	1 150 403	1 492 000	100
1970	1 048 400	196 000	13
1971	1 030 081	1 536 000	103
1972	991 652	1 168 000	78
1973	839 578	477 000	32
1974	933 677	1 248 000	84
1975	942 589	1 226 000	82
1976	3 724	461	0
1977	619 101	213 774	14
1978	670 400	620 303	42
1979	632 485	238 065	16
1980	635 877	330 670	22

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha.)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	675 771	469 501	100
1970	790 139	729 694	155
1971	826 313	757 274	161
1972	845 933	817 672	174
1973	719 279	472 079	101
1974	835 000	562 085	120
1975	768 200	607 947	129
1976	822 320	587 805	125
1977	809 640	576 885	123
1978	744 003	507 017	108
1979	746 540	503 488	107
1980	815 088	462 250	98

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE MANDIOCA, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	84 472	1 851 235	100
1970	88 243	2 118 782	114
1971	93 653	2 311 908	125
1972	79 961	1 929 627	104
1973	91 608	1 884 392	102
1974	85 500	1 818 500	98
1975	99 530	1 953 470	106
1976	71 000	1 292 200	70
1977	63 500	1 121 900	61
1978	52 905	924 812	50
1979	42 420	801 241	43
1980	45 982	907 310	49

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE MILHO, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	1 552 341	2 711 971	100
1970	1 883 309	3 559 364	131
1971	2 005 064	3 655 086	135
1972	1 994 620	3 829 541	141
1973	1 637 231	3 082 524	114
1974	2 110 000	3 553 000	131
1975	1 923 000	3 813 309	141
1976	2 185 000	4 822 900	178
1977	2 153 872	4 630 825	171
1978	1 898 525	2 437 123	90
1979	2 118 700	4 169 518	154
1980	2 156 580	5 466 967	202

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE SOJA, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	172 401	213 584	100
1970	304 211	368 006	172
1971	357 701	461 746	216
1972	452 692	638 158	299
1973	817 815	1 321 418	621
1974	1 340 000	2 588 880	1 212
1975	1 600 000	3 420 000	1 601
1976	2 083 300	4 500 000	2 107
1977	2 200 000	4 700 000	2 201
1978	2 348 541	3 150 103	1 475
1979	2 340 460	4 000 000	1 873
1980	2 410 800	5 400 192	2 528

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE TRIGO, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE (1) (produção)
1969	234 122	527 435	100
1970	287 598	283 308	54
1971	342 442	334 857	63
1972	397 332	256 567	49
1973	341 015	384 713	73
1974	660 000	914 760	173
1975	800 000	443 600	84
1976	1 248 000	1 660 640	315
1977	1 398 226	1 257 000	238
1978	1 345 093	1 050 000	199
1979	1 476 476	1 621 416	307
1980	1 440 006	1 350 006	256

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Índice-base = 1969

TABELA 10 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	187 125	734 071	734 071	100
1970	190 258	1 305 847	1 088 206	148
1971	183 976	1 700 889	1 178 006	160
1972	192 790	2 931 881	1 731 206	236
1973	239 583	4 930 508	2 533 915	345
1974	237 308	8 148 156	3 254 224	443
1975	267 558	15 446 162	4 824 008	657
1976	278 551	22 160 701	4 900 012	667
1977	262 719	28 919 671	4 482 549	611
1978	270 791	36 653 492	4 096 100	558
1979	354 799	72 068 766	5 232 159	713
1980	377 900	133 638 101	4 845 358	660

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA II - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	162 755	632 031	632 031	100
1970	168 642	1 160 740	967 283	153
1971	164 128	1 505 682	1 042 809	165
1972	172 585	2 620 712	1 547 468	245
1973	218 702	4 308 934	2 260 725	358
1974	214 827	7 422 128	2 964 261	469
1975	234 175	13 812 589	4 313 825	682
1976	244 773	19 608 608	4 335 712	686
1977	230 929	26 205 589	4 061 866	643
1978	230 368	31 652 307	3 537 208	560
1979	294 608	62 205 589	4 516 097	714
1980	326 319	120 227 679	4 359 132	690

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 12 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: PECUÁRIA

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			Índice(2)
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	
1969	24 370	102 040	102 040	100
1970	21 611	144 849	120 707	118
1971	19 767	189 551	131 280	129
1972	20 191	310 854	183 552	180
1973	20 837	527 827	271 264	266
1974	22 481	726 028	289 962	284
1975	33 383	1 633 573	510 183	500
1976	33 778	2 552 093	564 300	553
1977	31 790	2 714 082	420 683	412
1978	40 423	5 001 185	558 892	548
1979	60 191	9 824 652	713 265	699
1980	51 581	13 410 422	486 226	476

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 13 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
FINALIDADE: CUSTEIO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	149 339	428 678	428 678	100
1970	140 259	765 155	637 629	149
1971	135 673	883 908	612 179	143
1972	131 776	1 295 825	765 154	178
1973	164 040	2 277 141	1 170 281	273
1974	154 662	3 910 125	1 561 632	364
1975	170 788	6 318 649	1 973 384	460
1976	183 665	9 812 001	2 169 558	506
1977	172 712	14 149 745	2 193 210	512
1978	191 592	20 211 356	2 258 659	527
1979	240 543	41 280 684	2 996 958	699
1980	289 077	80 365 506	2 913 837	680

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 14 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
FINALIDADE = INVESTIMENTOS

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			Índice(2)
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	
1969	17 179	113 869	113 869	100
1970	22 072	212 198	176 832	155
1971	25 299	385 400	266 921	234
1972	38 012	921 980	544 407	478
1973	52 568	1 322 152	679 488	597
1974	47 960	2 058 496	822 125	722
1975	60 191	4 450 590	1 389 969	1 221
1976	58 834	5 299 417	1 171 768	1 029
1977	49 238	5 113 787	792 637	696
1978	46 161	5 657 154	632 198	555
1979	65 559	10 679 709	775 342	681
1980	50 998	11 664 631	422 928	371

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 15 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	20 607	191 524	191 524	100
1970	27 922	328 236	273 530	143
1971	22 923	425 925	294 988	154
1972	22 988	713 761	421 459	220
1973	22 931	1 327 468	682 219	356
1974	34 686	2 179 535	870 466	454
1975	36 579	4 676 923	1 460 685	763
1976	36 052	7 049 283	1 558 686	814
1977	40 769	9 656 139	1 496 701	781
1978	33 038	10 784 982	1 205 243	629
1979	48 697	20 108 373	1 459 858	762
1980	37 825	41 607 964	1 508 593	788

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 16 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: CUSTEIO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços constantes (1)	Índice(2)
1969	135 836	398 168	398 168	100
1970	132 209	721 413	601 177	151
1971	129 312	834 900	578 237	145
1972	126 624	1 223 326	722 345	181
1973	158 514	2 166 023	1 113 175	280
1974	147 460	3 738 184	1 492 962	375
1975	156 338	5 638 403	1 760 936	442
1976	171 215	9 243 855	2 043 934	513
1977	161 578	13 334 814	2 066 896	519
1978	177 312	18 698 722	2 089 619	525
1979	223 639	38 698 942	2 809 525	706
1980	268 616	76 395 996	2 769 913	696

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 17 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	17 660	174 126	174 126	100
1970	23 639	304 194	253 495	146
1971	17 768	389 574	269 812	155
1972	16 720	652 014	384 999	221
1973	17 638	1 204 068	618 802	355
1974	28 861	2 023 825	808 278	464
1975	27 168	4 371 657	1 365 317	784
1976	24 722	6 308 227	1 394 829	801
1977	28 207	8 568 174	1 328 067	763
1978	18 098	9 087 261	1 015 519	583
1979	23 569	16 908 347	1 227 538	705
1980	22 412	35 988 102	1 304 832	749

FUNTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 18 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: INVESTIMENTO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Números dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	9 259	59 737	59 737	100
1970	12 794	135 133	112 611	188
1971	17 048	281 208	194 760	326
1972	29 241	745 372	440 124	736
1973	42 550	1 028 843	528 749	885
1974	38 506	1 660 119	663 021	1 110
1975	50 669	3 802 529	1 187 572	1 988
1976	48 836	4 056 526	896 949	1 501
1977	41 144	4 302 601	666 903	1 116
1978	34 958	3 866 324	432 069	723
1979	47 400	6 650 925	482 854	808
1980	35 291	7 843 581	284 387	476

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 19 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: PECUÁRIA FINALIDADE: CUSTEIO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	13 503	30 510	30 510	100
1970	8 050	43 742	36 452	119
1971	6 361	49 008	33 942	111
1972	5 152	72 499	42 809	140
1973	5 526	111 118	57 106	187
1974	7 202	171 941	68 670	225
1975	14 450	680 246	212 448	696
1976	12 450	568 146	125 624	412
1977	11 134	814 931	126 314	414
1978	14 280	1 512 634	169 040	554
1979	16 904	2 595 842	188 457	618
1980	20 461	3 969 510	143 924	472

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 20 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: PECUÁRIA FINALIDADE: INVESTIMENTOS

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	7 920	54 132	54 132	100
1970	9 278	77 065	64 221	119
1971	8 251	104 192	72 162	133
1972	8 771	176 608	104 283	193
1973	10 018	293 309	150 739	278
1974	9 454	398 377	159 104	294
1975	9 522	648 061	202 397	374
1976	9 998	1 242 891	274 819	508
1977	8 094	811 186	125 734	232
1978	11 203	1 790 830	200 129	370
1979	18 159	4 028 784	292 488	540
1980	15 707	3 821 050	138 541	256

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 21 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: PECUÁRIA FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	2 947	17 398	17 398	100
1970	4 283	24 042	20 035	115
1971	5 155	36 351	25 176	145
1972	6 268	61 747	36 460	210
1973	5 293	123 400	63 418	364
1974	5 825	155 710	62 188	357
1975	9 411	305 266	95 338	548
1976	11 330	741 056	163 857	942
1977	12 562	1 087 965	168 635	969
1978	14 940	1 697 721	189 724	1 090
1979	25 128	3 200 026	232 320	1 335
1980	15 413	5 619 862	203 761	1 171

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 22 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - ALGODÃO
FINALIDADE: CUSTEIO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Pregos correntes	Pregos cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	34 156	108 119	108 119	100
1970	24 298	102 195	85 162	79
1971	14 685	91 477	63 355	59
1972	12 128	109 697	64 773	60
1973	11 250	160 176	82 319	76
1974	15 348	361 044	144 194	133
1975	9 478	269 551	84 184	78
1976	14 531	703 023	155 447	144
1977	12 576	982 775	152 330	141
1978	16 065	1 223 982	136 782	126
1979	21 453	3 064 917	222 511	206
1980	24 331	6 001 109	217 584	201

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 23 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - ARROZ
FINALIDADE: CUSTEIO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	6 441	17 289	17 289	100
1970	4 469	16 384	13 653	79
1971	3 053	18 317	12 686	73
1972	3 282	32 954	19 600	113
1973	2 893	52 672	27 069	157
1974	3 465	156 776	62 613	362
1975	7 820	335 637	104 823	606
1976	3 818	309 991	68 543	396
1977	2 971	267 623	41 482	240
1978	2 542	355 551	39 733	230
1979	2 146	564 978	41 017	237
1980	2 669	1 035 288	37 537	217

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 24 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - FEIJÃO
FINALIDADE: CUSTEIO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Pregos correntes	Pregos cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	5 140	8 595	8 595	100
1970	6 314	16 620	13 850	161
1971	3 619	12 288	8 510	99
1972	2 805	12 298	7 262	84
1973	6 531	52 655	27 061	315
1974	3 423	34 053	13 600	158
1975	2 072	27 660	8 639	100
1976	3 420	56 246	12 437	145
1977	9 120	252 691	39 167	456
1978	5 941	304 271	34 003	396
1979	7 148	555 791	40 350	469
1980	34 054	2 658 174	96 378	1 121

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 25 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - CAFÉ
FINALIDADE: CUSTEIO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	36 422	126 145	126 145	100
1970	34 451	339 474	282 895	224
1971	53 673	360 496	249 673	198
1972	57 439	528 713	312 192	247
1973	67 580	740 881	380 758	302
1974	61 639	1 117 542	446 326	354
1975	35 177	770 589	240 663	191
1976	30 086	1 221 864	270 170	214
1977	32 920	1 894 645	293 670	233
1978	18 320	1 165 738	130 273	103
1979	49 060	6 329 880	459 546	364
1980	40 823	12 549 113	454 997	361

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflador = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 26 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - MANDIOCA
FINALIDADE: CUSTEIO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	289	446	446	100
1970	174	539	449	101
1971	241	969	671	150
1972	504	2 923	1 726	387
1973	324	2 854	1 467	329
1974	284	3 095	1 236	277
1975	351	5 160	1 612	361
1976	827	21 610	4 778	1 071
1977	799	30 212	4 683	1 050
1978	257	10 448	1 168	262
1979	735	70 806	5 140	1 152
1980	2 421	219 628	7 963	1 785

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflador = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 27 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - MILHO
FINALIDADE: CUSTEIO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	25 750	51 625	51 625	100
1970	30 420	79 805	66 504	129
1971	24 867	83 445	57 793	112
1972	21 636	90 812	53 622	104
1973	25 073	192 419	98 889	192
1974	24 134	268 329	107 166	208
1975	30 796	495 045	154 608	299
1976	32 373	728 279	161 032	312
1977	25 288	680 769	105 519	204
1978	34 995	1 329 820	148 610	288
1979	45 454	2 828 994	205 384	398
1980	66 020	8 072 495	292 687	567

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 28 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - SOJA
FINALIDADE: CUSTEIO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	6 605	18 037	18 037	100
1970	8 769	39 358	32 798	182
1971	12 558	102 050	70 678	392
1972	15 850	191 822	113 266	628
1973	33 568	554 716	285 083	1 581
1974	26 007	1 011 645	404 032	2 240
1975	35 439	1 953 075	609 967	3 381
1976	37 621	3 183 913	704 003	3 903
1977	37 424	4 611 553	714 791	3 963
1978	41 799	6 053 100	676 445	3 750
1979	44 976	11 995 625	870 872	4 828
1980	44 873	20 336 599	737 350	4 088

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 29 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1969-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - TRIGO
FINALIDADE: CUSTEIO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1969	6 153	21 297	21 297	100
1970	7 002	38 300	31 917	150
1971	4 421	43 799	30 334	142
1972	4 621	96 629	57 057	268
1973	3 443	106 044	54 499	256
1974	7 250	493 535	197 108	925
1975	18 284	1 232 667	384 976	1 808
1976	29 042	2 270 601	502 058	2 357
1977	18 757	3 036 796	470 703	2 210
1978	24 881	5 146 561	575 138	2 701
1979	24 616	7 779 470	564 786	2 652
1980	27 726	14 928 717	541 275	2 542

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1969

TABELA 30 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - SEMENTES E MUDAS MELHORA-
DAS FINALIDADE: CUSTEIO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Pregos correntes	Pregos cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	74	3 730	1 490	100
1975	232	9 367	2 925	196
1976	347	50 014	11 059	742
1977	36	14 092	2 184	147
1978	104	48 374	5 406	363
1979	151	41 286	2 997	201
1980	142	206 840	7 499	503

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 31 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - CAFÉ
FINALIDADE: INVESTIMENTO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	1 608	108 162	43 198	100
1975	6 523	486 045	151 797	351
1976	7 410	628 250	138 914	322
1977	4 943	789 218	122 329	283
1978	2 578	599 341	66 977	155
1979	2 177	137 960	100 158	232
1980	279	44 715	1 621	4

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 32 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - TRATORES
FINALIDADE: INVESTIMENTOS

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Números dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	6 809	366 201	146 254	100
1975	9 719	839 771	262 270	179
1976	9 099	1 033 476	228 515	156
1977	8 512	1 144 469	177 393	121
1978	5 122	836 255	93 453	64
1979	7 622	1 792 994	130 170	89
1980	5 543	1 808 758	65 581	45

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 33 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - MÁQUINAS E IMPLEMENTOS
PARA ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO DO SOLO
FINALIDADE: INVESTIMENTO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	1 763	100 186	100 186	100
1975	3 199	215 802	67 397	67
1976	2 972	228 046	50 424	50
1977	2 560	263 586	40 856	41
1978	1 864	156 637	17 504	17
1979	2 553	324 943	23 591	24
1980	2 045	352 322	12 774	13

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 34 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES, NO
PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - MÁQUINAS E IMPLEMENTOS
FINALIDADE: INVESTIMENTOS

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	13 630	490 782	196 009	100
1975	11 908	862 868	269 483	137
1976	11 310	979 018	216 473	110
1977	10 542	982 063	152 220	78
1978	7 321	669 650	74 835	38
1979	11 249	1 745 403	126 715	65
1980	7 718	1 709 574	61 984	32

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 35 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - MÁQUINAS E IMPLEMENTOS
PARA CULTIVAÇÃO E CORREÇÃO DO SOLO
FINALIDADE: INVESTIMENTO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	1 357	50 295	20 087	100
1975	1 920	105 275	32 879	164
1976	1 647	99 600	22 023	110
1977	1 956	150 015	23 252	116
1978	1 511	116 130	12 978	65
1979	2 323	221 150	16 055	80
1980	1 535	230 539	8 359	42

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 36 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - MÁQUINAS E IMPLEMENTOS
PARA COMBATE A PRAGAS E DOENÇAS
FINALIDADE: INVESTIMENTOS

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	6 065	43 662	17 438	100
1975	2 278	34 466	10 764	62
1976	2 279	46 606	10 305	59
1977	2 935	82 206	12 742	73
1978	2 186	73 648	8 230	47
1979	3 091	163 315	11 857	68
1980	1 875	148 344	5 378	31

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 37 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - MÁQUINAS E IMPLEMENTOS
PARA COLHEITA E TRANSPORTE
FINALIDADE: INVESTIMENTO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	4 445	296 639	118 472	100
1975	4 511	507 325	158 443	134
1976	4 412	604 766	133 721	113
1977	3 091	486 255	75 370	64
1978	1 760	323 235	36 122	30
1979	3 282	1 035 995	75 213	63
1980	2 263	978 369	35 473	30

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 38 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES, NO
PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - VEÍCULOS AUTO-MOTORES
TERRESTRES FINALIDADE: INVESTIMENTOS

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Pregos correntes	Pregos cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	1 326	60 537	24 177	100
1975	1 639	129 789	40 534	168
1976	1 456	210 562	46 558	193
1977	1 235	209 577	32 484	134
1978	903	174 235	19 471	80
1979	1 912	520 356	37 778	156
1980	1 432	462 437	16 767	69

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 39 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - PROTEÇÃO DO SOLO
FINALIDADE: INVESTIMENTOS

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	46	7 466	7 466	100
1975	1 680	70 162	21 912	293
1976	2 750	119 945	26 521	355
1977	685	48 599	7 533	101
1978	598	41 940	4 687	63
1979	456	37 418	2 716	36
1980	335	42 921	1 556	21

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 40 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - ALGODÃO
FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			Índice(2)
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	
1974	6 443	392 951	156 937	100
1975	2 817	507 946	158 637	101
1976	2 618	645 839	142 803	100
1977	3 828	1 472 617	228 256	145
1978	1 976	1 425 310	159 281	101
1979	4 126	3 039 898	220 695	141
1980	4 671	5 346 568	193 852	123

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 41 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - ARROZ
FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	478	71 026	28 366	100
1975	755	93 147	29 091	103
1976	1 867	326 482	72 189	254
1977	1 259	353 230	54 751	193
1978	168	59 575	6 658	23
1979	201	129 360	9 391	33
1980	268	285 282	10 344	36

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 42 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - MILHO
FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	2 216	101 620	40 585	100
1975	2 276	175 422	54 786	135
1976	2 690	451 325	99 794	246
1977	2 862	509 156	78 919	194
1978	899	299 246	33 441	82
1979	2 506	1 033 664	75 043	185
1980	3 306	2 665 451	96 642	238

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 43 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - CAFÉ
FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	9 937	401 701	160 432	100
1975	7 109	524 798	163 900	102
1976	3 907	719 483	159 087	99
1977	2 230	405 276	62 818	39
1978	3 101	1 148 692	128 369	80
1979	1 824	1 081 568	78 521	49
1980	2 298	2 423 802	87 881	55

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 44 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - SOJA
FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	5 997	850 849	339 813	100
1975	10 686	2 643 599	825 625	243
1976	9 649	3 616 954	799 754	235
1977	13 159	4 827 994	748 339	220
1978	4 851	4 020 976	449 352	132
1979	7 064	7 400 477	537 271	158
1980	5 912	16 349 133	592 775	174

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 45 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COO-
PERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA - TRIGO
FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	91	4 157	1 660	100
1975	9	2 014	628	38
1976	19	919	203	12
1977	49	19 039	2 951	178
1978	5	22 694	2 536	153
1979	14	12 981	942	57
1980	84	15 006	544	33

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 46 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
 CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO
 PARANÁ - 1974-1980
 PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços cons- tantes (1)	Índice(2)
1974	64 646	1 798 876	718 438	100
1975	78 812	2 818 108	880 126	122
1976	86 561	4 557 471	1 007 714	140
1977	71 818	6 432 982	997 112	139
1978	73 159	9 870 224	1 114 191	155
1979	78 037	19 015 220	1 380 495	192
1980	103 971	43 554 176	1 579 157	220

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 47 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: AGRÍCOLA

ANO	NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)			Índice(2)
	Número dos contratos	Preços correntes	Preços constantes (1)	
1974	62 371	1 749 191	698 595	100
1975	73 608	2 684 879	838 518	120
1976	79 547	4 302 969	951 441	136
1977	68 872	6 214 155	963 194	138
1978	69 365	9 541 420	1 066 272	153
1979	72 955	18 436 742	1 338 498	192
1980	96 900	42 145 785	1 528 092	219

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 48 - NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS
PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-1980
ATIVIDADE: PECUÁRIA

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS (Cr\$ 1 000)				
ANO	Número dos contratos	Preços correntes	Preços constantes (1)	Índice(2)
1974	2 275	49 485	19 843	100
1975	5 204	133 229	41 609	210
1976	7 014	254 502	56 274	284
1977	2 946	218 827	33 918	171
1978	3 794	428 804	47 920	241
1979	5 082	578 478	41 997	212
1980	7 071	1 408 391	51 064	257

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = ICP-DI - FGV-RJ

(2) Índice-base = 1974

TABELA 49 - NÚMERO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-80

ATIVIDADE: AGRÍCOLA

FINALIDADE: CORRETIVOS, FERTILIZANTES E INOCULANTES

NÚMERO DOS CONTRATOS					
ANO	ALGODÃO	ARROZ	BATATA-INGLESA	CAFÉ	FEIJÃO
1974	1 281	669	2 027	14 624	120
1975	1 125	1 259	3 071	3 629	132
1976	1 262	602	3 004	3 130	393
1977	1 201	327	3 493	8 787	756
1978	1 817	360	4 483	6 142	561
1979	3 162	400	4 283	11 664	1 334
1980	4 567	589	3 768	11 091	3 908
TOTAL	14 415	4 206	24 129	59 067	7 204
(%)	15	1	8	20	2

NÚMERO DOS CONTRATOS				
ANO	MILHO	SOJA	TRIGO	TOTAL
1974	2 101	10 331	5 052	36 205
1975	4 034	13 992	12 862	40 104
1976	4 126	13 507	11 153	37 177
1977	2 966	13 062	7 378	37 970
1978	4 389	10 561	3 628	31 941
1979	8 228	12 947	5 640	47 658
1980	13 245	16 518	12 038	65 724
TOTAL	39 089	90 918	57 751	296 779
(%)	13	32	19	100

FONTE: BACEN

TABELA 50 - VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA
 FINALIDADE: CORRETIVOS, FERTILIZANTES E INOCULANTES

VALOR DOS CONTRATOS ⁽¹⁾ (Em Cr\$ 1 000)					
ANO	ALGODÃO	ARROZ	BATATA-INGLESA	CAFÉ	FEIJÃO
1974	45 238	63 972	53 880	189 248	2 532
1975	39 123	95 708	60 113	48 436	2 517
1976	66 885	87 764	84 552	44 772	7 534
1977	89 959	66 314	138 507	189 806	23 874
1978	120 146	99 883	238 014	178 884	40 079
1979	339 937	157 542	332 265	750 718	109 885
1980	785 480	334 836	701 426	4 238 372	449 189

VALOR DOS CONTRATOS ⁽¹⁾ (Em Cr\$ 1 000)				
ANO	MILHO	SOJA	TRIGO	TOTAL
1974	23 112	534 397	284 297	1 196 676
1975	53 838	684 357	577 082	1 561 174
1976	98 768	1 000 875	765 841	2 156 991
1977	76 104	1 337 800	860 209	2 782 573
1978	197 887	1 873 603	1 232 762	3 981 258
1979	542 305	4 110 070	2 075 034	8 417 756
1980	2 121 053	7 734 613	5 453 613	21 818 342

FONTE: BACEN

(1) Preços correntes

TABELA 51 - NÚMERO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: DEFENSIVOS

NÚMERO DOS CONTRATOS					
ANO	ALGODÃO	ARROZ	BATATA-INGLESA	CAFÉ	FEIJÃO
1974	3 791	66	45	7 915	57
1975	2 089	219	162	1 794	18
1976	3 565	102	65	156	25
1977	1 744	47	39	659	116
1978	1 958	31	12	497	29
1979	2 778	31	23	902	29
1980	3 057	65	17	1 313	144
TOTAL	18 982	561	363	13 236	418
(%)	37	1	1	26	1

NÚMERO DOS CONTRATOS				
ANO	MILHO	SOJA	TRIGO	TOTAL
1974	294	1 983	141	14 292
1975	337	2 553	503	7 675
1976	319	1 647	1 125	7 004
1977	118	1 299	711	4 733
1978	146	851	706	4 230
1979	183	622	640	5 208
1980	573	1 444	1 152	7 765

FONTE: BACEN

TABELA 52 - VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: DEFENSIVOS

VALOR DOS CONTRATOS ⁽¹⁾ (Em Cr\$ 1 000)					
ANO	ALGODÃO	ARROZ	BATATA-INGLESA	CAFÉ	FEIJÃO
1974	67 945	6 666	7 852	70 112	498
1975	48 252	17 597	11 719	10 412	671
1976	140 977	22 963	21 295	1 105	2 369
1977	115 881	15 275	26 508	14 744	9 230
1978	174 876	24 034	36 952	35 841	19 341
1979	510 641	49 807	49 432	185 972	44 646
1980	1 079 209	77 039	73 481	1 572 779	142 074

VALOR DOS CONTRATOS ⁽¹⁾ (Em Cr\$ 1 000)				
ANO	MILHO	SOJA	TRIGO	TOTAL
1974	2 559	77 113	30 259	263 004
1975	6 923	200 417	83 511	379 502
1976	16 945	384 771	196 479	786 904
1977	14 683	555 278	528 421	1 280 020
1978	42 345	767 260	792 784	1 893 433
1979	87 976	1 868 055	1 364 448	4 160 977
1980	451 599	2 890 626	2 438 161	8 724 968

FONTE: BACEN.

(1) Preços correntes

TABELA 53 - NÚMERO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: SEMENTES E MUDAS MELHORADAS

NÚMERO DE CONTRATOS					
ANO	ALGODÃO	ARROZ	BATATA-INGLESA	CAFÉ	FEIJÃO
1974	1 047	213	109	10	28
1975	2 089	219	162	1 724	18
1976	980	265	199	2	64
1977	459	103	284	28	107
1978	226	67	285	5	31
1979	316	39	272	4	109
1980	615	64	296	11	650
TOTAL	5 732	970	1 607	1 784	1 007
(%)	6	1	2	2	1

NÚMERO DE CONTRATOS				
ANO	MILHO	SOJA	TRIGO	TOTAL
1974	2 414	5 852	772	10 445
1975	337	2 553	503	7 605
1976	3 904	8 279	6 401	20 094
1977	1 161	10 357	1 843	14 342
1978	1 496	8 151	8 885	19 146
1979	1 452	5 075	2 184	9 451
1980	2 467	4 264	2 050	10 417
TOTAL	13 231	44 531	22 638	91 500
(%)	14	49	25	100

FONTE: BACEN

TABELA 54 - VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: SEMENTES E MUDAS MELHORADAS

VALOR DOS CONTRATOS ⁽¹⁾ (Em Cr\$ 1 000)					
ANO	ALGODÃO	ARROZ	BATATA-INGLESA	CAFÉ	FEIJÃO
1974	10 509	2 665	15 483	73	484
1975	9 214	20 064	24 380	56	656
1976	34 121	17 639	60 528	26	3 791
1977	23 409	14 258	87 608	8 186	14 712
1978	35 044	24 799	127 764	1 298	24 495
1979	138 098	37 132	157 424	951	48 105
1980	362 450	92 893	363 853	5 161	214 513

VALOR DOS CONTRATOS ⁽¹⁾ (Em Cr\$ 1 000)				
ANO	MILHO	SOJA	TRIGO	TOTAL
1974	6 263	132 672	60 170	228 319
1975	18 636	328 011	209 018	610 035
1976	35 891	465 094	507 102	1 124 192
1977	20 567	994 022	486 755	1 649 517
1978	60 891	1 121 069	1 216 021	2 611 381
1979	159 847	1 845 024	1 453 418	3 839 999
1980	416 376	2 998 192	2 515 209	6 968 647

FONTE: BACEN

(1) Preços correntes

TABELA 55 - VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1974-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: CORRETIVOS, FERTILIZANTES E INOCULANTES

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	ALGODÃO-ÍNDICE ²		ARROZ-ÍNDICE		BATATA-INGLESA-ÍNDICE	
1974	18 067	100	25 549	100	21 519	100
1975	12 219	68	29 891	117	18 774	87
1976	14 789	82	19 406	75	18 696	87
1977	13 944	77	10 279	40	21 469	100
1978	13 427	74	11 162	44	26 599	124
1979	24 679	137	11 437	45	24 122	112
1980	28 479	158	12 140	48	25 432	118
TOTAL	125 604		119 864		156 611	
(%)	3		3		4	

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	CAFÉ-ÍNDICE ²		FEIJÃO-ÍNDICE		MILHO-ÍNDICE	
1974	75 582	100	1 011	100	9 231	100
1975	15 127	20	786	78	16 814	182
1976	9 900	13	1 666	165	21 839	237
1977	29 420	39	3 700	366	11 796	128
1978	19 991	26	4 479	443	22 114	240
1979	54 502	72	7 978	789	39 371	427
1980	153 672	203	16 286	1 611	76 904	833
TOTAL	358 194		35 906		198 069	
(%)	10		1		5	

continua

conclusão

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	SOJA-ÍNDICE ²		TRIGO-ÍNDICE		TOTAL-ÍNDICE	
1974	213 428	100	113 543	100	477 930	100
1975	213 732	100	180 229	159	487 572	102
1976	221 306	104	169 337	149	476 939	100
1977	207 359	97	133 332	117	431 299	90
1978	209 379	98	137 763	121	444 914	93
1979	298 389	140	150 646	133	611 124	128
1980	280 436	131	197 725	174	791 074	166
TOTAL	1 644 029		1 082 575		3 720 852	
	(%)					

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI-FGV-RJ

(2) Índice (Base = 1974)

TABELA 56 - VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS - PARANÁ - 1974-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: SEMENTES E MUDAS MELHORADAS

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	ALGODÃO-ÍNDICE ²		ARROZ-ÍNDICE		BATATA-INGLESA-ÍNDICE	
1974	4 197	100	1 064	100	6 184	100
1975	2 878	69	6 266	589	7 614	123
1976	7 545	180	3 900	366	13 383	216
1977	3 698	88	2 210	57	13 579	220
1978	3 916	93	2 771	260	14 278	231
1979	10 026	239	2 696	253	11 429	185
1980	13 141	313	3 368	316	13 192	213
TOTAL	45 401		22 275		79 659	
(%)	3		1		5	

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	CAFÉ-ÍNDICE		FEIJÃO-ÍNDICE		MILHO-ÍNDICE	
1974	28	100	193	100	2 501	100
1975	17	61	205	106	5 820	233
1976	6	21	838	434	7 936	317
1977	1 269	4 532	2 280	1 181	3 188	127
1978	145	518	2 737	1 416	6 805	272
1979	69	246	3 492	1 809	11 605	464
1980	187	668	7 778	4 030	15 097	604
TOTAL	1 721		17 523		52 952	
(%)	-		1		3	

continua

conclusão

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	SOJA-ÍNDICE ²		TRIGO-ÍNDICE		TOTAL-ÍNDICE	
1974	52 987	100	24 030	100	91 184	100
1975	102 441	193	62 279	259	187 520	206
1976	102 838	194	112 127	467	248 573	273
1977	154 073	291	75 447	314	255 744	280
1978	125 282	236	135 893	565	291 827	320
1979	133 948	253	105 517	439	278 782	306
1980	108 706	205	91 195	379	252 664	277
TOTAL	780 275		606 488		1 606 294	
(%)	49		38		100	

FONTE: BACEN

(1) A preços de 1969 - Deflator = IGP-DI-FGV-RJ

(2) Índice=Base-1974

TABELA 57 - VALOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS - PARANÁ - 1974-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: DEFENSIVOS

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	ALGODÃO-ÍNDICE ²		ARROZ-ÍNDICE		BATATA-INGLESA-ÍNDICE	
1974	27 136	100	2 662	100	3 136	100
1975	15 070	55	5 496	206	3 660	117
1976	31 172	115	5 077	191	4 709	150
1977	17 961	66	2 368	89	4 109	131
1978	19 543	72	2 686	101	4 129	132
1979	37 072	137	3 616	136	3 589	114
1980	39 129	144	2 793	105	2 664	85
TOTAL	187 083		24 698		25 996	
(%)	13		2		2	

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	CAFÉ-ÍNDICE		FEIJÃO-ÍNDICE		MILHO-ÍNDICE	
1974	28 001	100	199	100	1 022	100
1975	3 252	12	210	105	2 162	211
1976	244	1	524	263	3 747	367
1977	2 285	8	1 431	719	2 276	223
1978	4 005	14	2 161	1 086	4 732	463
1979	13 501	48	7 241	1 629	6 387	625
1980	57 025	204	5 151	2 588	16 374	1 602
TOTAL	108 313		12 917		36 700	
(%)	7		1		3	

continua

continuação

VALOR DOS CONTRATOS (Preços constantes ¹ - Cr\$ 1 000)						
ANO	SOJA-ÍNDICE		TRIGO-ÍNDICE		TOTAL-ÍNDICE	
1974	30 797	100	12 085	100	105 038	100
1975	62 592	203	26 081	216	118 523	113
1976	85 078	276	43 444	359	173 995	166
1977	86 068	279	81 905	678	198 403	189
1978	85 743	278	88 595	733	211 594	201
1979	135 620	440	99 058	820	302 084	288
1980	104 806	340	88 401	731	316 343	301
TOTAL	590 704		439 569		1 425 980	
(%)	41		31		100	

FONTE: BACEN

(1) A. preços de 1969 - Deflator = IGP-DI-FGV-RJ

(2) Índice = Base 1974

TABELA 58 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL, NO PARANÁ
1960-1980

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	1960	1970	1975	1980
- de 10	93 477	295 272	237 068	214 995
10 a - de 100	159 087	240 936	218 886	215 031
100 a - de 1 000	15 567	17 158	20 213	22 349
1000 a - de 10 000	894	1 074	1 318	1 510
10 000 e +	21	13	30	27
sem declaração	100	35	938	191
TOTAL	269 146	554 488	478 453	454 103

FONTE: FIBGE

TABELA 59 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS
SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL, NO PARANÁ -
1960 a 1980

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ÁREA (ha)			
	1960	1970	1975	1980
- de 10	523 892	1 575 024	1 286 777	1 108 665
10 a - de 100	4 741 381	6 097 366	5 847 789	5 868 093
100 a - de 1 000	3 684 627	4 220 749	5 057 383	5 666 928
1 000 a - de 10 000	1 928 554	2 294 765	2 778 173	3 073 587
10 000 e +	506 480	437 625	660 839	663 058
TOTAL	11 384 934	14 625 529	15 630 961	16 380 331

FONTE: FIBGE

TABELA 60 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL, NO PARANÁ - 1960 a 1980

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	1960	1970	1975	1980
Proprietário	165 974	300 097	297 119	292 218
Arrendatário	56 332	187 230	127 582	105 290
Ocupante	33 786	49 234	43 875	41 573
Administrador	13 054	17 927	9 877	15 022
TOTAL	269 146	554 488	478 453	454 103

FONTE: FIBGE

TABELA 61 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS
SEGUNDO A CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL, NO PARANÁ
1960 a 1980

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	ÁREA (ha)			
	1960	1970	1975	1980
Proprietário	6 898 981	8 623 650	10 295 613	9 911 164
Arrendatário	794 194	1 637 905	1 206 798	1 186 732
Ocupante	1 062 026	698 543	532 927	425 364
Administrador	2 629 733	3 665 432	3 595 623	4 857 069
TOTAL	11 384 934	14 625 530	15 630 961	16 380 329

FONTE: FIBGE

TABELA 62 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NO PARANÁ - 1970 a 1980

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		
	1970	1975	1980
Proprietário	312 762	305 734	305 765
Arrendatário	68 741	48 466	43 340
Parceiro	122 937	79 869	63 044
Ocupante	50 048	44 384	41 954
TOTAL	554 488	478 453	454 103

FONTE: FIBGE

TABELA 63 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍ-
COLAS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NO PA-
RANÁ - 1970 a 1980

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ÁREA (ha)		
	1970	1975	1980
Proprietário	12 161 283	13 398 843	14 578 888
Arrendatário	646 760	579 795	702 844
Parceiro	1 067 145	685 661	646 168
Ocupante	750 342	566 662	452 431
TOTAL	14 625 530	15 630 961	16 380 331

FONTE: FIBGE

TABELA 64 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS
AGRÍCOLAS, NO PARANÁ - 1960 a 1980

ANO	PESSOAL OCUPADO			
	TOTAL	NÃO EMPRE- GADOS	EMPREGADOS ⁽¹⁾	PARCEIRO OUTRA CONDIÇÃO
1960	1 284 698	797 617	363 407	95 558 28 116
1970	1 981 471	1 696 284	251 199	24 607 9 381
1975	2 079 174	1 674 046	340 928	57 553 6 647
1980	1 807 826	1 369 230	383 668	50 093 4 835

FONTE: FIBGE

ANO	(1) Empregados	
	Permanentes	Temporários
1960	363 407	170 409
1970	251 199	119 126
1975	340 928	161 851
1980	383 668	190 483

TABELA 65 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE INFORMARAM USAR FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRATICAR A CONSERVAÇÃO DO SOLO, NO PARANÁ - 1960 a 1980

INSUMOS E TÉCNICAS MODERNAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	1960	1970	1975	1980
Fertilizantes				
Químico	2 694	56 424	122 597	207 011
Orgânico	16 942	15 187	32 951	49 280
Defensivos			291 724	336 664
Conservação de solo			71 811	114 926

FONTE: FIBGE

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

TABELA 66 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ARADOS, TRATORES E COLHEI-
UTILIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, NO PA-
RANÁ - 1960 a 1980

ANO	ARADOS		TRATORES	COLHETADEIRAS
	Tração animal	Tração mecânica		
1960			5 181	986
1970	283 215	18 883	18 619	2 509
1975	290 316	59 785	52 498	7 407
1980	289 122	90 526	81 721	14 730 ⁽¹⁾

FONTE: FIBGE e PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvi-
mento Econômico e Social. Paraná: economia e sociedade.
Curitiba, Iparde, 1981. 72 p.

(1) Estimativa SEAG-DERAL- PR

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1969-1980

ANO	NÚMERO ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1969	100	
1970	148	48
1971	160	8
1972	236	47
1973	345	46
1974	443	28
1975	657	48
1976	668	2
1977	611	-8
1978	558	-9
1979	713	28
1980	660	-7

FONTE: BACEN

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CON-
CEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SEGUNDO O
VALOR DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS ATIVIDA-
DES, NO PARANÁ - 1969-80

ANO	NÚMERO-ÍNDICE		VARIACÃO ANUAL (%)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA	
	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA
1969	100	100			86	14
1970	153	118	53	18	89	11
1971	165	129	8	9	88	12
1972	245	180	48	40	89	11
1973	358	266	46	48	89	11
1974	469	284	31	7	91	9
1975	683	500	46	76	89	11
1976	686	553	...	11	88	12
1977	643	412	-6	-25	91	9
1978	560	548	-13	33	86	14
1979	715	699	28	28	86	14
1980	690	476	-3	-32	90	10

FONTE: BACEN

... corresponde a zero

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CONCE-
DIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR
DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS FINALIDADES, NO
PARANÁ - 1969-80

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIÇÃO ANUAL (%)		
	CUSTEIO	INVESTI- MENTOS	COMERCIALI- ZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTI- MENTOS	COMERCIALI- ZAÇÃO
1969	100	100	100			
1970	149	155	143	49	55	43
1971	143	234	154	-4	51	8
1972	178	478	220	24	104	43
1973	273	597	356	53	25	62
1974	364	722	454	33	21	27
1975	460	1 221	763	26	69	68
1976	506	1 029	814	10	-16	7
1977	512	696	781	1	-32	-4
1978	527	555	629	3	-20	-19
1979	699	681	762	33	22	21
1980	680	371	788	-3	-45	3

PARTICIPAÇÃO RELATIVA

ANO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO
1969	58	15	27
1970	59	16	25
1971	52	23	25
1972	44	31	25
1973	46	27	27
1974	48	25	27
1975	41	29	30
1976	44	24	32
1977	49	18	33
1978	55	15	30
1979	57	15	28
1980	60	9	31

FONTE: BACEN

QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS FINALIDADES, NO PARANÁ - 1969-80 ATIVIDADE: AGRÍCOLA

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIAÇÃO ANUAL (%)		
	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	COMERCIALIZAÇÃO
1969	100	100	100			
1970	151	189	146	51	89	46
1971	145	326	155	-4	72	6
1972	181	737	221	25	126	43
1973	280	885	355	55	20	61
1974	375	1 110	464	34	25	31
1975	442	1 988	784	18	79	69
1976	513	1 501	801	16	-24	2
1977	519	1 116	763	1	-26	-5
1978	525	723	583	1	-35	-24
1979	706	808	705	34	12	21
1980	696	476	749	-1	-41	6

PARTICIPAÇÃO RELATIVA

ANO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO
1969	63	9	28
1970	62	12	26
1971	55	19	26
1972	47	28	25
1973	49	23	28
1974	50	22	28
1975	41	27	32
1976	47	21	32
1977	51	16	33
1978	59	12	29
1979	62	11	27
1980	63	6	31

FONTE: BACEN

QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS FINALIDADES, NO PARANÁ 1969-80 ATIVIDADE: PECUÁRIA

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIÇÃO ANUAL (%)		
	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	COMERCIALIZAÇÃO	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	COMERCIALIZAÇÃO
1969	100	100	100			
1970	119	119	115	19	19	15
1971	111	133	145	-7	12	26
1972	140	193	210	26	45	45
1973	187	278	364	34	44	73
1974	225	294	357	20	6	-2
1975	696	374	548	209	27	53
1976	412	508	942	-41	36	72
1977	414	232	969	...	-54	3
1978	554	370	1 090	34	59	12
1979	618	540	1 335	11	46	22
1980	472	256	1 171	-24	-53	-12

ANO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA		
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO
1969	30	53	17
1970	30	53	17
1971	26	55	19
1972	23	57	20
1973	21	56	23
1974	24	55	21
1975	42	40	18
1976	22	49	29
1977	30	30	40
1978	30	36	34
1979	26	41	33
1980	30	28	42

FONTE: BACEN

... corresponde a zero

QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL CON-
CEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VA-
LOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1969-80
ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: CUSTEIO

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIACÃO ANUAL (%)			PARTICIPAÇÃO RELATIVA		
	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)
1969	100	100	100				4	5	91
1970	182	150	149	82	50	49	5	5	90
1971	392	142	133	115	-5	-11	12	5	83
1972	628	268	154	60	89	16	16	8	76
1973	1 581	256	216	152	-4	40	26	5	69
1974	2 240	925	248	42	261	15	27	13	60
1975	3 382	1 808	213	51	95	-14	35	22	43
1976	3 903	2 357	233	15	30	9	34	25	41
1977	3 963	2 210	246	1	-6	6	35	23	42
1978	3 750	2 701	233	-5	23	-5	32	27	41
1979	4 828	2 652	383	29	-2	64	31	20	49
1980	4 088	2 542	416	-15	-4	9	27	19	54

FONTE: BACEN

(*) Reúne os demais custeios agrícolas.

QUADRO 7 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DE CRÉDITO RURAL CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1969-80
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: INVESTIMENTOS

ANO	NUMERO-ÍNDICE				VARIÇÃO ANUAL (%)	
	TRATORES	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES	OUTROS	TRATORES	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS
1974	100	100	100	100		
1975	179	137	168	207	79	37
1976	156	110	193	137	-13	-20
1977	121	78	134	103	-22	-29
1978	64	38	80	82	-47	-51
1979	89	65	156	63	39	71
1980	45	32	69	47	-49	-51

ANO	VARIÇÃO ANUAL (%)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA			
	VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES	OUTROS	TRATORES	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES	OUTROS
1974			22	30	4	44
1975	68	107	22	23	3	52
1976	15	-34	25	24	5	46
1977	-31	-25	27	23	5	45
1978	-40	-20	22	17	4	57
1979	95	-23	27	26	8	39
1980	-56	-25	23	22	6	49

FONTE: BACEN

QUADRO 8 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DE CRÉDITO RURAL
 CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O
 VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1969-80.
 ATIVIDADE: AGRÍCOLA FINALIDADE: COMERCIALIZAÇÃO

ANO	NÚMERO-ÍNDICE		VARIAÇÃO ANUAL (%)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA	
	SOJA	OUTROS*	SOJA	OUTROS*	SOJA	OUTROS*
1974	100	100			42	58
1975	243	115	143	15	60	40
1976	235	127	-3	10	57	43
1977	220	124	-6	-2	56	44
1978	132	121	-40	-2	44	56
1979	158	147	20	21	44	56
1980	174	152	10	3	45	55

FONTE: BACEN

* Reúne os demais investimentos agrícolas.

QUADRO 9 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO, SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS, E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO A QUANTIDADE COLHIDA, NO PARANÁ - 1969-80

NÚMERO-ÍNDICE (BASE=1969)							
ANO	ALGODÃO		ARROZ		CAFÉ		FEIJÃO
	PRODUÇÃO	CRÉDITO	PRODUÇÃO	CRÉDITO	PRODUÇÃO	CRÉDITO	PRODUÇÃO
1969	100	100	100	100	100	100	100
1970	101	79	137	79	13	224	155
1971	95	59	139	73	103	198	161
1972	100	60	160	113	78	247	174
1973	84	76	153	157	32	302	101
1974	92	133	156	362	84	354	120
1975	72	78	197	606	82	191	129
1976	54	144	252	396	0	214	125
1977	80	141	209	239	14	233	123
1978	59	127	49	229	42	103	108
1979	90	206	66	237	16	364	107
1980	108	201	148	217	22	361	98

NÚMERO-ÍNDICE (BASE=1969)							
ANO	FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO		SOJA
	CRÉDITO	PRODUÇÃO	CRÉDITO	PRODUÇÃO	CRÉDITO	PRODUÇÃO	CRÉDITO
1969	100	100	100	100	100	100	100
1970	161	114	101	131	128	172	181
1971	99	125	150	135	112	216	392
1972	84	104	387	141	104	299	628
1973	315	102	329	114	192	621	1 521
1974	158	98	277	131	208	1 212	2 240
1975	100	106	361	141	299	1 601	3 382
1976	145	70	1 071	178	312	2 107	3 903
1977	456	61	1 050	171	204	2 201	3 963
1978	396	50	262	90	288	1 475	3 750
1979	469	43	1 152	154	398	1 873	4 828
1980	1 121	49	1 785	202	567	2 528	4 088

continua

conclusão

 NÚMERO-ÍNDICE (BASE=1969)

 TRIGO

AÑO	PRODUÇÃO	CRÉDITO
1969	100	100
1970	54	150
1971	63	142
1972	49	268
1973	73	256
1974	173	926
1975	84	1 808
1976	315	2 357
1977	238	2 210
1978	199	2 701
1979	307	2 652
1980	256	2 542

FONTE: BACEN, FIBGE, DEE

QUADRO 10 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DE CRÉDITO RURAL
 CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO
 O VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1969-1980

ANOS	VARIACÃO ANUAL (%)					
	SOJA	TRIGO	CAFÉ	MILHO	ALGODÃO	DIVERSOS ⁽¹⁾
1969						
1970	81,8	49,9	124,3	28,8	-21,2	6
1971	115,5	-5,0	-11,7	-13,1	-25,6	-22
1972	60,3	88,1	25,0	-7,2	2,2	31
1973	151,7	-4,5	22,0	84,4	27,1	94
1974	41,7	261,7	17,2	8,4	75,2	39
1975	51,0	95,3	-46,1	44,3	-41,6	49
1976	15,4	30,4	12,3	4,2	84,6	-25
1977	1,5	-6,2	8,7	-34,5	-2,0	...
1978	-5,4	22,9	-55,6	40,8	-10,2	-12
1979	28,7	-1,8	252,8	38,2	62,7	15
1980	-15,3	-4,2	-1,0	42,5	-2,2	64

FONTE: BACEN

(1) Feijão, arroz e mandioca

... corresponde a zero

QUADRO 11 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA SEGUNDO A QUANTIDADE COLHIDA, NO PARANÁ - 1969-80

ANOS	VARIÇÃO ANUAL (%)					
	SOJA	TRIGO	CAFÉ	MILHO	ALGODÃO	DIVERSOS(1)
1969	37,7	353,9	48,6	14,1	5,6	-0,1
1970	72,3	-46,3	-86,9	31,2	1,0	17,8
1971	25,5	18,2	683,7	2,7	-4,7	6,8
1972	38,2	-23,4	-24,0	4,8	3,7	-7,4
1973	108,0	50,0	-59,2	-19,5	-15,9	-10,7
1974	95,0	137,8	161,6	15,3	10,0	3,8
1975	32,1	-51,5	-1,8	7,3	-21,4	10,5
1976	31,6	274,4	-99,9	26,5	-25,6	-5,9
1977	4,4	-24,3	46271,8	-4,0	48,3	-8,2
1978	-33,0	-16,5	190,1	-47,4	-25,7	-29,3
1979	27,0	54,4	-61,6	71,0	51,4	-5,8
1980	35,0	-16,7	38,9	31,1	19,8	14,6

FONTE: FIBGE, DEE

(1) Arroz, batata-inglesa, feijão e mandioca.

QUADRO 12 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL PARA INSUMOS MODERNOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ - 1974-1980

ANO	NÚMERO ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1974	100	
1975	123	23
1976	140	14
1977	139	...
1978	155	11
1979	192	24
1980	220	15

FONTE: BACEN

... corresponde a zero

QUADRO 13 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL PARA INSUMOS MODERNOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS E DE ACORDO COM AS ATIVIDADES, NO PARANÁ - 1974-80.

ANO	NÚMERO-ÍNDICE		VARIAÇÃO ANUAL (%)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA	
	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA	AGRÍCOLA-PECUÁRIA
1974	100	100			97	3
1975	120	210	20	110	95	5
1976	136	284	13	35	94	6
1977	138	171	1	-40	97	3
1978	153	241	11	41	96	4
1979	192	212	25	-12	97	3
1980	219	257	14	21	97	3

FONTE: BACEN

QUADRO 14 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL
PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS UTILIZA-
DOS NAS CULTURAS DA SOJA, TRIGO E OUTROS PROD-
TOS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ -
1974-80

ANO	NÚMERO-ÍNDICE			VARIÇÃO ANUAL (%)			PARTICIPAÇÃO RELATIVA		
	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)	SOJA	TRIGO	OUTROS (*)
1974	100	100	100				41	21	38
1975	127	179	86	27	79	-14	43	30	26
1976	138	217	101	9	21	17	41	32	27
1977	151	194	95	9	-11	-6	45	29	26
1978	141	242	122	-7	25	28	38	32	30
1979	191	237	168	35	-2	38	41	26	33
1980	166	252	161	-13	6	55	31	24	45

FONTE: BACEN

(*) Os demais produtos; inclusive os ligados às atividades pecuárias.

QUADRO 15 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL
 CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS E DOS
 FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS MODER-
 NOS SEGUNDO O VALOR DOS CONTRATOS, NO PARANÁ -
 1974-80

ANO	NÚMERO-ÍNDICE		VARIÇÃO ANUAL (%)		PARTICIPAÇÃO ⁽¹⁾ RELATIVA	
	CRÉDITO RURAL	CRÉDITO PARA INSUMOS	CRÉDITO RURAL	CRÉDITO PARA INSUMOS	CRÉDITO RURAL	CRÉDITO PARA INSUMOS
1974	100	100	28		82	18
1975	148	122	48	23	85	15
1976	151	140	2	14	83	17
1977	138	139	-8	-1	82	18
1978	126	155	-9	11	79	21
1979	161	192	28	24	79	21
1980	149	220	-7	15	75	25

FONTE: BACEN

(1) Participação relativa sobre a soma do crédito rural com o crédito para insumos modernos

QUADRO 16 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS DIVERSAS CULTURAS NO NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS PARA INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS, NO PARANÁ, ENTRE 1974 E 1980.

	CORRETIVOS, FERTILIZANTES E INOCULANTES		DEFENSIVOS		SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	
	NUMERO	VALOR	NUMERO	VALOR	NUMERO	VALOR
Soja	32	45	20	41	49	49
Trigo	19	29	10	31	25	38
Outros	49	26	70	28	26	13
Algodão	5	3	37	13	6	3
Arroz	1	3	1	2	1	1
Batata- inglesa	8	4	1	2	2	5
Café	20	10	26	7	2	-
Feijão	2	1	1	1	1	1
Milho	13	5	4	3	14	3

FONTE: BACEN

QUADRO 17 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E ÁREAS OCUPADAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, NO PARANÁ - 1960 a 1980

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	VARIAÇÃO PERCENTUAL					
	1960-70		1970-80		1970-75	
	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA
- 10	215	201	-27	-30	-20	-18
10 a - de 100	51	29	-11	-4	-9	-4
100 a - de 1 000	10	15	30	34	18	20
1 000 a - de 10 000	20	19	41	34	23	21
10 000 e +	-38	-14	29	51	131	51

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	VARIAÇÃO PERCENTUAL			
	1975-80		1960-80	
	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA
- 10	-9	-14	130	112
10 a - de 100	-2	-1	35	24
100 a - de 1 000	11	12	44	54
1 000 a - de 10 000	15	11	69	59
10 000 e +	-10	1	29	31

FONTE: FIBGE

QUADRO 18 - VARIACÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E ÁREAS OCUPADAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, NO PARANÁ - 1960 a 1980

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	VARIACÃO PERCENTUAL					
	1960-70		1970-80		1970-75	
	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA
Proprietário	81	25	-3	15	-1	19
Arrendatário	232	106	-44	-27	-32	-26
Ocupante	46	-34	-15	-39	-11	-24
Administrador	37	39	-16	32	-45	-2

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	VARIACÃO PERCENTUAL			
	1975-80		1960-80	
	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA
Proprietário	-2	-4	76	44
Arrendatário	-17	-2	87	49
Ocupante	-5	-20	23	40
Administrador	52	35	15	85

FONTE: FIBGE

QUADRO 19 - VARIACÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E ÁREAS OCUPADAS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NO PARANÁ - 1970 a 1980

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	VARIACÃO PERCENTUAL					
	1970-75		1975-80		1970-80	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Proprietário	-2	13	...	6	-2	20
Arrendatário	-29	-10	-11	21	-37	9
Parceiro	-35	-36	-21	-6	-49	-39
Ocupante	-11	-24	-5	-20	-16	-40

FONTE: FIBGE

... corresponde a zero

QUADRO 20 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DE EMPREGADOS E NÃO EMPREGADOS NO PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA PARANAENSE - 1960 a 1980

ANO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)					
	Não empregados	Empregados		Parceiro	Outra condição	
		Total	Permanentes	Temporários		
1960	63	28	15	13	7	2
1970	86	13	7	6	1	...
1975	80	17	9	8	3	...
1980	76	21	11	10	3	...

FONTE: FIBGE

... corresponde a zero

QUADRO 21 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE INFORMARAM USAR FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRATICAR A CONSERVAÇÃO DO SOLO, NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS TOTAIS, NO PARANÁ - 1960 a 1980

INSUMOS E TÉCNICAS MODERNAS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)			
	1960	1970	1975	1980
Fertilizantes				
Químico	1	10	26	46
Orgânico	6	3	7	11
Defensivos			61	74
Conservação do solo			15	25

FONTE: FIBGE

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

QUADRO 22 - VARIACÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE INFORMARAM USAR FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRATICAR A CONSERVAÇÃO DO SOLO, NO PARANÁ - 1960 a 1980

INSUMOS E TÉCNICAS MODERNAS	VARIACÃO PERCENTUAL				
	1960-70	1970-80	1970-75	1975-80	1960-80
Fertilizantes					
Químico	1 994	267	117	69	7 584
Orgânico	-10	224	116	49	191
Defensivos				15	
Conservação do solo				60	

FONTE: FIBGE

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

QUADRO 23 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ARADOS, TRATORES E COLHEITADEIRAS UTILIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, NO PARANÁ - 1960 a 1980

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL				
	1960-70	1970-80	1970-1975	1975-80	1960-80
Arados					
tração animal		2	2	...	
tração mecânica		379	217	51	
Tratores	259	326	182	51	1 477
Colheitadeiras	154	487	195	99	1 394

FONTE: FIBGE

... corresponde a zero

NOTA: Espaço em branco = dados inexistentes

QUADRO 24 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DO
CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO PELO
BANCO DO BRASIL S.A. EM RELAÇÃO
AO CRÉDITO AGRÍCOLA TOTAL, NO
BRASIL - 1960-1968

ANO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
1960	90
1961	93
1962	91
1963	91
1964	90
1965	92
1966	90
1967	83
1968	70

FONTE: PAIVA, R. M. et alii. Setor agrícola
no Brasil. Rio de Janeiro, Forense,
1976. 442 p.

QUADRO 25 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA POR TIPO DE INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA NOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRO-
DUTORES E COOPERATIVAS NO BRASIL - 1969-80
- NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS

ANO	BANCOS OFI- CIAIS FEDE- RAIS		BANCOS OFI- CIAIS ESTA- DUAIS		BANCOS PRIVADOS		OUTROS ¹	
	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR
1969	52	53	13	11	34	34	2	1
1970	53	51	13	14	32	34	2	1
1971	58	55	11	13	29	32	3	1
1972	62	60	10	12	25	28	2	1
1973	60	56	10	12	28	31	2	1
1974	61	59	9	12	26	28	3	1
1975	60	63	9	10	28	24	3	1
1976	61	65	9	10	27	23	3	2
1977	60	67	9	8	28	23	3	2
1978	61	67	9	8	27	23	4	2
1979	62	69	8	7	27	22	3	1
1980	67	72	7	7	23	20	2	1

FONTE: BACEN

1 - Caixas econômicas e cooperativas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABREU, Alcioly T.T. de. A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba, UFPR, 1981. 230 p. (Tese de Mestrado).
- 2 ARAÚJO, Sílvia M.P. de. Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia de participação. Curitiba, Projeto, 1982. 215 p.
- 3 BALHANA, Altiva P. et alii. Campos gerais: estruturas agrárias. Curitiba, UFPR, 1968. 268 p.
- 4 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Crédito rural: dados estatísticos - 1969-80. Brasília, 1970-81. 11 v.
- 5 _____. Resoluções, circulares e cartas-circulares. Brasília, 1983. 3 v.
- 6 BLEY JÚNIOR, Cícero. O ambiente agrícola, uma questão política. Gazeta do Povo, Curitiba, 25 out. 1984. p.19.
- 7 BLOCH, Marc. Introdução à história. 4.ed. Lisboa, Europa-América, 1981. 179 p.
- 8 BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Programa estratégico de desenvolvimento - PED - 1968-70. Brasília, 1968. 325 p. (mimeo.)
- 9 BRASIL. Ministério do Planejamento. I Plano nacional de desenvolvimento - I PND - 1972-74. Brasília, IBGE, 1971. 77 p.
- 10 _____. II Plano nacional de desenvolvimento - II PND - 1975-79. São Paulo, Sugestões Literárias, 1975. 119 p.
- 11 _____. III Plano nacional de desenvolvimento - III PND - 1980-85. Brasília, 1981. 116 p.
- 12 BRASIL. Presidência da República. Plano trienal de desenvolvimento econômico e social - 1963-65 - Síntese. Brasília, 1962. 195 p.

- 13 _____. Política de crédito rural: diretrizes e medidas. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1961. 124 p.
- 14 CAMPANHOLE, Adriano. Legislação agrária. São Paulo, Atlas, 1985. 635 p.
- 15 CARDOSO, Ciro F.S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 16 _____. & BRIGNOLI, Héctor P. Os métodos da história. 3.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 530 p.
- 17 CARDOSO, Fernando H. & FALETTI, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 4.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 143 p.
- 18 CASTRO, Antonio B. Sete ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo, Forense, 1972. 2 v.
- 19 _____. & SOUZA, Francisco E.P. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 217 p.
- 20 CASTRO, Ana C. et alii. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Brasília, BINAGRI, 1979. 268 p.
- 21 CHAUNU, Pierre. História econômica: retrospectiva e perspectiva. Anais de História, Assis, 2(1): 9-36, 1971.
- 22 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Contribuição ao estudo do crédito rural no Paraná. Curitiba, Iparde, 1978. 234 p.
- 23 _____. A expansão da soja e as transformações nas relações de trabalho na região centro-este paranaense. Curitiba, Iparde, 1977. 172 p.
- 24 _____. Formação de capital na agricultura paranaense. Curitiba, Iparde, 1979. 114 p.
- 25 COSTA, Odah R. G. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. 318 p. (Tese Prof. Titular - Universidade Federal do Paraná)
- 26 CRAVO, Veraluz Z. A metamorfose do colono no sul do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, 73: 81-123, out./dez. 1980.

- 27 DELGADO, Guilherme da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1980. São Paulo, Editora da Unifcamp - Cone Editora, 1985. 240 p.
- 28 D'INCAO, Maria C. O "Bóia-Fria" - acumulação e miséria. Petrópolis, Vozes, 1983. 154 p.
- 29 DINIZ, José A.F. Geografia da agricultura. São Paulo, Difel, 1984. 278 p.
- 30 ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, Águas de São Pedro, 1984. Anais, São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984. 2 v.
- 31 FUNARO, Dilson. O desenvolvimento industrial na atual conjuntura. Problemas Brasileiros, São Paulo, 18 (203): 10-18, out.1981.
- 32 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil: 1960-1980. Rio de Janeiro, 1961-1981. 20 v.
- 33 _____. Censo agrícola de 1960 - Paraná - Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1970. 2 v.
- 34 _____. Censo agropecuário - Paraná - 1970, 1975, 1980. Rio de Janeiro, 1975-1983. 5 v.
- 35 FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 122 p.
- 36 GEORGE, Pierre. Geografia rural. São Paulo, Difel, 1982. 25= p.
- 37 GERMER, Claus W. coord. et alii. Progresso técnico na agricultura paranaense: o caso da soja em duas regiões típicas - Norte cafeeiro e Extremo-oeste. Curitiba, 1982. 155 p. (mimeo.)
- 38 GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia. São Paulo, Brasiliense, 1982. 156 p.
- 39 GUIMARRES, Alberto F. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 362 p.
- 40 _____. Quatro séculos de latifúndio. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255 p.
- 41 GUIMARRES, Mário K. Crédito rural: enfoques da política agrária brasileira. São Paulo, Difel, 1974. 181p.

- 42 HOMEM DE MELLO, Fernando. O problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 226 p.
- 43 IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930 a 1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. 316 p.
- 44 IGLÉSIAS, Francisco. Situação da história econômica no Brasil. Anais de História, Assis, 2: 47-64, 1970.
- 45 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1981. 72p.
- 46 KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Flama, s.d. 277 p.
- 47 _____. São Paulo, Nova Cultural, 1986. 401 p.
- 48 LAFER, Betty M. org. Planejamento no Brasil. 2.ed. São Paulo, Perspectiva, 1973. 187 p.
- 49 LAFER, Celso. O sistema político brasileiro. 2.ed. São Paulo, Perspectiva, 1978. 130 p.
- 50 LAPA, José R. do A. A história em questão: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976. 257 p.
- 51 LENIN, Vladimir I. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Brasil Debates, 1980. 100 p.
- 52 LINHARES, Maria Y. & SILVA, Francisco C.T.da. História da agricultura brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981. 171 p.
- 53 MACHADO, Brasil P. & BALHANA, Altiya P. Contribuição ao estudo da História agrária do Paraná. Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História. 3:1-52, jun. 1963.
- 54 MACHADO, Brasil P. Modernização: uma abordagem histórica. Cadernos, São Paulo, 1 (5): 93-95, jun. 1972.
- 55 MARTINS, Carlos E. Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1977. 425 p.

- 56 MARTINS, José de S. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975. 161 p.
- 57 MELLO, João M.C.de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1984. 183 p.
- 58 MELO NETO, João Cabral de. Painel. Folha de São Paulo. São Paulo, 29 jun. 1986. p. 4.
- 59 MIRANDA NETO, José M. A crise do planejamento. Rio de Janeiro, Nórdica, 1981. 162 p.
- 60 MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do norte - Paraná. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3 (25): 11-17, abr. 1945.
- 61 MUNHOZ, Dércio G. Economia agrícola: agricultura - uma defesa dos subsídios. Petrópolis, Vozes, 1982. 111p.
- 62 NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná - 1920-65. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 24 (4): 33-91, jan. 1970.
- 63 NÓBREGA, Mailson F. Desafios da política agrícola. Brasília, Gazeta Mercantil - CNPq, 1985. 188 p.
- 64 NOVÍSSIMO Vade-Mécum Forense: coletânea de leis do Brasil. Rio de Janeiro, Konfino, 1969. p. 906-11.
- 65 OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1981. 87 p.
- 66 PADIS, Pedro C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981. 235 p.
- 67 PAIVA, Ruy M. et alii. Setor agrícola no Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades. Rio de Janeiro, Forense, 1976. 442 p.
- 68 PARANÁ. Departamento Estadual de Estatística. Produção agrícola - Paraná: 1971-1972. Curitiba, 1972-1973. 2 v.
- 69 PARANÁ empobrece. Perde população e propriedade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 jun. 1985. p. 18

- 70 PINTO, Luiz G.G. Notas sobre a política agrícola brasileira. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 7: 193-206, 1979.
- 71 PRADO, João R. do. A população brasileira segundo o censo 80. Jornal do Brasil. Caderno Especial, Rio de Janeiro, 31 mai. 1981. p. 1.
- 72 PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1978. 93 p.
- 73 _____. A revolução brasileira. 6.ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. 267 p.
- 74 RISCHBIETER anuncia benefícios ao trigo. O Estado de São Paulo, 30 nov. 1977. p. 23.
- 75 RITTER, Marina L. Caminhos para a história do Paraná: Brasil Pinheiro Machado e o modelo da formação das comunidades. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, 73: 55-79, out./dez. 1980.
- 76 RIZZI, Aidair T. Integração na avicultura no sudoeste paranaense: um caso de subordinação dos pequenos produtores ao capital industrial. História: Questões & Debates, Curitiba, 5 (9): 199-231, dez. 1984.
- 77 SAYAD, João. Crédito rural no Brasil. São Paulo, Livraria Pioneira, 1984. 126 p.
- 78 SILVA, José G. da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 235 p.
- 79 _____. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980. 111 p.
- 80 SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo- 1930-1964. 7.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 512 p.
- 81 SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 152 p.
- 82 STEFANELLO, Eugênio L. A política de crédito rural. Curitiba, 1986. Entrevista concedida ao autor do trabalho em 16 abr. 1986.
- 83 TOPALOV, Christian. Estruturas agrárias do Brasil. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978. 88 p.

- 84 WAIBEL, Leo. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, FIBGE, 1972. 326 p.
- 85 WESTPHALEN, Cecília M. & BALHANA, Altiya P. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. 25: 1-30, 1977.
- 86 WESTPHALEN, Cecília M. et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação do Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 7: 1-52, 1968.
- 87 WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, Hucitec-CEPA/BA, 1986. 219 p.